

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

Segurança alimentar na China: oportunidades e impactos para o Brasil

Luciana Gama Muniz

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**SEGURANÇA ALIMENTAR NA CHINA:
OPORTUNIDADES E IMPACTOS PARA O BRASIL
LUCIANA GAMA MUNIZ**

Sob a orientação do Professor
John Wilkinson

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**,
no Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade – Área de concentração: Instituições,
mercados e regulação.

Rio de Janeiro, RJ
Setembro, 2015

363.80951	Muniz, Luciana Gama.
M966s	Segurança alimentar na China: oportunidades e impactos para o Brasil / Luciana Gama Muniz, 2015.
T	113 f.
	Orientador: John Wilkinson.
	Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
	Bibliografia: f. 107-113.
	1. China - Teses. 2. Segurança alimentar - Teses 3. Brasil – Teses. 4. <i>Commodities</i> agroalimentares – Teses. I. Wilkinson, John. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

Para a Sarah - que sempre me pergunta aonde fica a China e entende segurança alimentar como nescauzinho, macarrão com queijo, arroz de japonês e bala de princesa. Dedico este trabalho a minha sobrinha e afilhada pela minha ausência nos últimos dois anos. Sassá, te desejo coragem para ir atrás dos seus sonhos, mesmo que a realização deles signifique algumas renúncias.

“A poesia está guardada nas palavras
- é tudo que eu sei.
Meu fado é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias
(do mundo e as nossas).
Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.
Fiquei emocionado e chorei.
Sou fraco para elogios.”
(Manoel de Barros)

AGRADECIMENTOS

A trajetória percorrida nestes últimos dois anos, dentro do CPDA/UFRRJ, desde a “água benta” da entrevista de seleção até a finalização desta dissertação, é a realização de um grande sonho. Desde a minha graduação, passei por três cursos de pós-graduação *latu sensu* e, por diversos motivos, acreditava que fazer um mestrado seria quase impossível. Ao me aproximar do final da redação deste trabalho, tenho a certeza absoluta de que os momentos mais enriquecedores e de maior aprendizado vividos por mim, desde março de 2013, foram nas salas de aula do 6º andar da Av. Presidente Vargas, 417. Não entrei ali para buscar um título ou ascensão profissional. Entrei buscando conhecimento e posso afirmar que a realização deste sonho abriu infinitas possibilidades para ampliar a minha compreensão sobre este mundo. Deixo aqui meu enorme agradecimento a tantas pessoas que me ajudaram a tornar este sonho possível.

Aos meus pais - Enoc e Aily - pela vida e pela valorização da educação na minha formação. Agradeço a minha mãe pelo amor incondicional e pelas comidinhas que alimentam e fazem carinho na alma. Ao meu pai, agradeço, pelo exemplo de serenidade e por ter me apresentado a Vivaldi em meus tempos de criança. A sua música muito me ajudou a inspirar e a expirar em momentos nos quais as crises de ansiedade pareciam não ter fim.

Ao meu irmão – Kikinho – a única pessoa que não questionou a minha decisão de dar um tempo da vida profissional para me dedicar exclusivamente aos estudos, após um ano de difícil conciliação entre o mestrado e o trabalho. Obrigada por me dizer exatamente as palavras que eu precisava ouvir!

Ao meu namorado - Ricardo Mavigno – pelo afeto, pelo companheirismo, por todos os momentos de descontração, pela troca de impressões sobre a China e, acima de tudo, por me ajudar a ampliar as portas da percepção a cada dia – seja através da poesia, da fotografia ou das nossas intermináveis conversas.

Ao meu querido professor e orientador, John Wilkinson. De todas as vivências e aprendizado proporcionados pelo CPDA, nada foi mais gratificante do que a oportunidade de ser aluna do John. Obrigada pela compreensão, pela paciência e pelo respeito ao meu tempo. Obrigada pela humildade e generosidade em compartilhar tanto conhecimento que, certamente, levarei comigo para toda a vida!

A minha Tia Jael e aos meus primos Cynthia e Ricardo pela calorosa e cuidadosa acolhida em tempos de incerteza, mudanças e muita tensão nas semanas anteriores a minha banca de qualificação. Um especial agradecimento a minha Tia Jael, por me proporcionar o direito à moradia em tempos de especulação imobiliária na “cidade purgatório da beleza e do caos”.

A todos os funcionários e professores do CPDA – pelo ambiente acolhedor que vocês nos proporcionam a cada dia. Agradeço aos professores Claudia Job Schmitt, Debora Lerrer, Eli Lima, Nelson Giordano e Regina Bruno por todo o aprendizado proporcionado nas salas de aula. Agradeço a Coordenadora Fatima Portilho pela compreensão e apoio nestes últimos meses de redação deste trabalho. Em especial, agradeço ao professor Renato Maluf, pela paixão com a qual aborda a temática do desenvolvimento e acaba nos arrebatando e provocando tremenda vontade de estudar cada vez mais sobre o assunto. Obrigada pela confiança e pela oportunidade de me aproximar do CERESAN nos últimos meses, ainda que eu não tenha conseguida me fazer tão presente o quanto gostaria.

Agradeço imensamente aos professores, Ana Celia Castro e Georges Flexor, pela leitura cuidadosa e pelas valiosas contribuições durante a minha Banca de Qualificação e por terem aceitado fazer parte da minha banca final da defesa deste trabalho.

Eu não poderia deixar de agradecer a todos os colegas que fizeram parte desta longa e, ao mesmo tempo, rápida caminhada pelo CPDA/UFRRJ. Apesar de quase nunca ter conseguido participar dos momentos de confraternização, fora das salas de aula, sempre irei me lembrar deste tempo que passamos juntos com muita gratidão pela oportunidade de ter compartilhado esta experiência com cada um de vocês. Agradeço a Renata Milanês e a Isis Leite, pelo exemplo de garra e determinação que vocês foram para mim.

Registro aqui um agradecimento especial a Luiza Mucillo – pelas aulas que fizemos juntas, pelas reflexões, dificuldades e angústias divididas. Agradeço enormemente pelas palavras de apoio e incentivo nesta reta final! Que venha o nosso doutorado!

Ao meu ex-professor, ex-chefe e para sempre amigo, Daniel Aragão - mais do que o aprendizado em sala de aula e a oportunidade do primeiro trabalho na área de direitos humanos, agradeço pela inspiração e pelo exemplo de luta!

Agradeço imensamente a André Soares e a Raquel Coelho por terem me “aplicado” nesta incrível experiência que foi entrar em contato com a China. Muito obrigada por terem me guiado pelas ruas de Pequim e por terem compartilhado comigo todo o conhecimento e a vivência de vocês sobre a política, a economia, a cultura e a sociedade chinesa. A minha experiência na China não teria sido a mesma se vocês não estivessem comigo. 谢谢

À Harriet Friedman - pela oportunidade das deliciosas conversas, regadas a tanto conhecimento e algumas caipirinhas, no Bar do Zé, no Parque Lage e na Praia Vermelha.

Ao CNPQ - agradeço pela concessão da bolsa de pesquisa, durante o segundo ano do Mestrado, que me permitiu viver este sonho.

Aos amigos do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) - Julia Dias Leite, Karen Grimmer, Giselle Vasconcellos, Jordana Gonçalves, Juliana Alves, Denise Dewing, Christiane Sauerbronn e Santiago Bustelo – agradeço pela oportunidade de trabalhar e aprender tanto com cada um de vocês. Ao Tulio Cariello, agradeço, especialmente, pelas informações privilegiadas!

A minha família em Floripa: Tio Doro, Tia Dhava, Bina, Guto, Xande e David. Minha eterna gratidão por tudo o que fizeram por mim! Vocês foram e sempre serão a melhor parte dos meus anos da faculdade e a cada reencontro, por mais breve que seja, é sempre tão bom que nunca dá vontade de vir embora.

Aos meus grandes amigos da faculdade - Thais Domingues, Clarissa Kuhn, Melissa Marqueze e Daniel Franzoi – agradeço pela amizade de tantos anos e pelos momentos de respiro nas últimas semanas de redação deste trabalho.

Aos amigos que estiveram mais próximos nesses dois últimos anos – Sergio di Biase, Luciana de Lamare São Paulo Canale, Andrea Banjar Machado, Ana Cristina Veronese, Carmem Bianca de Lamare São Canale e Renata Moraes pela paciência, pelo apoio e pelas sessões de

pura abstração e deleite regados a taças de vinho. Obrigada por compreenderem minhas longas ausências em função dos estudos e obrigada por me aturarem quando meu único assunto era o mestrado.

Também não poderia deixar de agradecer aos amigos Tássia Almeida, Lina Raquel e Pedro Ronan – nossos encontros têm sido raros, mas são sempre inspiradores!

Agradeço ao Helcio, com quem compartilhei medos, angústias, sonhos e tantos outros sentimentos. Sobrevivi a este desafio sem o acompanhamento do meu psicanalista, mas o seu trabalho preciso e cuidadoso, durante sete anos, me permitiu administrar tantos conflitos pessoais e dar conta deste desafio.

Por fim, mas não menos importante, deixo um agradecimento especial ao querido primo, Ricardo Machado, pela cuidadosa leitura, revisão e sugestões de melhorias na redação deste trabalho.

Muito obrigada a todos vocês!

RESUMO

MUNIZ, Luciana Gama. **Segurança alimentar na China: oportunidades e impactos para o Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015

As reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping, na China, a partir de 1978, em direção a uma economia de mercado, alavancaram os processos de urbanização e industrialização, e alteraram o nível da renda, o padrão de consumo e a dieta alimentar dos chineses. À luz dessas reformas o presente trabalho abordará o desafio da China para alimentar cerca de 20% da população mundial, dentro de um território com sérias limitações de recursos naturais, como água e terra. Embora seja um grande produtor de alimentos e exportador de algumas *commodities* agroalimentares, o país aumentou exponencialmente a importação de produtos agrícolas nas últimas décadas e o comércio internacional tem ocupado cada vez mais um peso relevante para a segurança alimentar da China. No entanto, ao levarmos em consideração os riscos e incertezas do comércio internacional, torna-se uma questão central da política da China a necessidade de elaboração de estratégias que venham a contribuir para a garantia de um controle maior de recursos a nível global e assegurar a sua segurança alimentar. Dessa forma, o governo chinês vem expandindo os seus investimentos agrícolas no exterior e ampliando cada vez mais a sua integração as cadeias globais de valor do agronegócio. De acordo com esse contexto, este estudo pretende contribuir para ampliar o nível de entendimento sobre a dinâmica política e econômica da China, com foco em suas estratégias de segurança alimentar, de modo a tornar inteligível a sua participação no comércio internacional de *commodities* agroalimentares. A partir de um breve resgate histórico sobre a evolução da agricultura chinesa, será investigado o conceito de segurança alimentar no país asiático, bem como as mudanças no padrão do consumo alimentar chinês. Dentro de um arcabouço institucional definido pelo livre comércio, desregulação e minimização do papel intervencionista do Estado, a China se tornou uma potência econômica global e um importante ator no comércio internacional de *commodities* agroalimentares e o principal parceiro econômico do Brasil. Dessa forma, o estudo pretende analisar a evolução do comércio sino-brasileiro, em especial os produtos agroalimentares, considerando os aspectos mais relevantes desta relação, com destaque para as oportunidades e os impactos políticos, econômicos, sociais e ambientais para o Brasil.

Palavras-chave: China. Brasil. Segurança alimentar. *Commodities* agroalimentares. Comércio internacional.

ABSTRACT

MUNIZ, Luciana Gama. **Food Security in China: opportunities and impacts to Brazil.** Dissertation (Master of Social Sciences in Developing, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015

China's economic reforms, initiated by Deng Xiaoping in 1978, towards a market economy, boosted the urbanization and industrialization processes, changing Chinese population characteristics such as income, consumption pattern and diet. China has a great challenge of feeding about 20% of the population within a territory with serious shortfall of natural resources, like water and land. Although it's large capacity of food production, including exports of some agri-food commodities, the country increased, exponentially, it's agricultural products imports in recent decades and international trade occupied an increasingly large share to China's food security. However, when we take into account the risks and uncertainties of international trade, the need to have strategies that will contribute to ensure a greater control of global resources and its food security, becomes a central issue of China's policy. Thus, the Chinese government has been expanding their agricultural investments abroad and increasingly expanding their integration into global value chains of agribusiness. This study intends to contribute to the understanding of political and economic dynamics of China, focusing on its food security strategies, in order to make intelligible the country's participation in international trade in agri-food commodities. Based on a brief historical review of the evolution of Chinese agriculture, the concept of food security to China will be investigated, as well as the recent changes on Chinese food consumption patterns. Within an institutional framework defined by free trade, deregulation and reduction of the State's interventionist role, China has become a global economic power and a major player in agri-food commodities international trade, besides the main commercial Brazilian partner. Thus, the study aims to analyze the evolution of Sino-Brazilian trade, especially food products, considering the relevant aspects of this relationship, with highlights about the opportunities and the impacts for political, economic, social and environmental scenario in Brazil.

Key Words: China. Brazil. Food security. Agri-food *Commodities*. International trade.

LISTA DE SIGLAS

ADM – Archer Daniels Midland
ABCD - ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus
AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
AKS - Al Khaleej Sugar
BIRD - Banco Mundial
BOM – Brasil Óleo Mamona
CASS - Academia Chinesa de Ciências Sociais
CBERS - Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres
CBOT - Bolsa de Valores de Chicago
CEBC - Conselho Empresarial Brasil-China
CGV - Cadeias de Valores Globais
CGH - Chongqing Grain Group
CIC - China Investment Corporation
COFCO - China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation
COSBAN - Comissão Sino-Brasileira e Alto Nível de Concertação
DCH - Dah Chong Hong
EAMs - Empresas de Aldeias e Municípios de propriedade coletiva
ECVs - Empresas de cidades e vilas
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE - Empresas de Propriedade do Estado
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GLP - Grande Salto Adiante
GVC – Global Value Chain
HLPE – Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional
IATP - Institute for Agriculture and Trade Policy
IED - Investimento Externo Direto
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JAG - Al-Ghurair Jamial
KUOMITANG - Partido Nacionalista chinês
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
MOFCOM - Ministério de Comércio da China
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM – Objetivos do Milênio
OMC – Organização Mundial de Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
PCC – Partido Comunista Chinês
PIB – Produto Interno Bruto
RPC - República Popular da China
SASAC - Comissão de Supervisão e Administração de Bens
SINOGRain - China Grain Reserves Corporation
TVE's – Township and village enterprises
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
ZEE - Zonas Econômicas Especiais

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Plantação de arroz em Yunnan	14
Figura 2 – Arado animal	15
Figura 3 – Coletivo agrícola da era maoísta	18
Figura 4 – Coletivo agrícola na era maoísta	19

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área irrigada e fertilizantes	21
Gráfico 2 - Distribuição da população chinesa entre rural e urbana (%)	35
Gráfico 3 – Participação do PIB por produção (1981- 2011)	36
Gráfico 4 – Participação no PIB por gasto (percentual)	36
Gráfico 5 – Renda nacional bruta per capita	36
Gráfico 6 – Aumento de calorias e proteínas na dieta chinesa (1980-2009)	40
Gráfico 7 – Projeção do crescimento do consumo de proteína animal na China	41
Gráfico 8 – Comparação do consumo de carne de porco – China e Estados Unidos (1960-2012)	42
Gráfico 9 – Tipos de produção de porcos na China (1985-2007)	42
Gráfico 10 – Produção e consumo de aves na China (1996-2010)	43
Gráfico 11 – Aumento do estoque de aves na China (1961-2009)	44
Gráfico 12 – Produção de leite na China (1980-2006)	44
Gráfico 13 - Consumo doméstico da China – porcentagem do total global (1975-2012)	46
Gráfico 14 – Disponibilidade de água na China	47
Gráfico 15 – Parcela chinesa do valor das importações mundiais (porcentagem)	55
Gráfico 16 - Índice de preços globais relativos 2030 (2010=100)	56
Gráfico 17 - Intercâmbio comercial Brasil-China – 1974-1994	62
Gráfico 18 - Intercâmbio comercial Brasil-China – 1994-2004	63
Gráfico 19 - Saldo comercial do Brasil com a China – 2004 – 2013	64
Gráfico 20 - Intercâmbio comercial Brasil-China – 2004 – 2013	65
Gráfico 21 - Investimentos chineses anunciados no Brasil – 2007-2013	66
Gráfico 22 - Divisão setorial dos acordos assinados no contexto da visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil	67
Gráfico 23 - Corrente de comércio Brasil-China entre 2004 e 2014 (US\$ milhões)	71
Gráfico 24 – Pauta de exportação do Brasil para a China (US\$ milhões)	72
Gráfico 25 – Participação da China nas exportações do Brasil para o mundo em 2013 – produtos selecionados	74
Gráfico 26 – Exportações do agronegócio brasileiro para a China entre 2009 e 2013 (US\$ milhões)	75
Gráfico 27 – Dotação de terras para agricultura, florestas e recursos de água doce	76
Gráfico 28 - Dotação de terras para agricultura, florestas e recursos de água doce per capita	76
Gráfico 29 – Investimentos chineses no Brasil – 2007 a 2013	79
Gráfico 30 – Principais fornecedores de carne de frango “in natura” - 2007-2012	83
Gráfico 31 – Principais fornecedores de carne de frango “in natura” de Hong Kong	84
Gráfico 32 – Produção e importação de carne bovina na China-Hong Kong 2008 – 2012 (Ton-mil)	85
Gráfico 33 – Principais fornecedores de carne bovina “in natura” e demais carnes bovinas para a China	86

Gráfico 34 – Principais fornecedores de carne bovina “in natura” e demais carnes bovinas para Hong Kong	87
Gráfico 35 - Principais países produtores e importadores de carne suína	88
Gráfico 36 - Produção e importação de carne suína na China e Hong Kong	88
Gráfico 37 – Produção e importação de soja em grão e óleo de soja – principais países	90
Gráfico 38 - Produção e importação de soja e óleo de soja	90
Gráfico 39 – Tarifas para exportação de produtos relativos ao complexo soja (MFN – ad valorem)	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos na agricultura (1952 – 1979).....	21
Tabela 2 – Produção e demanda de commodities agrícolas na China – 2012	31
Tabela 3 – Produção e demanda de proteína animal na China – 2012	32
Tabela 4 – Taxas decenais de crescimento	36
Tabela 5 – Impactos diretos na utilização da água, terra cultivável e salários na agricultura pelo aumento de 1% na urbanização na China	37
Tabela 6 – Impactos diretos na produção agrícola pelo aumento de 1% na urbanização na China	37
Tabela 7 - Números de cabeças de gado e produtores de laticínios na China (2007-2010)	45
Tabela 8 – Pauta de exportação – 2014 em comparação com 2013	72
Tabela 9 – Pauta de importação – 2014 em comparação com 2013	77
Tabela 10 – Investimentos chineses no Brasil – Agronegócio	81
Tabela 11 - Importações de carnes de aves na China	83
Tabela 12 – Importação de carnes de aves em Hong Kong	84
Tabela 13 – Importações chinesas de carne bovina	85
Tabela 14 – Importações de carne bovina de Hong Kong	87
Tabela 15 – Importações de carne suína na China-Hong	89

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I - A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA CHINA.....	21
1.1 Breve histórico	21
1.2 A agricultura durante o governo de Mao Tsé-Tung.....	25
1.3 A Revolução Verde chinesa.....	28
1.4 A abertura de Deng Xiaoping e as transformações no campo e na agricultura.....	31
1.5 O conceito de segurança alimentar.....	37
CAPÍTULO II - A EVOLUÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR	42
NA CHINA.....	42
2.1 As recentes transformações da sociedade chinesa – urbanização e industrialização	42
2.2 Impactos da industrialização e urbanização no consumo alimentar.....	47
CAPÍTULO III - A CHINA E O COMÉRCIO GLOBAL DE COMMODITIES AGROALIMENTARES.....	57
3.1 Regime institucional.....	57
3.2 Estratégias da atuação da China nos mercados internacionais	60
CAPÍTULO IV – IMPACTOS DO EFEITO CHINA PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.....	68
4.1 Breve histórico das relações comerciais Brasil-China	68
4.2 Comércio e investimentos chineses no Brasil.....	79
4.3 Os reflexos do efeito China para o agronegócio brasileiro.....	100
CONCLUSÕES	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

APRESENTAÇÃO

O principal objetivo deste trabalho é fazer uma análise da questão da segurança alimentar na China e compreender as principais oportunidades e impactos para o Brasil, tendo em vista que o país asiático se tornou o principal parceiro comercial brasileiro, desde 2009. Ao levarmos em consideração o crescimento econômico chinês das últimas décadas e as transformações da sociedade chinesa diante de processos com o aumento da industrialização e da urbanização, é possível observar um considerável aumento no aumento da renda da população e uma consequente mudança no perfil do consumo chinês, em especial o consumo alimentar.

Partindo desse contexto, este estudo buscará responder a duas questões de pesquisa, a saber:

- Qual o posicionamento da China no sistema agroalimentar mundial em relação às suas estratégias para garantir a sua segurança alimentar?
- Como a China adquire maior controle de recursos a nível global para assegurar a sua segurança alimentar?

Para responder a estas questões será utilizada a abordagem teórica das Cadeias Globais de Valor, que permitirá contextualizar a emergência de uma governança global construída com base no livre comércio, na desregulação e na minimização do papel intervencionista do Estado. Tendo em vista que a emergência da China como potência global se dá dentro deste cenário de liberalização comercial e financeira, torna-se relevante abordar os principais aspectos desta lógica global de produção que também se estendeu à esfera dos produtos agroalimentares.

Assim, esse quadro analítico das Cadeias Globais de Valor será útil para fundamentar o processo de globalização do sistema alimentar e a reorganização de todas as etapas de produção, circulação e distribuição de produtos agrícolas, no qual atores públicos e privados coordenam um conjunto de atividades em diferentes etapas em diferentes países, cada qual com suas tradições e regulamentações. A partir da emergência dessas Cadeias Globais de Valor verticalmente integradas, novos atores despontam como grandes produtores, compradores e vendedores de *commodities*, como o Brasil e a China. Além desses países, destaca-se, também, a consolidação do poder de grandes *traders* internacionais e redes de supermercado que possuem importância influência na reestruturação das regras desse jogo global, além da própria Organização Mundial do Comércio, que surge como uma nova institucionalidade no sistema internacional de comércio.

À luz das transformações ocorridas na China, após o início das reformas econômicas de Deng Xiaoping, em 1978, governo chinês se viu diante de uma necessidade de estabelecer políticas e estratégias para lidar com o crescimento da urbanização e seus impactos no aumento de renda no consumo da sua sociedade. Somados a esses fatores, os riscos e as incertezas do comércio internacional e a escassez de recursos como terra e água, a segurança alimentar do país entrou nas prioridades do atual governo chinês.

Dentro deste contexto, o presente trabalho buscará atender aos seguintes objetivos:

- Traçar um breve histórico da evolução da agricultura chinesa;
- Abordar o conceito de segurança alimentar para o país asiático;

- Analisar as principais mudanças no padrão do consumo alimentar da sociedade chinesa;
- Analisar a inserção da China nas Cadeias Globais de Valor do Agronegócio;
- Levantar as principais oportunidades e impactos para o Brasil.

Ao se tornar o principal parceiro comercial do Brasil ao longo dos últimos anos, a China contribuiu para o superavit da balança comercial brasileira e vem, de certa forma, redefinindo as estruturas produtivas do Brasil, principalmente no setor do agronegócio. O aumento no volume das exportações do Brasil para a China, em paralelo ao momento de desaceleração da economia mundial após a crise de 2008, teve fundamental importância para reposicionar o sistema agroalimentar brasileiro como um setor estratégico de inserção global da economia brasileira. Entretanto, na parte final deste trabalho, serão considerados, também os riscos e impactos políticos, econômicos, sociais e ambientais desta parceria sino-brasileira, em contraste com as estratégias que vem sendo adotadas pelos setores público e privado no Brasil, para lidar com o “efeito China”.

INTRODUÇÃO

A China é um país de grandes proporções. Além do seu vasto território e da sua população que, atualmente, gira em torno de 1,4 bilhão de habitantes, o país asiático apresentou uma taxa de crescimento econômico que atingiu uma média de 10% ao ano durante os 30 anos seguintes ao início do processo de abertura, iniciado pelo Presidente Deng Xiaoping, em 1978. Desde então, o padrão de vida da população chinesa apresentou uma considerável melhoria, e mais de meio bilhão de pessoas saíram da situação de pobreza, segundo dados do Banco Mundial. (2014)

Com uma história milenar e superficialmente conhecida por grande parte do Ocidente, o país oriental vem chamando, cada vez mais, a atenção da academia, do setor privado, dos Estados e dos diversos atores internacionais, não apenas pelo seu crescimento econômico mas, principalmente, pelo seu retorno ao centro da economia global. A China se tornou a segunda maior economia e mercado importador do mundo, e vem exercendo uma influência cada vez maior no cenário mundial, em virtude da sua participação nos fluxos de comércio e investimentos internacionais, inclusive no que se refere ao mercado global de *commodities* agroalimentares – objeto de estudo deste trabalho.

A ordem de grandeza dos números na China possui um efeito impressionante sobre praticamente qualquer tipo de análise que venha a ser feita sobre o país. Até o início da reforma econômica orientada para o mercado, no final dos anos 70, a sociedade chinesa era predominantemente rural, e menos de 20% da população vivia nas cidades. Desde então, observou-se um deslocamento de mais de 30% da zona rural para as cidades e, atualmente, o país possui cerca de 700 milhões de pessoas vivendo nas áreas urbanas.

Segundo dados do Relatório Hurun¹ de 2014, o país atingiu o número de 875 mil milionários (chineses que possuem o equivalente a 1,47 milhão de dólares) e 17 mil multimilionários (chineses que possuem o equivalente a US\$ 81 milhões). Apesar do crescimento econômico, o país possui mais de 150 milhões de pessoas que ainda vivem na linha da pobreza, ou seja, os números também apontam para uma expressiva desigualdade social na China.

No entanto, mesmo com a previsão de uma desaceleração e estabilização da taxa de crescimento entre 3,5% e 6,9%² em 2015-2030, a China ainda apresenta um crescimento bastante superior à maioria dos países em desenvolvimento, principalmente após a crise financeira de 2008. Tamanho crescimento nos últimos 40 anos foi responsável, também, por uma série de mudanças estruturais no país, que impactaram os níveis de industrialização, urbanização, geração de renda e ascensão nos padrões de vida da população. Todas essas transformações foram responsáveis por uma mudança no perfil do consumo da população, inclusive no que diz respeito à dieta alimentar.

Até o final do século XX, a dieta alimentar chinesa era baseada no consumo de grãos, como o arroz e o trigo. Na medida em que os processos de industrialização e urbanização foram se ampliando, a sociedade chinesa foi adquirindo novos hábitos alimentares. A ingestão total de calorias per capita por dia subiu de 2.163 Kcal, em 1980, para 3.036 Kcal, em 2009 – um consumo muito maior quando comparado à média mundial, que subiu de 2.490 Kcal para 2.831 Kcal no mesmo período. A demanda por carnes, produtos lácteos, ovos e fibras aumentou consideravelmente, além da procura por alimentos de rápido preparo. A ingestão de proteínas cresceu de 54 g per capita, em 1980, para 94 g per capita, em 2009, sendo que três

1 Relatório sobre riqueza na China, elaborado pelo Banco Mingsheng e o Instituto de Pesquisa Hurun.

2 O estudo realizado pelo Banco Mundial – “Implicações de uma China em transformação: oportunidades para o Brasil – apontou dois cenários para desaceleração do crescimento da economia chinesa, em comparação com a taxa de 10,4% registrada em 2010 e com a taxa de 7,8% registrada em 2012.

quartos desse crescimento provem de produtos à base de proteína animal, inicialmente baseado no consumo do porco e do peixe e, mais recentemente, inserindo o consumo da carne de frango. Por sua vez, a ingestão de gordura quase triplicou, passando de 34 g per capita para 96 g per capita, durante o mesmo período. (Banco Mundial, 2014)

A China, hoje, já responde pela produção e consumo de metade da carne de porco do mundo, cerca de 20% das aves, 10% da carne bovina e é, ainda, o quarto maior produtor de leite do mundo. De acordo com o relatório sobre projeções agrícolas para 2023, elaborado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2014), tudo indica que o consumo de carne seguirá aumentando na China. Embora o país seja responsável por praticamente toda a sua produção de carne, a rápida urbanização trouxe impactos, também, para a produção agrícola. Nos anos 70, o setor agrícola representava cerca de 35% do PIB chinês e, em 2008, a sua representatividade no PIB havia caído para 11%, em função da industrialização, viabilizada pelo êxodo da mão de obra rural para as cidades. Nesse sentido, parece ficar claro que a transformação na dieta alimentar chinesa aumentará a quantidade de recursos necessários para atender a demanda de alimentos da China, ocasionando um possível aumento na pressão para a produção mundial de alimentos, tendo em vista que dietas baseadas em produtos de origem animal requerem um aumento muito maior na utilização dos recursos agrícolas.

Por outro lado, dados do Banco Mundial também apontam que, embora a taxa de autossuficiência alimentar, em 2010, tenha ficado em torno de 98%, a produção de grãos, especificamente, caiu de 92%, em 2010, para 88%, em 2012. Enquanto a autossuficiência nacional em arroz e trigo ainda se mantém em torno de 100%, as importações de soja alcançaram o volume de 58,3 milhões de toneladas, em 2012. Além disso, a China também deixou de ser um exportador líquido de milho no início da década de 2000, e figura agora na lista de importadores, com um volume líquido de 5,2 milhões de toneladas, em 2012.

A posição da China no tabuleiro global divide opiniões sobre a capacidade do país para garantir a segurança alimentar da sua população. Ainda que, nos últimos dez anos, a China tenha exportado mais alimentos do que importado, muitos sinólogos seguem a ideia de que o país asiático será fortemente dependente do mercado internacional de alimentos, em função da urbanização e do aumento do poder de consumo da sua população que, cada vez mais, vem consumindo grãos e proteínas de origem animal.

Outros números chineses que tanto impressionam quanto preocupam estão relacionados ao fato de que o país possui cerca de 20% da população mundial e apenas 10% das terras agricultáveis do mundo – das quais uma boa parte encontra-se em processo de degradação. Problemas como a escassez de recursos, como a terra e a água, vêm reduzindo a capacidade da produção de alimentos no país. Fatores como erosões, mudança de acidez e efeitos de mudanças climáticas, além dos danos causados por poluentes, fertilizantes e agrotóxicos, vêm reduzindo a fertilidade dos solos e impactando o custo da produção de grãos na China, tornando-o mais caro do que os preços no mercado global de *commodities* agroalimentares. Essa escassez de recursos naturais estabelece limites reais sobre a capacidade da China para expandir a sua produção de alimentos, principalmente no que diz respeito às proteínas de origem animal, além dos impactos ambientais e sociais decorrentes desse rápido processo de industrialização e urbanização, que não serão o objeto principal de análise deste trabalho. (Schneider, 2014; Sharma, 2014)

Faz-se importante ressaltar que compreender a China perpassa a simples análise dos fatos e dados da história recente do país. O meu interesse pelo país asiático teve início durante o período no qual trabalhei na área institucional do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Embora não atuasse na área de estudos e pesquisa, a minha atividade profissional exigia um esforço para absorver e tentar compreender as questões relacionadas à emergência do país asiático como o principal parceiro comercial do Brasil, desde 2009.

Assim, a China tornou-se o objeto da minha dissertação do mestrado e, ainda que a análise realizada durante a elaboração dessa pesquisa possua o recorte da segurança alimentar, não seria viável avançar nesse estudo sem um mergulho mais profundo na história e na cultura do país. Apesar da pequena duração de 15 dias, a experiência profissional e turística na cidade de Pequim, em 2013, foi de fundamental importância para eu abrir os olhos e a mente para a riqueza daquela civilização milenar. As traumáticas vivências profissionais, bem como as incríveis sensações experimentadas diante da imponência de lugares como a Cidade Proibida, o Palácio de Inverno e a Muralha da China, além da visita ao *Hutong*, o contato com o povo e a fantástica culinária chinesa, me fizeram chegar à conclusão de que, por maior que fosse o meu esforço para dar conta de toda a bibliografia disponível para este trabalho, ele não seria suficiente para decifrar a China. Além dos principais sinólogos, a inclusão de literatura e cinema chineses no meu plano de estudos também teve papel importante nesse processo de aproximação e aprendizado sobre o Império do Meio.

Cabe ressaltar a imensa produção bibliográfica existente, hoje, sobre diversos assuntos relacionados à China – desde análises mais amplas sobre as transformações econômicas do país e seus impactos na economia global, geopolítica e poder da China nas relações internacionais, a questões mais específicas relacionadas à minha pesquisa, como a evolução da agricultura, os impactos dos processos de industrialização e urbanização, a evolução do consumo e a segurança alimentar. Contudo, a falta de conhecimento do mandarim impossibilitou o acesso à literatura sobre o tema e dados oficiais do governo chinês que não estavam disponíveis em inglês.

Não obstante a vasta bibliografia disponível, uma grande dificuldade enfrentada durante o trabalho foi a presença de dados e informações divergentes na literatura utilizada, a pouca confiabilidade de dados governamentais e a ausência de informações totalmente confiáveis no que diz respeito aos fatos históricos na China como, por exemplo, números relativos à produção agrícola, à grande fome e às transformações tecnológicas.

É válido observar que, apesar de todo o esforço para incluir e priorizar leituras de autores chineses, cujo objetivo foi aproximar o olhar de uma realidade tão distante não apenas do ponto de vista geográfico mas, principalmente, no que diz respeito a identidade, a cultura, a história e a ideologia, este trabalho foi construído com um olhar e uma análise Ocidental.

Todavia, o presente estudo pretende contribuir para ampliar o nível de entendimento das dinâmicas políticas e econômicas da China, com foco em suas estratégias de segurança alimentar, de modo a tornar inteligível a sua participação no comércio global de *commodities* agroalimentares. Para que o objetivo proposto seja atingido, este trabalho se divide em quatro capítulos e uma conclusão.

No primeiro capítulo, será realizado um breve resgate histórico da evolução da agricultura na China, ressaltando os principais aspectos da agricultura milenar chinesa, as transformações ocorridas no setor agrícola durante a era maoísta, a revolução verde e o processo de abertura de Deng Xiaoping, assim como as mudanças no campo oriundas do “Programa das quatro modernizações” - agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e defesa nacional. Por fim, o capítulo abordará, ainda, a evolução do conceito de segurança alimentar na China.

O segundo capítulo apresentará a evolução do consumo alimentar no país asiático, com destaque para os principais impactos dos processos de urbanização e industrialização na sociedade chinesa e, conseqüentemente, as transformações dos padrões de consumo alimentar no país. O objetivo deste segundo capítulo é demonstrar como a mudança do perfil de consumo alimentar da população chinesa trouxe significativos impactos na importação e na produção de alimentos na China.

Por sua vez, o terceiro capítulo partirá da abordagem do quadro analítico das Global Value Chains (GVC) para apresentar como as transformações ocorridas no equilíbrio de poder

das relações internacionais pós-Guerra Fria contribuíram para acelerar o processo de globalização da produção de *commodities* agroalimentares, alterando o arcabouço institucional da governança global, que modificou a dinâmica do sistema agroalimentar como um todo. A partir desta análise, apontaremos como a entrada da China na Organização Mundial de Comércio (OMC), em 2001, e as estratégias do governo chinês para assegurar a sua segurança alimentar inseriu o país no comércio internacional e nas Cadeias Globais de Valor do agronegócio.

Por fim, o capítulo quatro traça um breve histórico das relações comerciais sino-brasileiras, com o objetivo de contextualizar a emergência da China como o principal parceiro comercial do Brasil, a partir do ano de 2009. Este relato sobre a trajetória dos fluxos comerciais e de investimentos chineses no Brasil, permite observar a crescente importância do país asiático na pauta de exportações brasileiras e perceber o quanto a intensificação do comércio sino-brasileiro foi importante para o ciclo de crescimento brasileiro desde o início deste século.

A demanda chinesa, responsável pelo boom das *commodities*, contribuiu para elevar o crescimento da economia brasileira em um cenário pós-crise financeira de 2008, mas também desencadeou um reflexo na estrutura produtiva do Brasil, gerando uma “reprimarização” da economia brasileira, que veio acompanhada de um processo de desindustrialização. Dessa forma, pode-se concluir que o “efeito China” representa um grande desafio para o Brasil, pois ao mesmo tempo em que cria oportunidades de crescimento para o setor do agronegócio brasileiro, também pode trazer impactos negativos para os quais o país parece não estar preparado para enfrentar como a questão da competitividade das manufaturas chinesas que tende a gerar um processo de especialização regressiva da estrutura industrial, além de questões relacionadas a perda do controle estratégico e soberano do Brasil sobre fontes de energia e de recursos naturais, e dos impactos sociais e ambientais da produção da soja no país.

Ao longo do trabalho, será possível perceber que o aumento da demanda por proteínas de origem animal e o consequente aumento da demanda por grãos para alimentação animal vem impactando as escolhas governamentais da China, no que tange à garantia da sua segurança alimentar. Dessa forma, a conclusão deste estudo mostrará que, além de intensificar os investimentos em agricultura no país e ampliar sua atuação no comércio internacional, o governo chinês está indo além de acordos comerciais com outros países, e investindo na aquisição de participações em *tradings* estrangeiras que atuam no mercado de *commodities* agroalimentares.

Nesse sentido, ainda que a agricultura chinesa se encontre entre as prioridades do atual governo, a China vem direcionando importantes investimentos ao redor do mundo com o objetivo de reduzir sua dependência externa por produtos agroalimentares, alterando as relações de poder entre os diversos atores do sistema alimentar mundial, dentre eles, o Brasil.

CAPÍTULO I - A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA CHINA

"O que vamos fazer se não há alimento suficiente para comer?, havia perguntado. Sua solução era a seguinte: "Não é pior do que comer menos (...) Estilo oriental (...) É bom para a saúde. Os ocidentais têm muita gordura na comida deles; quanto mais se avança para o Ocidente, mais gordura eles comem. Eu digo que os comedores de carne ocidentais são desprezíveis".

"Acho que é bom comer menos. Para que serve comer um monte ficar com uma barriga grande, como os capitalistas estrangeiros das caricaturas?"

(Frase atribuída a Mao Tsé-Tung, por ocasião da fome no país no livro
A história desconhecida - Halliday & Chang, 2005:527)

"Para evitar surras e humilhações, a Pequena Guan passou quase dois anos longe da escola.

Ela tinha continuado a plantar arroz, espalhar fertilizante, inseticida e cuidar de seu porco.

Em 1969, ela trabalhou 285 dias nos campos da comuna. Enquanto trabalhadores rurais de sua idade eram premiados com três pontos de trabalho por dia - o equivalente a menos de dez centavos – Pequena Guan ganhava 2,8, deduzidos 0,2 ponto de trabalho por causa dos erros políticos de seu pai."

(Pompreft, 2006)

1.1 Breve histórico

A China é dominada por regiões áridas no nordeste, cadeias montanhosas e elevados planaltos no oeste, e terrenos irregulares no sudoeste. Tal topografia confere ao país um dos menores índices per capita de área agricultável do mundo.

Entretanto, muito antes da fundação da República Popular da China, por Mao Tsé-Tung, em 1949, a China já possuía uma tradição agrícola, com uma história de mais de 5 mil anos, empregando técnicas de plantação e irrigação utilizadas até hoje. Considerado um dos principais centros de desenvolvimento agrícola desde os tempos antigos, o país se destaca por ser uma das primeiras nações a cultivar o arroz.

Desde a história antiga da China até os dias atuais, houve muitos avanços e revoluções tecnológicas que trouxeram importantes melhorias e impactaram de forma significativa a produção agrícola na China. No entanto, é interessante observar que o êxito do país em termos de sua produção de alimentos se deve muito ao conhecimento e às técnicas tradicionais utilizadas pela população chinesa desde o período feudal.

A China foi uma das primeiras civilizações a utilizar o método de plantação em fileiras, o que permitiu uma irrigação mais eficaz e, conseqüentemente, um maior rendimento da safra. O sistema de irrigação desenvolvido pelos chineses foi crucial para o cultivo do alimento mais básico e tradicional da dieta chinesa – o arroz. Tais técnicas de irrigação contribuíam para o maior aproveitamento da água e dos fertilizantes, e são utilizadas ainda nos dias de hoje. Além disso, o desenvolvimento da agricultura da China também está ligado ao arado de ferro, que facilitou o plantio das culturas em fileiras e contribuiu para a melhoria da fertilidade do solo e para o rodízio das culturas com o objetivo de permitir uma recomposição dos diferentes nutrientes da terra.



Figura 1 – Plantação de arroz em Yunnan

A sociedade tradicional chinesa era predominantemente rural, com mais de 90% da população vivendo no campo. Os agricultores trabalhavam com técnicas agrícolas sofisticadas para conseguir aumentar a produtividade de cada unidade de terra cultivada. A produção dependia basicamente do trabalho humano e de uma complexa tecnologia agrícola, desenvolvida com base no método da tentativa e erro de gerações de agricultores. O tripé dessa tecnologia consistia em três elementos fundamentais: variedades selecionadas de sementes, adubo orgânico e irrigação³. (Naughton, 2007)

Naughton (2007) ressalta a importância do uso intensivo da mão de obra na preparação dos campos para o plantio, irrigação dos canais, transporte de mudas e fertilizantes. Ao contrastar com o sistema agrícola europeu, o autor aponta o papel limitado dos animais, não apenas no trabalho agrícola como também na dieta humana. A carne era considerada um luxo para a grande maioria dos chineses, e a quase totalidade de calorias e proteínas consumidas eram provenientes dos grãos. (Naughton, 2007)

³ “Chinese traditional society was overwhelmingly rural, with over 90% of the population living in the countryside. Farmers employed a sophisticated agricultural technology to wrest high crop yields per unit of land cultivated. These yields depended on the massive application of human labor to small plots of farmland. A complex and highly productive agricultural technology developed, based not on modern science, but on the trial and error of generations of farmers. A “traditional triad” of farm technology consisted of three key elements: selected seed varieties, organic fertilizer, and irrigation.” (Naughton, P. 35, 2007)



Figura 2 – Arado animal

Aglietta & Guo (2013) atribuem à entrega de serviços básicos de bem-estar social um papel muito mais relevante na legitimação do regime imperial chinês, do que à representatividade dos principais atores políticos. Como os agricultores eram os principais fornecedores de receita fiscal, o sistema de proteção social da agricultura era feito, muitas vezes, às custas de outros setores, como o comércio.

Visando melhorar o desempenho do setor agrícola e manter a estabilidade social, além de garantir seus próprios interesses, os governos imperiais chineses também investiram na construção e na manutenção de grandes projetos de infraestrutura pública. Dentre os mais notáveis, estavam os sistemas de irrigação e os projetos de prevenção de inundações, especialmente ao longo do Rio Amarelo e do Grande Canal que ligava o delta do Rio Yangtze com Pequim. Além disso, o governo imperial chinês também mediava os mercados de *commodities*, que tinham vital importância para a vida das pessoas e para a estabilidade social, contribuindo para a manutenção do seu *status quo*. No auge da dinastia Qing (1644-1911), um sistema nacional de armazenamento em celeiros já possuía capacidade de armazenar milhões de toneladas de grãos⁴. (Aglietta & Guo, 2013)

Para consolidar a autoridade centralizada do regime imperial, foi desenvolvido um sistema de instituições políticas que permitia um controle sobre os departamentos executivo, fiscal e jurídico, com base em três regras principais: um sistema burocrático de controle centralizado de gestão de pessoas; instruções morais sobre oficiais e sobre o povo, de acordo

4 “To enhance the performance of the agricultural sector, elevate the welfare level of its population, and sustain social stability, Chinese imperial governments also devoted great efforts to constructing and maintaining large-scale public infrastructural projects that did their European counterparts in the same era. The most notable were irrigation systems, flood prevention projects especially those along the Yellow River, and the Great Canal that connected the fertile Yangtse Delta with Beijing. The imperial Chinese government also mediated the commodities markets that were of critical importance to people’s lives and resultantly to social stability. Large-scale government-run grain dealing originated in the Han dynasty and developed hugely in the Qing dynasty. A sizable national granary system was built accordingly. At the peak of the Qing dynasty, this national granary system had the ability to store several million tons of grain.” (Aglietta & Guo, 2013:24)

com as doutrinas de Confúcio; e medidas rígidas de coerção para assegurar a autoridade central e estabelecer a ordem social. (Aglietta & Guo, 2013)

A forma de organização rural mais comum, perdurando até os dias de hoje, eram as tradicionais vilas, em que a agricultura era baseada em iniciativas individuais ou de pequenas famílias. A fabricação de produtos não agrícolas também era realizada em pequena escala por famílias rurais. Itens como artigos têxteis e de couro, e ferramentas de ferro, bem como produtos alimentares, como vinho, chá, açúcar, macarrão e óleos comestíveis eram produzidos por micro empreendimentos na zona rural. Muitas famílias fabricavam e comercializavam seus próprios produtos. Assim, a economia chinesa tradicional era basicamente uma economia familiar. (Naughton, 2007)

Conforme observado por Morais (2011), a tradição chinesa determinava que os pais deveriam partilhar a propriedade entre os filhos homens. Dessa forma, a estrutura agrária era de baixa concentração, na qual 73% das famílias proprietárias possuíam lotes com, no máximo 1 hectare.

“A baixa média nacional de concentração de terra e o maior grau de mobilidade social ascendente e descendente não implicava em uma sociedade rural igualitária. Menos da metade da população rural possuía sua própria terra, e os demais trabalhavam em lotes arrendados e entregavam, no geral, metade da produção aos proprietários. Entre os proprietários, 23% das famílias concentravam 72% da área cultivável, e diferentes regiões eram dominadas, política e economicamente, pela classe de ricos proprietários de terra” (Morais, 2011)

Vale mencionar, também, que o declínio da monarquia e os conflitos ocorridos na China ao longo do Século XIX e na primeira metade do Século XX, a saber: as duas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), a Guerra Sino-francesa (1883-1885), a Guerra Sino-japonesa (1894-1895), o conflito entre o Kuomintang (Partido Nacionalista) e o Partido Comunista Chinês (PCC) e a guerra civil chinesa, foram custosos para o país, enfraqueceram a estrutura produtiva e contribuíram para o aumento da pobreza na China.

Antes de adentrar nas características da agricultura no período maoista, é importante mencionar que esse longo período pelo qual a China viveu sob regimes autoritários de Imperadores, os camponeses estavam submetidos a um sistema feudal de extração da sua produção excedente, assim como cobranças pesadas de impostos. Ainda que não seja a intenção deste trabalho o aprofundamento da história milenar da agricultura chinesa, cabe destacar que os sucessivos governos autoritários no país asiático não apenas influenciaram a sociedade chinesa tal qual buscamos compreender nos dias de hoje, mas também tiveram impactos decisivos na vida dos camponeses e na agricultura chinesa. Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo demonstrar o quanto o desenvolvimento agrícola chinês, desde a sucessão de dinastias presente em grande parte da história da China até os dias de hoje, é fator chave para a compreensão do crescimento da China nas últimas décadas.

1.2 A agricultura durante o governo de Mao Tsé-Tung

O professor de economia do Instituto de Desenvolvimento Rural e diretor da Unidade de macroeconomia da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Dang Guoying, ressalta que a China é um grande país agrário e sua situação econômica agrícola mostrava grandes diferenças em várias regiões, até a metade do século XX.

“De acordo com a pesquisa feita por Mao Tsé Tung em Changsha, os camponeses pobres compunham 70% do todo, os de renda média, 20%, e os camponeses ricos e latifundiários, 10% da população rural. Dentre os 70% de camponeses pobres, os totalmente abandonados, compondo 20%, são aqueles sem nenhuma posse, isto é, pessoas sem terras nem dinheiro e sem quaisquer meios de vida, que são forçadas a abandonar o campo e tornar-se mercenárias ou mão de obra contratada ou mendigos itinerantes” (Dang, 2004)

Os primeiros anos do novo regime comunista foram voltados para a reconstrução do país. A preocupação com as zonas rurais passou a ser vista como uma das prioridades do governo, e uma das ações prioritárias foi a promoção de uma política de reforma agrária.

As vilas rurais sofreram duas grandes revoluções na segunda metade do século XX. A primeira ocorreu na década de 50, quando cada aldeia foi convertida em um coletivo agrícola, mobilizando milhões de agricultores na construção de um campo socialista. Já a segunda revolução, ocorrida no final da década de 70, foi responsável pela dissolução dos coletivos e pela transformação do campo para uma economia de mercado. Ambas as revoluções imprimiram características específicas no campo e deixaram um legado que até hoje moldam o ambiente rural na China⁵. (Naughton, 2007)

Durante a era maoísta, a China fez a sua primeira transformação econômica estrutural e estabeleceu-se como uma nação industrializada. No entanto, o país continuou com mais de 80% da sua população nas zonas rurais, e o processo de industrialização não foi acompanhado pela urbanização. A melhoria na elevação de indicadores de saúde e educação e da promoção da igualdade de renda nacional também não foi acompanhada pelo aumento da produtividade agrícola, que permaneceu estagnada com ritmo de produção muito similar a média histórica das dinastias. (Morais, 2011:29)

A mudança estrutural mais radical do período maoísta veio com a primeira reforma agrária chinesa, que beneficiou 300 milhões de camponeses, eliminou a antiga classe de senhores de terras e consolidou a produção agrícola familiar em larga escala. (Morais, 2011)

Segundo dados da Academia Chinesa de Ciências Sociais (1992), durante o período 1950-52, 300 milhões de camponeses receberam 730 milhões de metros quadrados de terra. Embora seja apontada como uma expressiva distribuição de terras pelos sinólogos, o número reflete uma proporção de pouco mais de dois metros quadrados por pessoas. Além da distribuição de terras, outra importante política econômica foi o controle do comércio de grãos pelo governo, que gradualmente se estendeu para outros produtos agropecuários.

5 “However, the Chinese village was swept by two dramatic revolutions during the second half of the twentieth century. The first, during the 1950s, converted every village into an agricultural collective and mobilized hundreds of millions of farmers to build a socialist countryside. The second revolution, just as dramatic and consequential as the first, dissolved the collectives and vaulted much of the countryside into a modernizing and marketizing economy after 1979. Both these revolutions imprinted their features on the Chinese countryside—superimposed on the traditional village—and both left pervasive legacies that shape the Chinese rural environment today.” (Naughton, 2007:231)

Através desse controle, o governo central passou a exercer o monopólio estatal da compra e venda de grãos no país, estipulando os preços dos produtos agrícolas. (Dang, 2004).

Ainda em 1953, outra decisão relevante do governo para a reforma se voltava para a implementação das cooperativas agrícolas, que funcionavam de maneira que a terra e os meios de produção fossem passados para o coletivo, ao passo que os resultados da produção agrícola eram distribuídos em um sistema de cotas de produção, de acordo com a quantidade de trabalho dos membros da comunidade. Após a divisão da produção de grãos, o excedente era comprado pelo Estado, que também cobrava o chamado “grão público”, espécie de imposto de renda coletado nas cooperativas. (Dang, 2004).



Figura 3 – Coletivo agrícola da era maoista

Apesar da transformação da estrutura organizacional das vilas rurais em coletivos, a sua função primária não deixou de ser agrícola. Conforme observado por Naughton (2007: 234), três eram as características principais dos coletivos:

1. A terra e o trabalho agrícola eram coordenados e realizados de forma cooperativa entre os membros do coletivo.
2. O coletivo era considerado a unidade contábil básica: os insumos eram comprados pelo coletivo, as tarefas eram coordenadas e os produtos vendidos após a colheita. Com a renda proveniente da venda, o coletivo efetuava o pagamento das dívidas contraídas para a compra dos insumos e reservava uma parte em dinheiro em um fundo que era controlado coletivamente. Os recursos desse fundo eram utilizados para outros investimentos e para a seguridade social. Apenas após o cálculo do lucro líquido disponível, as famílias recebiam a sua parte, principalmente em grãos e alimentos, mas também em dinheiro.
3. O lucro líquido era distribuído pelas famílias com base em uma pontuação definida pelo trabalho realizado pelos indivíduos. Isso dava ao coletivo um controle sobre a distribuição da renda, pois esse sistema de cotas permitia uma capacidade de tributação que financiava atividades que não estavam diretamente ligadas ao setor produtivo, como o pagamento de professores e paramédicos, por exemplo.



Figura 4 – Coletivo agrícola na era maoísta

A coletivização da terra eliminou a renda da propriedade e a única fonte de remuneração na agricultura passou a ser os salários adquiridos com base no sistema de cotas de produção. Morais (2011) observa que a distribuição equitativa dos grãos e da renda e os tratamentos de saúde pública oferecidos, garantiram aos chineses melhorias substantivas nos níveis nacionais de bem-estar, medidos por expectativa de vida e mortalidade infantil. Para a autora, a desigualdade na distribuição entre as zonas rurais que o sistema de comuna não conseguiu reduzir diz respeito às diferenças regionais, dado que as comunas localizadas em terras mais ricas continuaram com níveis de renda e alimentação per capita superiores em relação às regiões mais áridas.

Entretanto, esse sistema se mostrou ineficiente, pois havia uma dificuldade em contabilizar e supervisionar as contribuições do trabalho dos membros da comunidade, afetando, conseqüentemente, a produtividade dessas cooperativas agrícolas. Além desse fator, o monopólio estatal da comercialização de grãos também trouxe implicações negativas para a produção, tendo em vista que o governo estipulava o preço dos produtos agropecuários, gerando desequilíbrios entre produção, distribuição e venda. (Dang, 2004)

Essa estratégia do período maoísta propiciava a transferência do excedente agrícola para a alocação de recursos na industrialização pesada. Ou seja, para o Estado poder controlar os recursos voltados para os investimentos, fazia-se necessário extrair recursos do campo. Assim, o Estado impôs um imposto agrícola direto sobre a colheita, especialmente grãos, com preços estabelecidos pelo próprio governo⁶. (Naughton, 2007)

De acordo com Barry Naughton (2007), o governo da República Popular da China, após 1949, foi responsável por um crescimento econômico e teve um papel importante na redução da pobreza. Cabe salientar que, não obstante o país tenha, de fato, continuado a desenvolver a sua produção agrícola, contribuindo para um alto nível de autossuficiência de alimentos, a China enfrentou um período de grande fome, em consequência de políticas

⁶ “During the heyday of the socialist economy, planners used socialist rural institutions to procure a steady supply of agricultural produce at a low relative price. The entire socialist development strategy was predicated on the state’s ability to mobilize resources for industrial investment. In order for the state to control those resources, it had to be able to extract resources from the countryside. The state imposed a direct agricultural tax on cropland, but much more important was the implicit tax the state imposed in the form of compulsory delivery of agricultural produce, especially grain, at low, state-set prices. In the early 1950s the state had already established systems of compulsory sales of grain and cotton, the two most important marketed crops. The rural collectives that developed subsequently were designed to smooth the extraction of agricultural surpluses from the countryside.” (Naughton, 2007: 233)

econômicas desastrosas para a população, como o Grande Salto Adiante (*Great Leap Forward* – *GLP*).

O Grande Salto Adiante foi uma política elaborada pelo Partido Comunista Chinês, em 1958, com o objetivo de modernizar a economia da China. Para isso, o então líder do PCC, Mao Tsé-Tung, anunciou um Plano Quinquenal de Metas, programado para durar até 1963, com o objetivo de acelerar a coletivização do campo e a industrialização urbana. O Grande Salto Adiante partia do princípio de que o crescimento de um setor necessariamente contribuiria para o crescimento do outro.

Entretanto, ao realocar expressiva parcela da população campestre para atividades siderúrgicas, a produção agrícola, já em 1958, passou a apresentar mão de obra insuficiente para a colheita, que, paradoxalmente, era distribuída em grande parte para os polos siderúrgicos do país, deixando um vultoso prejuízo nas áreas rurais, onde se encontrava a grande maioria da população. Assim, o sistema de comuna não foi capaz de amenizar tragédias em larga escala, cujo ápice foi a Grande Fome, entre 1959 e 1961, responsável pela morte de cerca de 20 milhões de pessoas.

No conjunto, o prejuízo de colheitas agrícolas em função de secas e inundações; a produção de matérias-primas para as indústrias; o desgaste de máquinas devido ao uso intensivo ou mesmo pela falta de conhecimento técnico capaz de operá-las; as campanhas nacionais desastrosas, como os altos-fornos de quintal (que tiraram os agricultores das suas funções básicas e os colocaram parte do tempo para produzir aço) deixaram as zonas rurais desestruturadas e tiveram um enorme impacto negativo na produção agrícola. Além disso, o conflito Sino-soviético fez com que a URSS suspendesse a cooperação técnica, retirando vários de seus especialistas técnicos industriais da China. (Moraes, 2011)

1.3 A Revolução Verde chinesa

A oferta de alimentos sempre foi um dos grandes desafios enfrentados pela China. Principalmente após os problemas decorrentes das políticas do Grande Salto Adiante, havia uma grande incerteza de que a agricultura seria capaz de alimentar a crescente população chinesa. No entanto, nos anos subsequentes, a China não só demonstrou a sua capacidade de aumentar a produtividade agrícola, como foi capaz de gerar um excedente comercial. (Naughton, 2007)

Antes da década de 60, a tecnologia utilizada para a produção agrícola era baseada em técnicas tradicionais, sem aplicação significativa de insumos modernos. Foi a partir desse período que o cenário começou a mudar, na medida em que novas tecnologias e insumos mais modernos começaram a chegar às áreas rurais da China.

É interessante observar que a revolução verde chinesa começou a transformar a agricultura a partir de três elementos já utilizados no método tradicional de produção – sementes, fertilizantes e sistemas de irrigação. No entanto, tais elementos passaram a ser produzidos com base em pesquisas científicas e utilização de métodos industriais, permitindo uma melhoria na produção de insumos. Ao produzir variedades aperfeiçoadas de sementes e novos fertilizantes e máquinas, somados às melhorias nas técnicas de cultivo, foi possível aumentar a qualidade do investimento feito na terra e controlar a utilização da água de forma mais eficiente. (Naughton, 2007)

Apesar da abundante mão de obra chinesa, é necessário ressaltar a questão da escassez da terra. Já na década de 60, praticamente toda a terra disponível para o cultivo era utilizada. Assim, a intensificação do uso da terra foi especialmente valorizada pelos agricultores chineses, uma vez que poderiam aumentar a produtividade com a utilização das novas tecnologias. A revolução verde permitiu, também, adaptar as novas tecnologias para as diferentes regiões climáticas e cultivos de diferentes culturas, possibilitando o aumento da

produção agrícola em todas as regiões, através de sofisticadas redes e estações de pesquisa agrícola. (Naughton, 2007)

A primeira etapa dessa revolução verde foi o desenvolvimento de sistemas de irrigação e drenagem em todo o país. Já no início da década de 50, diversos projetos de irrigação foram concretizados, aumentando a extensão da área irrigada. Outro avanço técnico importante foi o desenvolvimento de poços tubulares para fornecimento de água nas planícies ao norte da China, onde a falta de água era uma restrição para a expansão da agricultura. (Naughton, 2007)

Tabela 1 – Investimentos na agricultura (1952 – 1979)

	Dos quais ^a					
	Investimentos totais		Agricultura		Irrigação e conserv. de água	
	Milhões de RMB	% ^b	Milhões de RMB	% ^b	Milhões de RMB	% ^b
1952	583	13,3	1,67	3,8	4,11	9,4
1957	1187	8,6	4,26	3,1	7,30	5,3
1962	1439	21,3	5,02	7,4	8,27	12,2
1965	2497	14,6	7,38	4,3	15,15	8,9
1975	3840	9,8	8,55	0,7	25,66	6,6
1979	5792	11,6	6,14	1,2	34,96	7,0

Fonte: Zhongguo Nongye Nianjian, 1982, apud Riskin, 1987, p. 239

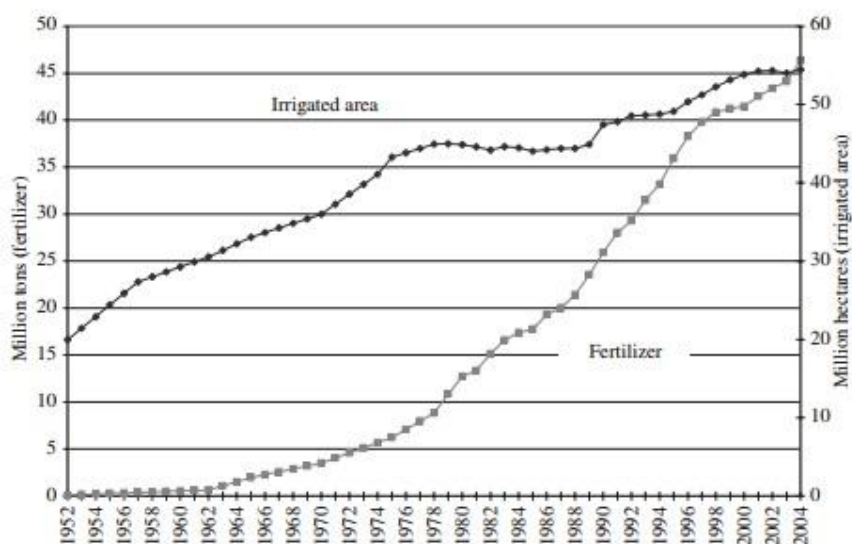
a - outros componentes incluem produtos aquáticos, meteorologia e florestas.

b - porcentagem do total do investimento nacional

Fonte: Morais, 2011: 43

A produção de fertilizantes químicos teve início na década de 60, em pequena escala e com baixa qualidade. Apenas a partir da década de 70, o governo central estabeleceu o compromisso com o desenvolvimento da indústria de fertilizantes ao adquirir 13 grandes fábricas estrangeiras de amônia e ureia sintéticas e aumentar a importação do produto.

Gráfico 1 – Área irrigada e fertilizantes



Fonte: Naughton, 2007: 259

No Gráfico 1 é possível observar o aumento considerável do uso de fertilizantes, assim como a evolução da área irrigada, que depois de dobrar entre 1952 e meados dos anos 70, passou por um processo de estagnação até o final dos anos 80 em função do desmonte das comunas rurais e o fim dos investimentos coletivos e do trabalho excedente voltado para projetos de infraestrutura, sistemas de controle de águas e outras obras.

A terceira etapa da revolução verde diz respeito à melhoria das sementes através do aumento no investimento em pesquisas genéticas, com o propósito de ampliar o rendimento das culturas, tornando-as mais sensíveis aos fertilizantes e ao processo de irrigação. Dessa forma, a China conseguiu construir um sistema de pesquisa, produção e distribuição de sementes, em parceria com a Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS) e outras Universidades, que figura hoje entre os maiores do mundo. (Naughton, 2007)

Conforme observado por Naughton (2007), a infraestrutura criada durante o período socialista contribuiu, de fato, para disseminar as mudanças tecnológicas desenvolvidas no país, como programas de melhoramento, seleção e hibridização de sementes, e com o movimento gradual para alavancar as pesquisas em engenharia genética avançada.

Já a utilização das máquinas agrícolas era praticamente insignificante até a década de 70 e foi sendo assimilada de forma lenta pelos agricultores - primeiro, na irrigação e, em seguida, no cultivo. Naughton (2007) observa que o número de tratores de pequeno porte saltou de cerca de 1,4 milhão, em 1978, para 14,5 milhões em 2004.

Morais (2011) afirma que os anos iniciais das reformas econômicas de Deng Xiaoping foram responsáveis por um impulso na produtividade agrícola, contribuindo para um substantivo aumento na renda dos estratos mais inferiores da pirâmide social chinesa, como veremos mais adiante.

“A produção de grãos per capita cresceu 3,8% ao ano entre 1978 e 1984, chegando a 392 milhões de toneladas métricas, 75 milhões de toneladas acima do nível de 1978. Em contraste, em 1956, a produção per capita estava em 307 milhões de toneladas, contra 316 milhões em 1978, um incremento de apenas 11 milhões de toneladas na produção de grãos em duas décadas.” (Morais, 2011)

No final da década de 1990, a agricultura chinesa já havia absorvido todas essas mudanças tecnológicas e conhecimentos científicos, e apresentava um aumento significativo em sua produção agrícola, triplicando o total de rendimentos em grãos (arroz, trigo, milho) desde o início da década de 1950. (Naughton, 2007)

Devemos observar que, mesmo tendo sido pioneiras no Ocidente, as tecnologias da revolução chinesa acabaram sendo desenvolvidas e implementadas, de forma independente, em um país que estava fechado para o restante do mundo há algumas décadas, como a China.

De fato, o potencial e a produtividade agrícola do país asiático, ao combinar técnicas milenares com importantes avanços tecnológicos, impressiona pela sua capacidade de conferir um alto grau de autossuficiência em grande parte dos produtos alimentares. No entanto, períodos importantes da história chinesa como a Grande Fome, o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural deixam transparecer, em certa medida, consequências muito negativas, oriundas de um regime autoritário capaz de implementar políticas econômicas equivocadas e que levaram a morte de mais de 20 milhões de pessoas e, provavelmente, a um número bem elevado de desnutrição entre a população. A transferência de recursos da agricultura para o setor industrial, através de um regime de controle coletivo que confiscava o excedente do camponês e derrubava os preços da produção agrícola, certamente impactou a vida no campo, piorando as condições de trabalho e a situação dos camponeses de forma geral.

1.4 A abertura de Deng Xiaoping e as transformações no campo e na agricultura

A China tornou-se uma das grandes potências mundiais após três décadas de reformas e de gradual liberalização econômica. Em 1976, com a morte de Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping conquistou o poder político e deu início ao processo de abertura econômica da República Popular da China. Deng governou o país até 1997 e, durante este período, direcionou as políticas do seu governo para uma economia de mercado. As mudanças praticadas tiveram um caráter mais econômico do que político, introduzindo reformas que levaram ao surgimento do “socialismo com características chinesas”, conforme observado por Henry Kissinger (2011).

Durante o governo de Deng, deu-se início a um novo modelo de desenvolvimento, no qual o governo chinês buscou atrair investimentos estrangeiros como uma das formas de contornar o atraso econômico do país. Naquele momento, além da grande escassez de capital, o país ainda contava com uma indústria ineficiente, composta por empresas estatais com déficit tecnológico e capacidade de produção limitada. Faltavam investimentos em infraestrutura e mais de 80% da população vivia em regiões rurais, distantes de serem incorporadas à economia chinesa. Por outro lado, nesse primeiro momento do processo de abertura, a mão de obra barata permitia a produção de produtos para exportação por um custo baixo, sendo de grande interesse para as empresas e para o capital estrangeiros.

Henry Kissinger (2011), em seu livro “Sobre a China”, afirma que Deng havia percebido que a estrutura política chinesa poderia receber um novo impulso com a aceleração do programa de reforma e abertura, uma vez que ele enxergava a melhoria do padrão de vida e o aumento da produtividade como a maior garantia de estabilidade social no país.

“O herdeiro da China maoísta (Deng) estava defendendo princípios de mercado, tomada de riscos, iniciativa privada e a importância da produtividade e do empreendedorismo. O princípio do lucro, segundo Deng, refletia não uma teoria alternativa ao marxismo, mas uma observação da natureza humana. O governo perderia o apoio popular se punisse os empreendedores por seu sucesso. O conselho de Deng era de que a China devia “ser mais ousada”, de que deveria redobrar seus esforços e “ousar experimentar” (Kissinger, 2011)

A reestruturação econômica chinesa priorizou quatro setores no processo de modernização: agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e defesa nacional - “Programa das Quatro Modernizações”. Além de normalizar as relações com os Estados Unidos, visando o acesso às tecnologias industriais mais avançadas, foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), com o objetivo de promover a abertura do país para o mundo.

As ZEE’s eram espaços delimitados que dependiam basicamente da entrada de capital estrangeiro através de indústrias, serviços e comércio, com vistas a desenvolver uma economia voltada para a exportação em diversos setores. As bases para a consolidação das Zonas Econômicas foram a forte participação do Estado, a abertura de capital estrangeiro, a produção industrial diversificada, voltada para as exportações, e a mão de obra abundante e barata.

O “Programa das Quatro Modernizações” de Deng Xiaoping teve seu principal enfoque no setor agrícola e, consequentemente, nas zonas rurais. As comunas agrícolas foram dissolvidas, dando início a um amplo processo de entrega de terras aos camponeses e liberalização da economia rural. Os camponeses ficavam obrigados a vender apenas uma quota da sua produção para o Estado e tinham autonomia para decidir o que fazer com o excedente.

Ao adotar uma linha política mais pragmática, o governo de Deng promoveu a autonomia das províncias, permitindo que a iniciativa privada voltasse a atuar na agricultura. Deng acreditava que o povo tinha direito a uma parte do que era produzido e que os bens de consumo deveriam ter prioridade em relação à indústria pesada.

Assim, foi criado o “sistema de responsabilidade contratual” pelo qual eram distribuídos lotes de terra para famílias selecionadas que deveriam torná-los produtivos em 15 anos, podendo este prazo ser estendido de acordo com os retornos da produtividade. Além disso, o comércio dos bens agropecuários por parte dos produtores seria feito a preços de mercado, o que significaria um grande marco na economia rural da China.

A partir de então, as famílias passaram a usufruir da venda do excedente da produção agropecuária em graus variáveis no mercado interno, uma vez que o monopólio do Estado sobre esses produtos se tornava mais brando. Esse processo de reforma não só alavancou a produção agropecuária, como também desenvolveu aparatos burocráticos e comerciais no interior da China. A participação mais ativa das cooperativas e companhias de comercialização no país conferia maior dinamismo ao setor agrícola, resultando na diminuição gradual do controle do Estado sobre a produção e estimulando a livre concorrência. Uma grande parcela dos trabalhadores rurais, de diversas províncias, assinou o “contrato de responsabilidade”, trazendo grandes mudanças para a economia rural do país, e consequentemente, para a produção de alimentos. Com a abertura desse setor e a possibilidade de maiores lucros, os trabalhadores rurais elevaram significativamente a produção, que chegou a triplicar entre o início e o fim dos anos 1980. (Oliveira, 2012.)

No início do processo de reformas, as Empresas de Propriedade do Estado⁷ (EPEs) dominavam os principais setores da economia. Além de oferecerem segurança de emprego aos trabalhadores, ofereciam também benefícios sociais e de aposentadoria. Já o setor agrário, organizado através do sistema de comunas, não apresentava produtividade tão positiva quanto as EPEs, que eram peças-chave estáveis do controle do Estado sobre a economia. (Harvey, 2005)

Conforme explicado por Harvey, com o advento das reformas,

“Criou-se uma economia de mercado mais aberta ao redor dessas empresas, mediante a dissolução das comunas agrícolas em favor de um “sistema de responsabilidade social” individualizado. Criaram-se empresas de cidades e vilas (ECVs)⁸ com os ativos que as comunas detinham, e estas se transformaram em centros de empreendimento, de práticas de mercado flexíveis e de competição aberta de mercado. Permitiu-se o surgimento de todo um setor privado, inicialmente apenas na produção em pequena escala, no comércio e nos serviços, estabelecendo-se limites (gradualmente relaxados ao longo do tempo) sobre o emprego de trabalho assalariado.” (Harvey, 2005)

Segundo Kissinger (2011), as necessidades da imensa população chinesa não eram atendidas pela estrutura agrícola coletivizada.

7 State-owned enterprises (SOEs)

8 Expressão inglesa que significa “Empresas de vilas e comunidades” (EVCs) ou “Empresas de aldeias e municípios” (EAMs), dependendo da tradução. Utiliza-se o nome de *Township and Village Enterprise* (TVE) por ser o mais frequentemente encontrado na literatura especializada. As “empresas de vilas e comunidades” são empresas públicas, pertencentes aos governos municipais, com orientação para o mercado.

“Os resultados dessas mudanças foram espetaculares. Entre 1978 – ano em que as principais reformas econômicas foram promulgadas – e 1984, a renda dos camponeses chineses dobrou. O setor privado, impulsionado pela renovação de incentivos econômicos individuais, subiu para constituir cerca de 50% da produção industrial bruta em uma economia que havia sido comandada quase exclusivamente por ordem governamental. O Produto Interno Bruto chinês cresceu a uma taxa média de mais de 9% ao ano durante toda a década de 1980 – um período de crescimento econômico sem precedentes e quase ininterrupto que continua até o presente momento” (Kissinger, 2011: 389)

Arrighi (2007) observa que tanto a produtividade quanto o lucro da atividade rural apresentaram um aumento extraordinário, gerando um impulso na tendência das empresas de comunas para produzir mercadorias não agrícolas. Como, a partir de 1983, as barreiras institucionais que limitavam a mobilidade espacial foram relaxadas e o governo incentivou a mão de obra rural a “sair da terra sem sair da aldeia”, os habitantes rurais puderam se dedicar ao transporte e ao comércio de longa distância, em busca de mercados para os seus produtos. Segundo o autor, *“em 1984, os regulamentos se tornaram ainda mais flexíveis e permitiram que os agricultores trabalhassem em cidades vizinhas, nas novas Empresas de Aldeias e Municípios (EAMs) de propriedade coletiva”*.

Para Arrighi, as EAMs constituíram-se na fonte primária da reorientação das atividades empresariais dos quadros do partido e das autoridades do governo para os objetivos desenvolvimentistas, em função de duas outras reformas: a descentralização fiscal, pela qual os governos locais adquiriram autonomia para promover o crescimento econômico e aplicar os restos fiscais como incentivos; e a avaliação dos quadros com base no desempenho econômico de suas localidades, conferindo aos governos locais um incentivo importante para apoiar o crescimento econômico. Arrighi (2008) afirma que, por serem financeiramente autossuficientes em sua maioria, as EAMs se tornaram *“os principais agentes da realocação de excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com uso intensivo de mão de obra que pudessem absorver produtivamente o excesso de trabalhadores rurais.”*

Em sua análise, Arrighi levanta a possibilidade de que o dinamismo dessas empresas rurais tenha contribuído para a ascensão econômica chinesa. O fato das EAMs terem absorvido os trabalhadores rurais excedentes, permitiu a criação de uma renda no campo sem aumentar demasiadamente a migração para as áreas urbanas. Nesse sentido, grande parte da mobilidade de mão-de-obra na década de 1980 foi decorrente desse movimento de agricultores que deixaram o plantio para trabalhar nas empresas rurais. Além disso, as EAMs não eram muito regulamentadas, facilitando sua inserção em diversos mercados, aumentando a pressão competitiva, e forçando as estatais e as empresas urbanas a melhorar seu desempenho. Essas empresas rurais também eram fonte de receita tributária rural, reduzindo o fardo fiscal que se impunha sobre os camponeses. Dessa forma, contribuíram para a estabilidade social, além de expandir o mercado interno e criar condições para novas rodadas de investimentos, criação de empregos e divisão do trabalho.

Barry Naughton (2007) afirma que o declínio da pobreza no campo, durante o início dos anos 80, pode ser atribuído à eliminação das comunas agrícolas, uma vez que permitiu aos agricultores comercializar os produtos agrícolas em melhores condições de mercado.

“O declínio espetacular na pobreza rural, no início da década de 1980, refletiu o dramático encontro de uma série de fatores. Os termos de troca da agricultura melhoraram drasticamente, já que os baixos preços de

compra, que havia discriminado severamente os agricultores, aumentaram, assim como o fornecimento de insumos modernos para os agricultores, os incentivou a trabalhar mais e de forma mais eficiente. (...) Além disso, como a pobreza era muito difundida no campo, antes das reformas, o crescimento econômico geral foi bastante eficiente para a redução da pobreza.”⁹ (Naughton, 2007)

Aglietta & Guo (2013)¹⁰ observam que assim que começaram a usufruir do excedente do trabalho, os agricultores buscaram novas formas de aumentar a renda de suas famílias, incentivando o surgimento das EAMs. Apesar de não possuírem quaisquer competências profissionais na produção e nas operações de negócios, as EAMs conseguiram aproveitar o vazio do mercado interno para a produção e comercialização de produtos industriais leves, com base no baixo custo da mão de obra e a recente abertura da China aos mercados internacionais. Para os autores, o "Sistema de Responsabilidade Familiar" pode ser considerado como um renascimento da economia tradicional chinesa, e as EAMS, por sua vez, podem ser caracterizadas como relíquias da era socialista, uma vez que os trabalhadores utilizaram as bases das estruturas remanescentes dos coletivos rurais para a comercial. Assim, à medida em que as fábricas eram construídas localmente, os agricultores não precisavam deixar as suas famílias e podiam se dedicar a outras atividades ao mesmo tempo. A emergência do grande número de EAMs alterou profundamente a relação entre as zonas rural e urbana na China.

Em seu livro *“Capitalism with Chinese Characteristics”*, o professor Yasheng Huang, do Massachusetts Institute of Technology, aborda as características do capitalismo chinês e questiona a crença de uma parte considerável dos economistas, segundo a qual o sucesso da economia chinesa é atrelado exclusivamente às reformas das instituições locais, tais quais a apropriação pelo Estado das cooperativas locais (TVE's – *township and village enterprises*), a descentralização e a aplicação de controles financeiros seletivos. (Huang, 2008)

Em muitas análises, os mecanismos convencionais de crescimento, como empreendedorismo privado, direitos de propriedade privada, liberalização financeira e reformas políticas institucionais, não recebem a devida importância em relação ao seu papel no crescimento econômico chinês. Huang, por sua vez, desconstrói o argumento de que o Estado chinês foi o principal condutor do país ao capitalismo. Segundo ele, os principais responsáveis pela alavancagem da China encontram-se no setor privado, na facilidade do acesso ao capital e na flexibilidade econômica, características do campo presentes na década de 80.

9 “The spectacular decline in rural poverty in the early 1980s reflected the dramatic coming together of a number of one-time factors. The terms of trade of agriculture improved dramatically, as ultralow procurement prices that had discriminated severely against farmers were raised, the supply of modern inputs to farmers to work harder and allocate inputs into agriculture more efficiently. (...) Moreover, because poverty had been so pervasive in the prereform countryside, general economic growth was quite efficient in reducing poverty.”

10 “Once the individual families began enjoying the full return of their labor, farmers began to look for all possible ways to use their surplus labor in order to obtain a higher income for their Family. This incentive gave rise to other important institutional innovation in rural China: the Townships and Village Enterprises. Although they lacked any professional skills in industrial production and business operation, TVE took full advantage of the void in the domestic Market for light industrial products, the cheap cost of labor owing to China’s demographic structure and the recente opening up of China to international markets. From 1985 to 1992 the surge of TVEs took China by surprise. If the “Family Responsibility System” was a revival of the traditional Chinese economy, TVEs were clearly relics of the socialista era. Based on the remaining structures of the rural collectives, villagers worked together in comercial production. As the factories were built locally, farmers did not have to leave their families, nor were they required to work for the factories full time. The emergence of large numbers of TVEs greatly changed the relationship between rural and urban China.” (Aglietta & Gui, 2013:89)

Ao construir a sua argumentação, Huang (2008) retrata o capitalismo da China como fruto de um balanço político entre duas realidades chinesas: uma que reflete um país empreendedor, orientada por um forte mercado rural, e a outra que remete à realidade urbana, dirigida pelo Estado. Na década de 1980, a China rural obtinha a vantagem, mas, na década de 1990, a China urbana a superou. Embora a China tenha feito notáveis progressos em termos de liberalização do Investimento Externo Direto (IED) e nas reformas das empresas de propriedade do Estado (EPEs), Huang atribui um peso muito maior ao papel dos empreendimentos rurais na transição da China para o capitalismo. Para ele, na China rural, o capitalismo se apresentava como empreendedor, politicamente independente, e muito mais competitivo e virtuoso em relação ao período no qual a China urbana passou a ser vista com maior peso, ainda que apresentasse uma dependência política do Estado¹¹.

Huang (2008) esclarece que, ao contrário de muitos países, os mais dinâmicos empreendedores chineses encontravam-se no campo. Para ele,

*“estes empresários rurais criaram o verdadeiro milagre do crescimento da China, na década de 1980. Primeiro, melhoraram drasticamente a produção agrícola e, em seguida, iniciaram diversos negócios, de pequena escala, nas áreas de processamento de alimentos e construção.”*¹²

O setor rural adquire centralidade em sua análise, pois a sua relevância não deriva apenas no seu importante peso na sociedade e na economia, mas também do ponto de vista institucional. Na China, as origens da economia de mercado e do capitalismo empresarial possuem um caráter fortemente rural.¹³

A partir dessa análise de Huang, pode-se perceber que a China apresentou uma economia mais aberta no período dos anos 80, e foi mais bem-sucedida no que diz respeito ao acesso ao crédito rural, ao empreendedorismo, à geração de empregos e à redução da pobreza. Para ele, o fator principal se deve a uma inversão das políticas econômicas no final da década de 1980. Ao longo desse período, a gestão da política econômica foi progressivamente liberal, principalmente nas áreas rurais da China. O acesso ao financiamento pelo setor privado melhorou rapidamente e o empreendedorismo rural se fortaleceu. Já na década de 1990, percebe-se uma reversão na economia, com uma ênfase crescente na política industrial e nos investimentos liderados pelo Estado. Embora o crescimento do PIB possa ser observado em ambas as décadas, tanto os motivos como os efeitos desse crescimento são substancialmente diferentes nos anos 80 e 90. Na década de 1980, o rápido crescimento do PIB foi

11 “In the 1980’s, rural China gained vis-à-vis the upper hand, but, in the 1990’s, urban China gained the upper hand. Although China made notable progress in the 1990’s in terms of FDI liberalization and reforms of state-owned enterprises (SOEs), this book assigns greater weight to the rural developments in determining the overall character and pace of China’s transition to capitalism. When and where rural China has the upper hand, Chinese capitalism is entrepreneurial, politically independent, and vibrantly competitive in its conduct and virtuous in its effects. When and where urban China has the upper hand, Chinese capitalism tends toward political dependency on the state and is corrupt”. (Huang: 2008; xvii)

12 “Unlike many countries, the most dynamic, risk taking, and talented entrepreneurs in China reside in the countryside. These rural entrepreneurs created China’s true miracle growth in the 1980’s, first by dramatically improving agricultural yields and then by starting many small scale business in food processing and construction materials.” (Huang, 2008: 7)

13 “The importance of the rural sector derives not just from its sheer weight in the Chinese economy and society – that China has a large rural population – but also from the institutional perspective. In China, the origins of market-based, entrepreneurial capitalism are heavily rural in character.” (Huang, 2008:9)

acompanhado por um rápido crescimento de renda pessoal, uma melhoria na distribuição de renda e um declínio na pobreza. Desde o início da década de 1990, todavia, as implicações desse rápido crescimento se tornaram antagônicas em um ritmo bem acelerado.¹⁴

No início da década de 90, os investimentos no campo propiciaram a modernização da infraestrutura rural por meio de projetos de irrigação e da introdução de novos equipamentos de semeadura e colheita, proporcionando uma evolução que fez com que o setor agrícola passasse a responder por 24,2% do PIB chinês em 1992. Todo esse impulso na estrutura organizacional do meio rural, desenvolvida desde o fim dos anos 1970, permitiu uma maior aproximação da produção agrícola da China com o mercado externo. Nesse contexto, é fundamental ressaltar a importância da entrada do país na Organização Mundial do Comércio, em 2001, momento no qual foram geradas grandes mudanças estruturais na economia chinesa e em sua relação com o comércio internacional.

No entanto, apesar de abrigar o equivalente a 20% da população mundial, a China tem menos de 10% das terras cultiváveis do mundo. Para um povo que sofreu com períodos de grande escassez de alimentos, como nos anos de 1958 e 1961, lembrados como a Grande Fome Chinesa, o desafio agora é lidar com a mudança no padrão alimentar da população, na medida em que cresce cada vez mais o poder aquisitivo das pessoas e o processo de urbanização no país.

Vale ressaltar, ainda, que apesar de o país estar entre as economias com maior ritmo de crescimento no mundo, a China se tornou, também, uma das sociedades mais desiguais. Conforme observado por Harvey (2005), a disparidade entre as rendas rurais e urbanas aumentou acentuadamente. Além disso, com o fim das comunas, a perda de alguns direitos sociais coletivos implicou um custo adicional aos camponeses, como o pagamento de taxas pelo uso de escolas e assistência médica.

Até hoje, as tradicionais vilas constituem a forma de organização rural mais comum, nas quais vivem e trabalham os agricultores chineses. Embora sejam cada vez mais impactados pelas tecnologias modernas e pela modernização do Estado, esses agricultores ainda dependem, em grande medida, das tecnologias tradicionais de plantio.

Abordar séculos da tradição agrícola chinesa e suas respectivas transformações é uma tarefa praticamente impossível de realizar em um único capítulo. Embora não seja esse o objetivo desta dissertação, fez-se importante mencionar alguns dos principais aspectos da história agrícola chinesa com o objetivo de contribuir para o entendimento do papel da agricultura no desenvolvimento da China, e a posição que o país ocupa hoje no mercado global de *commodities* agroalimentares.

14 “The key factor identified in my account is a reversal of economic policies at the end of the 1980’s. In the 1980’s, the direction of the economic policy was progressively liberal, primarily in the rural areas of the country. Access to finance by the private sector improved rapidly and rural entrepreneurship was vibrant. In the 1990’s, the direction of the economic policy was reversed, with an increasing emphasis on industrial policy and state-led investments drive. Although GDP growth was rapid during both eras, both the drivers and the effects of the growth differed substantially. In the 1980’s, the rapid GDP growth was accompanied by fast personal income growth, an improving income distribution, and a steep decline in poverty. Since the early 1990’s, and at an accelerating pace since the late 1990’s the welfare implications of the fast growth turned adverse”. (Huang, 2008:9)

1.5 O conceito de segurança alimentar

A Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma em 1996, colocou a questão da segurança alimentar na agenda de desafios globais. Não obstante, Estados nacionais, organizações internacionais e multinacionais, e demais atores tanto da esfera internacional como das políticas públicas nacionais, não possuem necessariamente o mesmo entendimento e conduta a respeito do tema nas esferas multilaterais de comércio e negociação. O próprio conceito de segurança alimentar sofreu alterações e mudanças de enfoque ao longo das últimas décadas e, à medida que seus desafios são incorporados na construção de agendas públicas, encontram diferentes interesses e assumem prioridades locais.

A China certamente possui um olhar sobre a segurança alimentar que passa pela produção, distribuição, acesso, consumo e qualidade dos alimentos, bem como pelo comércio internacional. No entanto, para os chineses, o conceito de segurança alimentar sempre esteve muito mais relacionado com a “segurança da oferta de grãos” (*Liangshi Anquan*), sobretudo quanto ao incentivo da produção doméstica. Essa terminologia está diretamente relacionada ao fato de que, durante os anos de economia planejada, o governo chinês considerava a necessidade de atender a demanda de alimentos da sua população através da produção suficiente de grãos, com o intuito de evitar a dependência da oferta externa.

Cabe ressaltar aqui que o conceito de segurança alimentar pode sofrer alterações de acordo com o contexto no qual se encontram determinados países. Assim, a definição do conceito requer frequentes revisões, de forma a atender às análises das necessidades regionais e nacionais. No caso da China, essa revisão é de fundamental importância, tendo em vista as profundas transformações ocorridas na economia chinesa nos últimos anos. Nesse sentido, o conceito de “*Liangshi Anquan*” não traduz mais o enfoque de segurança alimentar na China, uma vez que os processos de urbanização e aumento da renda per capita dos chineses alterou a dieta e o padrão do consumo de alimentos no país.

A posição da China no tabuleiro global divide opiniões sobre a sua capacidade de alimentar cerca de 20% da população mundial, contendo menos de 10% de terras aráveis em seu território. Segundo o Diretor do Centro de Políticas Agrícolas da Academia Chinesa de Ciências, Jikun Huang (2013), nos últimos dez anos, a China exportou mais alimentos do que importou e, em 2010, sua autossuficiência de alimentos atingiu cerca de 97% em termos de valor. Ainda assim, muitos estudiosos sugerem que o país asiático será fortemente dependente do mercado internacional, em função da urbanização e do aumento do poder de compra da sua população que, cada vez mais, vem consumindo grãos, carnes e produtos lácteos.

Não resta dúvida de que a segurança alimentar é um dos temas mais importantes na discussão sobre o crescimento chinês. Em consequência da maior flexibilização comercial e dos estímulos tecnológicos implementados desde a abertura do país, a China, por seguidos anos, tem sido um dos maiores produtores agrícolas do mundo, em especial no cultivo de trigo, arroz e algodão. No entanto, apesar do aumento da produção doméstica, a oferta de produtos agropecuários pode não ser suficiente para abastecer a crescente demanda total do país, já que parte desses recursos é deslocada para sustentar a poderosa indústria chinesa.

Na última década, o governo da China reconheceu os limitados recursos naturais do seu território, tais como a disponibilidade de água e a fertilidade dos solos, e a necessidade de novas políticas públicas para lidar com o crescimento da população, a urbanização e o consequente aumento de renda e consumo da sua sociedade.

É possível perceber que a mudança do perfil do consumidor chinês tem trazido significativos impactos na importação e na produção de alimentos na China. Tradicionalmente, a dieta chinesa era basicamente composta por grãos, sendo o consumo de carnes, peixes e vegetais pouco presente nas mesas do país. No entanto, o aumento da qualidade de vida e a consequente mudança nos padrões de consumo de grande parte da população trouxeram

significativas transformações nesse cenário. Atualmente, moradores de áreas urbanas ou em processo de urbanização preferem uma dieta mais diversificada, que inclui, por exemplo, uma maior quantidade de alimentos processados e de origem animal (Fischer et al, 2007).

É inegável que o setor agrícola apresentou um avanço notável desde as reformas econômicas que tiveram início na década de 1970, e a China conseguiu conquistar sua autossuficiência alimentar durante esse período. Entretanto, nos últimos anos, a situação começou a mudar. Entre 2001 e 2012, a produção nacional de grãos caiu de 97% para 87,5% e o país precisou aumentar a importação de alguns alimentos como, por exemplo, açúcar, produtos lácteos e carne (incluindo carne bovina, de porco e de carneiro), para garantir a sua segurança alimentar. (Huang, Yang, Deng, & Rozelle, 2014)

O Centro de Política Agrícola Chinesa, da Academia Chinesa de Ciências, desenvolveu um estudo intitulado “Simulação de Modelo de Políticas Agrícolas Chinesas”, a partir do qual é feita uma simulação da segurança alimentar no país em 2020, tomando como base o ano de 2012.

De acordo com o estudo, foram plantados cerca de 111 milhões de hectares de cereais (incluindo arroz, trigo, milho e soja) e produzidos 589 milhões de toneladas de grãos, sendo o arroz, o trigo e o milho responsáveis por quase 80% dos grãos semeados na China. Conforme pode ser observado na Tabela 2, a soja representou apenas 7% da área semeada e 2% da produção total. Dessa forma, é possível atribuir a baixa taxa da autossuficiência de grãos ao fato de que apenas 16,8% da demanda de soja chinesa foi produzida internamente.

Em função dessa pressão que a transição da dieta chinesa para a proteína animal exerce sobre o sistema agroalimentar mundial, a China adotou, a partir dos anos 90, uma estratégia já utilizada pela Europa Continental, na década de sessenta, quando optou por uma dependência seletiva em relação a soja, mantendo a sua prioridade para a autossuficiência em grãos. Tal estratégia chinesa contribuiu, consideravelmente para o comércio sino-brasileiro. (Wilkinson, Wesz & Lopane, 2015)

Com exceção do algodão, a China produziu, também, uma variedade de outras culturas e foi responsável pelo abastecimento interno de todas as frutas e legumes, configurando-se como um exportador de produtos hortícolas em 2012. Os produtores nacionais de óleo vegetal e açúcar também atenderam a maior parte da demanda doméstica, e apenas no caso do algodão foi necessário recorrer à importação. Já em relação à produção de proteína animal, o país atingiu consideráveis índices de autossuficiência, com exceção de produtos lácteos, que tiveram a sua demanda atendida pela importação. (Huang, Yang, Deng, & Rozelle, 2014)

Tabela 2 – Produção e demanda de commodities agrícolas na China - 2012

	Grain ^a	Major grains				Cotton	Vegetable oils	Sugar	Vegetables	Fruits
		Rice	Wheat	Maize	Soybean ^b					
						2012				
Sown area (1000 ha)	111267	30244	24421	33842	7407	4700	13980	2030	20044	20278
Production	589570	142965	120580	208190	13600	6840	8690	16435	307733	161669
Inventory change	72152	27683	11595	14863	7027	3850	-370	3104	0	0
Import	86890	2369	3701	5208	67530	5137	1400	2800	632	4014
Export	2830	279	0	257	385	18	33	70	6109	3422
Net import	84060	2090	3701	4951	67145	5119	1367	2730	-5477	592
Total demand	601477	117372	112686	198278	73718	8109	10427	16062	302256	162261
Food demand	316804	95727	72648	15791	71560	0	9801	8618	236138	104324
Per capita food demand (kg/person)	445.3	70.9	53.8	11.7	53.0	0.0	7.3	6.4	174.8	77.2
Fodder grain demand	158048	6283	18398	119986	656	0	0	0	0	0
Seed demand	12517	2219	5757	1640	688	0	144	0	0	0
Industrial demand	90202	7055	11318	53000	719	8041	236	6457	0	26640
Waste	23907	6088	4564	7861	94	68	247	986	66119	31297
Self-sufficiency rate (%)	87.5	98.6	97.0	97.7	16.8	57.2	86.4	85.8	101.8	99.6

Fonte: Huang, Yang, Deng, & Rozelle (2014)

Tabela 3 – Produção e demanda de proteína animal na China - 2012

	Pork	Beef	Mutton	Poultry	Egg	Dairy products	Fishery products
	2012						
Production	46159	5296	3409	17319	19998	38680	33178
Import	522	49	119	49	0	6181	2208
Export	66	12	0	181	61	105	3253
Net import	456	37	119	-131	-61	6076	-1045
Total consumption	46615	5333	3528	17187	19937	44756	32132
Food consumption	44046	4919	3295	16294	19136	44008	29761
Per capita food consumption (kg/person)	32.6	3.6	2.4	12.1	14.2	32.6	22.0
Self-sufficiency rate (%)	99.0	99.3	96.6	100.8	100.3	86.4	103.3

Consequentemente, a percepção dessas mudanças por parte do governo tem levado a uma reinterpretação da noção de segurança alimentar, na qual o conceito vem se expandindo ao padrão estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), fazendo com que esse tema se torne muito mais complexo devido à maior abrangência dos fatores que influenciam em sua concepção.

Conforme exposto por Huang (2013), o governo chinês vem buscando assegurar a segurança alimentar de seu país e canalizando esforços no sentido de garantir a autossuficiência de grãos, através da modernização da agricultura, do aumento da produtividade, da melhoria nas técnicas de irrigação e dos avanços na biotecnologia.

Além disso, de acordo com a FAO e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o país asiático precisará aumentar a importação de produtos agrícolas nos próximos dez anos. Dentre outras soluções encontradas pela China para superar a insuficiência da produção interna, destaca-se a expansão de investimentos agrícolas no exterior, demonstrando cada vez mais a integração do país ao agronegócio global.

Hoje, o direcionamento do governo chinês para produzir alimentos suficientes para a sua população não passa despercebido no contexto internacional. Em artigo publicado no Financial Times, o Presidente da China Investment Corporation (CIC)¹⁵, Ding Xuedong, afirmou que o fundo soberano da China vem mudando o seu foco para investir em agricultura e fontes de suprimento de alimentos. Segundo ele, o fundo quer investir mais na agricultura em todo o mundo, bem como em toda a cadeia de valor. Ding afirmou que a CIC está atenta a aspectos agrícolas que foram negligenciados por investidores institucionais no passado, como a irrigação. Dessa forma, pode-se considerar o foco na agricultura como uma importante decisão estratégica que reflete as prioridades do atual governo chinês.

Dada a centralidade da questão da segurança alimentar para a China, pelo tamanho da sua população e os limites da sua autossuficiência, tornou-se imperativo que o país asiático busque meios para além do comércio internacional.

Embora a China seja um grande produtor de alimentos e exportador de algumas *commodities*, o país vem aumentando a importação de produtos agrícolas e expandindo seus investimentos no exterior com o intuito de superar a insuficiência de sua produção interna.

¹⁵ Fundo Soberano da China.

Nesse sentido, ainda que a agricultura chinesa se encontre entre as prioridades do atual governo, a China vem direcionando importantes investimentos ao redor do mundo com o objetivo de reduzir a sua dependência externa por produtos agroalimentares, alterando as relações de poder entre os diversos atores que atuam no comércio internacional de commodities agroalimentares, dentre eles, o Brasil.

Wilkinson, Wesz & Lopane (2015) observam que o comércio e os investimentos agroalimentares entre o Brasil e a China não podem ser analisados pela ótica dos regimes alimentares, muito utilizadas para mapear as tendências macroeconômicas e políticas no sistema agroalimentar mundial, pois a análise sob a lente dos regimes possui um foco na agricultura apenas como fonte de alimentos. Os autores trazem o exemplo da madeira e do algodão, matérias-primas não alimentares, cuja necessidade de importação pela China aumentou consideravelmente e o Brasil se encontra como o maior exportador de ambos os produtos para o país asiático.

Apesar dessa diversificação da dieta alimentar chinesa, algumas *commodities* alimentares permanecem centrais - grãos (milho, trigo), óleos, leite, arroz e açúcar – e até mesmo com o elevado nível de autossuficiência, uma queda na produção desses produtos pode provocar tremores nos mercados globais de *commodities*, em função da escala da demanda chinesa. Um exemplo notável foi o aumento recente das importações de produtos lácteos em função da descoberta do leite contaminado com melanina. (Wilkinson, Wesz & Lopane, 2015)

De forma geral, mesmo após os anos de rápido crescimento econômico e urbanização, a China vem mantendo um elevado nível de autossuficiência em alimentos básicos e a seletividade da importação de matérias-primas (madeira, algodão, tabaco e soja) pode ser considerada uma importante estratégia do governo chinês, tradicionalmente responsável pela garantia da segurança alimentar do país.

CAPÍTULO II - A EVOLUÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR NA CHINA

“Eu tenho um sonho e meu sonho é que cada chinês, especialmente as crianças, tenham condições de comprar meio litro (500g) de leite para beber todos os dias”
– Wen Jiabao, 2006

2.1 As recentes transformações da sociedade chinesa – urbanização e industrialização

De acordo com dados do Banco Mundial (2014),¹⁶ nos últimos 30 anos, a China se transformou em um país de renda média alta¹⁷ e uma potência econômica global. O país asiático experimentou uma transformação econômica através de crescimento acelerado e mudança estrutural. A mudança para um sistema mais descentralizado, atribuindo um peso maior ao mecanismo de mercado, foi um importante aspecto da transformação econômica chinesa. Além disso, outra mudança importante foi a alteração de uma economia eminentemente rural e agrícola para uma economia urbana, mais industrializada e de serviços. Ou seja, tanto a orientação ao mercado como a urbanização da sociedade chinesa possibilitaram ao país asiático sustentar um crescimento rápido, que chegou à média de 10% ao ano, durante três décadas.

*“No início do período, no ano de 1978, o nível de renda per capita da China correspondia em média a menos de um terço do nível verificado na África Subsaariana. Desde então, os padrões de vida chineses apresentaram uma melhoria considerável, e mais de meio bilhão de pessoas saíram da situação da pobreza. A China retornou também – depois de uma ausência de quase dois séculos – ao centro do palco da economia global. Tornou-se a segunda maior economia e mercado importador do mundo, a maior produtora e exportadora de bens manufaturados e a maior detentora de reservas em moeda estrangeira. Através dessas transformações, a China conquistou uma influência cada vez maior sobre o caminho de desenvolvimento de outros países: diretamente, através do comércio bilateral e dos fluxos financeiros, e indiretamente, através de fatores resultantes do crescimento, desenvolvimentos na taxa de câmbio e efeitos dos termos de troca”
(Banco Mundial, 2014)*

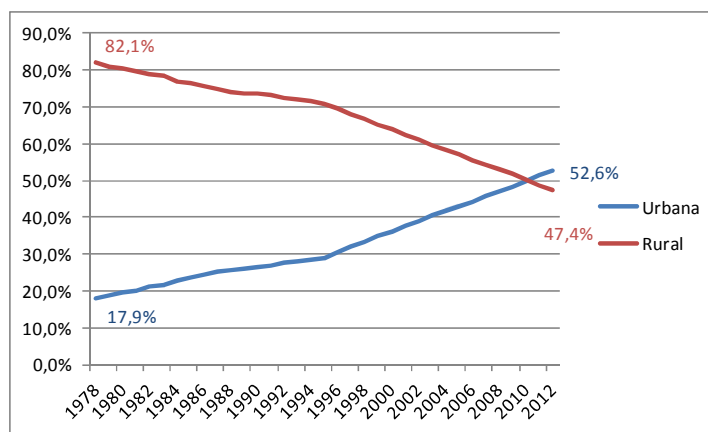
Atualmente, o país possui cerca de 1,4 bilhão de habitantes, dos quais 50% já são residentes nas áreas urbanas. No entanto, até o início da reforma econômica orientada para o mercado, iniciada pelo Presidente Deng Xiaoping, em 1978, a sociedade chinesa era predominantemente rural, e menos de 20% da população vivia nas cidades. Nesses últimos 30 anos, é possível observar um deslocamento de mais de 30% da zona rural para as cidades. Cidades como Pequim e Xangai cresceram e estão hoje entre as maiores do mundo, e o governo chinês planeja que 60% de sua população esteja concentrada no meio urbano até 2020.

16 Implicações de uma China em transformação: oportunidades para o Brasil. Banco Mundial, 2014.

17 O Banco Mundial classifica em renda média alta os países que possuem renda nacional per capita entre US\$4,126 e US\$12,735.

Como a migração ainda é dificultada por um registro de residência que limita os chineses às suas áreas de origens – o Hukou¹⁸, o governo anunciou um plano de urbanização, como um dos resultados do III Pleno do Partido Comunista, realizado entre os dias 9 e 12 de novembro de 2013, no qual pretende afrouxar as diretrizes sobre esse registro residencial, com o intuito de impulsionar o deslocamento de parte da população rural para as áreas urbanas, transformando centenas de milhões de habitantes rurais em consumidores urbanos.

Gráfico 2 - Distribuição da população chinesa entre rural e urbana (%)



Fonte: www.CEICData.com Elaboração: CEBC

Cabe ressaltar que o setor agrícola representava cerca de 32% do PIB chinês nos anos 70, e apresentou uma queda para 12% no ano de 2008, segundo dados do Banco Mundial (Gráfico 3). Antes de analisar os impactos da urbanização na produção agrícola, é importante olhar para as mudanças ocorridas tanto na agricultura como nos setores industriais e de serviços.

Segundo o relatório do Banco Mundial (2014),

“houve um crescimento maior nos setores industrial e de serviços, e uma redução da importância relativa da agricultura, apesar do seu sólido crescimento. Do lado dos gastos, as principais forças motrizes do crescimento foram, em primeiro lugar, a rápida expansão do investimento, bem como o crescimento sustentado do consumo. Exportações e importações experimentaram também rápido crescimento, mesmo que, em termos líquidos, fosse mais limitada a sua contribuição para o PIB.”

¹⁸ O Hukou é um sistema criado pelo governo chinês, em 1949, com o objetivo de estabelecer um sistema único de controle de mobilidade geográfica. É fundamentalmente uma licença de residência concedida pelo governo chinês que contém os registros sobre os membros de cada família, incluindo nome, data do nascimento, estado civil, endereço e informações relacionadas ao emprego. O Hukou determina os locais nos quais os migrantes internos têm direito e acesso a benefícios como saúde e educação.

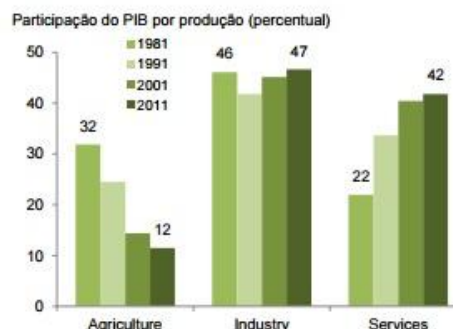
Tabela 4 – Taxas decenais de Crescimento

Taxas decenais de crescimento (reais, anualizadas, percentuais)

	1980s	1990s	2000s
PIB	9,4	10,5	10,5
Agricultura	6,2	3,8	4,2
Indústria	9,6	13,6	11,5
Serviços	12,4	10,9	11,2
Consumo	9,5	10,2	6,3
Investimento	11,0	11,6	13,6
Exportações	3,0	16,2	18,6
Importações	6,2	17,9	15,3

Fonte: Bureau Nacional de Estatística da China; cálculos do Banco Mundial

Gráfico 3 – Participação do PIB por produção (1981- 2011)



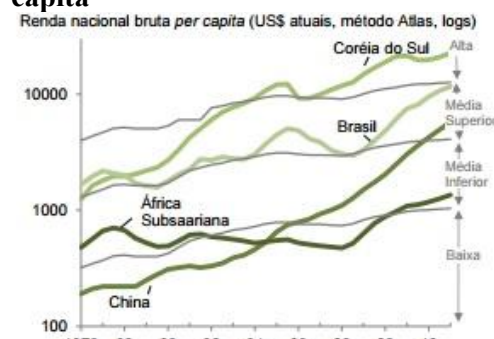
Fonte: Bureau Nacional de Estatística da China; cálculos do Banco Mundial.

Gráfico 4 – Participação no PIB por gasto (percentual)



Fonte: Bureau Nacional de Estatística da China; cálculos do Banco Mundial

Gráfico 5 – Renda nacional bruta per capita



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial; cálculos do BM.
Nota: Linhas em cinza claro são limiares de classificação de renda.

No que diz respeito à oferta de alimentos, Huang, Yang, Deng, & Rozelle (2014) observam que os impactos da urbanização podem trazer dois tipos de efeitos sobre a agricultura: diretos e indiretos. Os efeitos diretos estão ligados aos fatores que afetam a oferta da produção agrícola, ou seja: água, terra cultivada e trabalho, que terão sua utilização deslocada para os próprios processos de urbanização. Os efeitos indiretos estão relacionados às respostas dos produtores e consumidores, tendo em vista o aumento dos preços das *commodities* agrícolas decorrentes do declínio da oferta da produção nacional durante o processo de urbanização.

De acordo com estudos apontados por Huang, Yang, Deng, & Rozelle (2014), o volume de água utilizado para uso doméstico e para a indústria afeta negativamente a produção de algumas colheitas, especialmente aquelas que necessitam de grandes volumes de água, como o arroz. Culturas como a soja e o trigo, porém, não são afetadas negativamente pelo fato de não serem irrigadas.

Tabela 5 – Impactos diretos na utilização da água, terra cultivável e salários na agricultura pelo aumento de 1% na urbanização na China

	Impact through changes in water usage		Impact through changes in cultivated land		Impact on labor wage
	Area	Yield	Area	Yield	
Rice	-0.66	-0.001	-0.065	-0.0666	1
Wheat	0.21	-0.575	-0.065	-0.0666	1
Maize	-0.01	-0.001	-0.065	-0.0666	1
Soybean	1.81	0.009	-0.065	-0.0666	1
Sugar	-0.15	-0.029	-0.065	-0.0666	1
Vegetable oils	-0.58	0.317	-0.065	-0.0666	1
Cotton	-0.001	0.000	-0.065	-0.0666	1
Vegetables	-0.01	-0.001	-0.065	-0.0666	1
Other crops	-0.005	-0.003	-0.065	-0.0666	1

Fonte: Huang, Yang, Deng, & Rozelle (2014)

Tabela 6 – Impactos diretos na produção agrícola pelo aumento de 1% na urbanização na China

	Total impacts	Decomposition of impacts of urbanization		
		Agricultural water usage	Cultivated land	Labor wage
Grains	-0.18	-0.06	-0.06	-0.07
Rice	-0.34	-0.25	-0.04	-0.05
Wheat	-0.17	-0.09	-0.04	-0.04
Maize	-0.18	-0.02	-0.07	-0.09
Soybean	1.31	1.64	-0.20	-0.13
Vegetable oils	-0.36	-0.19	-0.10	-0.07
Sugar	-0.30	-0.13	-0.09	-0.08
Vegetables	-0.13	-0.03	-0.06	-0.05
Fruits	-0.10	0.00	-0.06	-0.04
Pork	-0.11	-0.01	-0.02	-0.09
Beef	-0.11	0.00	-0.01	-0.09
Mutton	-0.10	0.00	-0.01	-0.09
Poultry	-0.12	-0.01	-0.03	-0.09
Egg	-0.10	0.00	-0.02	-0.08
Dairy products	-0.14	-0.01	-0.02	-0.12
Fishery products	-0.11	0.00	-0.01	-0.10

Source: CAPSiM simulation results

Fonte: Huang, Yang, Deng, & Rozelle (2014)

Ainda de acordo com as Tabelas 5 e 6, é possível verificar, também, o impacto dos processos de industrialização e urbanização nas terras cultiváveis e na força de trabalho utilizada na agricultura, uma vez que ocorre um aumento na demanda por mão-de-obra tanto na área de construção como na área de serviços, levando a um deslocamento das zonas rurais para as zonas urbanas e um consequente aumento dos salários.

Apesar dos inúmeros benefícios provenientes da urbanização, a China precisará enfrentar problemas provenientes da escassez de recursos e da degradação ambiental, pois a rápida expansão das cidades também gera alterações significativas no ambiente físico além dos limites urbanos, resultando em perda de habitat, alterações climáticas e acumulação e proliferação de resíduos. (Chen, 2006)

Os recursos hídricos do país estão cada vez mais limitados em função dessa crescente demanda das indústrias e do campo. Em 2014, o nordeste chinês, uma importante região de produção agrícola, enfrentou uma grave seca. De acordo com dados do governo chinês, mais de 5 milhões de pessoas foram atingidas, e a área de produção agrícola afetada pela estiagem ultrapassou os 1,42 milhão de hectares. A província de Liaoning, por exemplo, base principal da produção de *commodities* da China, registrou uma redução de 62% nas precipitações em relação a anos anteriores e, por conta disso, em alguns condados, as perdas das lavouras chegam a 100%.

Por sua vez, é importante registrar também a escassez de terras agricultáveis na China. Com uma área cultivável que corresponde a cerca de 10% do mundo, o país tem o desafio de alimentar cerca de 20% da população global. Ainda que o objetivo desse trabalho não seja abordar preocupações de ordem ambiental, vale lembrar que o solo não funciona apenas como uma base para o fornecimento de alimentos e combustíveis, e pode ser considerado como um recurso não renovável em relação a uma perspectiva humana de tempo. (Chen, 2006)

Conforme reportagem da Reuters¹⁹ (2014), mais de 40% das terras agricultáveis da China encontram-se em processo de degradação, reduzindo a capacidade de produção de alimentos no país, uma vez que o solo tem sua fertilidade reduzida por erosão, mudança de acidez e efeitos de alterações climáticas, além dos danos causados por poluentes. De acordo com a matéria, *“o solo escuro e fértil da província de Heilongjiang, no norte do país, que compõe o cinturão de alimentos chinês, está ficando mais fino, enquanto as áreas agrícolas do sul da China sofrem com acidificação.”*

Por outro lado, o governo chinês vem buscando mecanismos de reforma para a propriedade da terra no campo. Até o momento, a terra rural é de propriedade coletiva das aldeias e os fazendeiros não possuem o direito de vendê-la. Se isso fosse permitido, poderia haver uma migração para a cidade com a renda adquirida. No entanto, se esta reforma for realizada, é esperado que os governos locais percam uma grande fonte de renda, pois, de acordo com a lei atual, somente o governo local é capaz de transformar uma área rural em urbana e, assim, lucrar com este tipo de iniciativa. Dentre as reformas que estão sendo previstas, uma reestruturação na área fiscal também deverá ser promovida, dando aos governos locais a possibilidade de gerar renda a partir de novos impostos, como por exemplo, sobre a propriedade, sobre a utilização de recursos naturais ou sobre impactos ambientais.

Em paralelo às iniciativas de urbanização, o governo chinês também precisa dar ênfase às reformas no seu sistema de bem-estar social. Hoje, os níveis de poupança da China ainda são da ordem de 50% do PIB, pois as famílias buscam economizar ao máximo, dado que não se sentem seguras com os programas de apoio social fornecidos pelo governo, principalmente no que diz respeito à previdência e saúde. Desta forma, para aumentar os níveis de consumo,

19 <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mais-de-40-das-areas-agricolas-da-china-estao-degradadas-diz-xinhua,1587775>

o governo precisa promover políticas que farão com que as famílias se sintam mais confortáveis em gastar suas reservas. Com esse objetivo, o 2º Plano Quinquenal prevê que, em 2020, a China deverá ser uma sociedade moderadamente próspera, com um sistema social de apoio a sua população. No entanto, ainda falta comprometer mais recursos para estas iniciativas, pois, excluindo os gastos com educação, que têm crescido, os aportes do governo em segurança social e assistência médica se apresentam quase inalterados nos últimos anos.

O rápido crescimento chinês e a mudança para uma economia mais diversificada foram responsáveis por muitas oportunidades de geração de renda, contribuindo de maneira muito positiva para uma ascensão nos padrões de vida da população. A China conseguiu reduzir a taxa nacional de pobreza, que girava em torno de 65% no início do período das reformas, para 10%, retirando mais de meio bilhão de pessoas da situação de pobreza. Essa mudança no perfil da sociedade chinesa, com mais pessoas vivendo na cidade, impulsionou um aumento na renda das famílias e, conseqüentemente, novos hábitos de consumo, inclusive alimentares. A demanda por carnes, produtos lácteos, ovos e fibras aumentou consideravelmente, além da procura por alimentos de rápido preparo e gastos com alimentação fora das residências (Santos, Batalha e Pinho, 2012).

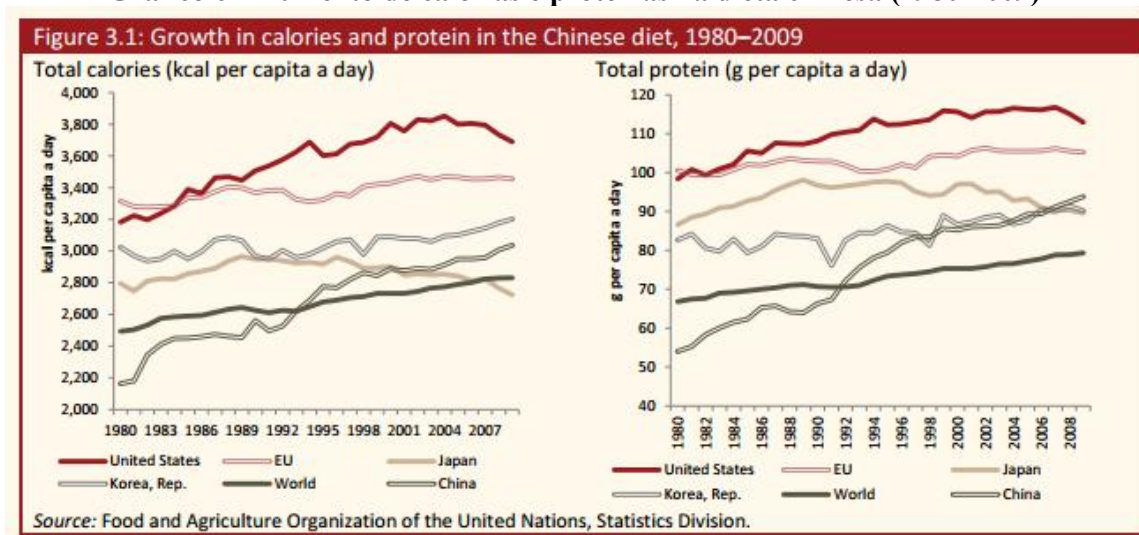
Conforme observado anteriormente, desde o início das reformas econômicas, no final da década de 1970, grandes conquistas foram feitas no setor agrícola chinês. Não obstante, embora a China seja hoje um grande produtor de alimentos e exportador de algumas *commodities*, o país vem aumentando a importação de produtos agrícolas e expandindo seus investimentos no exterior com o intuito de superar a insuficiência de sua produção interna. Nesse sentido, o comércio internacional tem sido cada vez mais relevante para a ampliação do consumo de alimentos na China.

2.2 Impactos da industrialização e urbanização no consumo alimentar

Até o final do século XX, cerca de 90% das calorias ingeridas pela população chinesa era proveniente de carboidratos como arroz, trigo e tubérculos. Na medida em que o rápido crescimento econômico foi gerando um aumento dos processos de industrialização e urbanização, a sociedade chinesa também passou por importantes transformações em seu estilo de vida e hábitos alimentares.

De acordo com os dados do Banco Mundial (Junho, 2014), a ingestão total de calorias per capita por dia subiu de 2.163 Kcal, em 1980, para 3.036 Kcal, em 2009, ou seja, o consumo de calorias da população chinesa apresentou um crescimento muito maior se comparado à média mundial, que subiu de 2.490 Kcal para 2.831 Kcal no mesmo período. A ingestão de proteínas também apresentou um elevado crescimento de 54 g per capita, em 1980, para 94 g per capita, em 2009, sendo que três quartos desse crescimento provem de produtos à base de proteína animal. Por sua vez, a ingestão de gordura quase triplicou, passando de 34 g per capita para 96 g per capita, durante o mesmo período, sendo, mais uma vez, em grande medida, baseada no aumento do consumo de produtos de origem animal.

Gráfico 6 – Aumento de calorias e proteínas na dieta chinesa (1980-2009)



Fonte: Banco Mundial, 2014.

A observação dos dados acima deixa claro que essa transformação da dieta alimentar chinesa aumentará a quantidade de recursos necessários para atender a demanda de alimentos da China, tendo em vista que dietas baseadas em produtos de origem animal requerem um aumento muito maior na utilização dos recursos agrícolas.

O Banco Mundial (2014) observa que, embora a taxa de autossuficiência alimentar, em 2010, estivesse em torno de 98%, a produção de grãos, especificamente, caiu de 92%, em 2010, para 88%, em 2012. Enquanto a autossuficiência nacional em arroz e trigo ainda se mantém em torno de 100%, as importações de soja alcançaram o volume de 58,3 milhões de toneladas, em 2012. Além disso, a China também deixou de ser um exportador líquido de milho no início da década de 2000 e figura agora na lista de importadores, com um volume líquido de 5,2 milhões de toneladas, em 2012.

Durante a década de 1980, o governo chinês incentivou a implementação de medidas para promover a produção do gado, incluindo o apoio ao desenvolvimento de uma indústria voltada para a alimentação da pecuária, assim como subsídios para a importação de animais de raças mais produtivas. Consequentemente, os indicadores de produtividade obtiveram uma sensível melhoria. (USDA, 2014)

A soja, mais especificamente, teve um papel muito importante no avanço da produção pecuária chinesa. A importação do grão contribuiu para que o farelo da soja fosse mais largamente utilizado na alimentação animal, causando uma melhoria nas dietas dos animais e impactando diretamente a produtividade do setor e a oferta de proteína animal. Além disso, a importação da soja permitiu que os agricultores chineses se especializassem na produção do milho, que gera rendimentos e retorno líquido mais elevados do que a soja em si. (USDA, 2014)

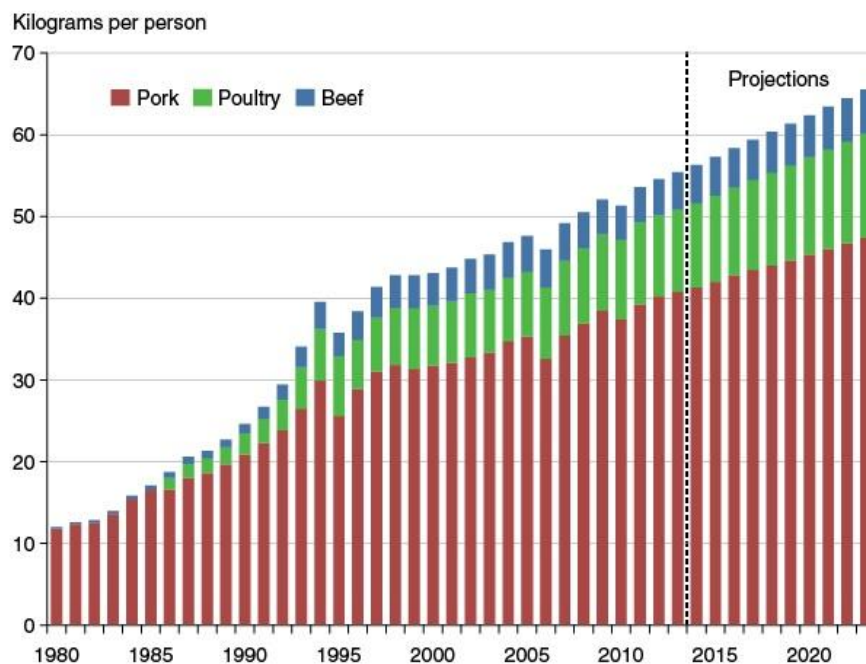
Conforme apontado no relatório sobre projeções agrícolas para 2023, elaborado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2014), há indícios de que a demanda chinesa por grãos atingiu um “ponto de virada” com a redução da oferta de trabalho no campo e o crescente aumento dos custos na alimentação animal, levando a significativas mudanças estruturais no setor pecuário da China. Dessa forma, a escassez de trabalho, as mudanças no padrão de vida e a constante pressão por boas condições de saúde dos animais

estão levando as famílias rurais a abandonarem a pecuária, de forma que empresas agrícolas especializadas vêm assumindo o controle do setor.

O relatório demonstra, ainda, que essa crescente demanda pela alimentação da população chinesa vem empurrando para cima os custos da produção, levando os produtores de gado e fabricantes de ração a explorarem novos ingredientes para alimentação animal como grãos secos e sorgo. Essa transição para uma produção em larga escala e uma agricultura de capital intensivo aumentará, ainda mais, a utilização de grãos para a alimentação animal em vez da utilização de alimentos tradicionais de origem local. Assim, o governo chinês vem diversificando suas estratégias para garantir sua autossuficiência na produção alimentar, já que será necessária a importação de cereais, pois a elevação do padrão de vida dos chineses implicará em um aumento da quantidade e variedade de alimentos nos supermercados e restaurantes para uma população cada vez mais urbanizada. (USDA, 2014)

Ainda de acordo com as projeções do estudo realizado pelo USDA (Gráfico 7), tudo indica que o consumo de carne seguirá aumentando na China. Para os anos de 2023/24, é projetado um aumento no consumo per capita da carne de porco para cerca de 6,6 kg, um aumento de cerca de 2,7 kg para o consumo de aves (2,7 kg) e um aumento de 0,85 kg para o consumo da carne de boi (0,85 kg). Tanto os restaurantes como as redes de fast food e cafeterias possuem um papel central na diversificação do consumo de carne na China.

Gráfico 7 – Projeção do crescimento do consumo de proteína animal na China

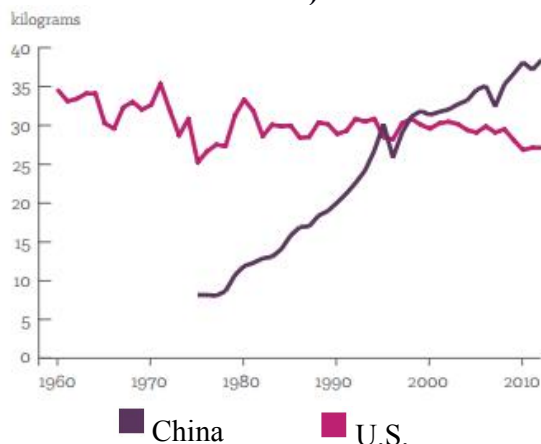


Fonte: USDA Agricultural Projections to 2023

De acordo com estudos do “*Institute for Agriculture and Trade Policy*” (IATP), sobre o complexo global da carne, o hábito de consumir proteína animal, embora presente na cultura da China há milênios se tornou mais popular somente há poucos anos. Para a grande maioria dos chineses, comer carne era um evento limitado a ocasiões raras e especiais, e não fazia parte da rotina de consumo do país. Atualmente, esse consumo vem aumentando drasticamente, e a carne vem se tornando, cada vez mais, o centro da dieta alimentar da população urbana chinesa.

Em relação à carne de porco, que sempre esteve no centro da agropecuária da China em termos de popularidade, produção e consumo, o estudo do IATP (2014) sobre o desenvolvimento da indústria do porco estimou um aumento da produção de suínos para 723 milhões de cabeças em 2014, com consumo previsto para 55 milhões de toneladas. A metade dos porcos do planeta são produzidos e consumidos na China. Em comparação aos EUA, os chineses consomem, em média, 39kg de porco por ano, enquanto os americanos consomem 27kg/ano (Gráfico 8).

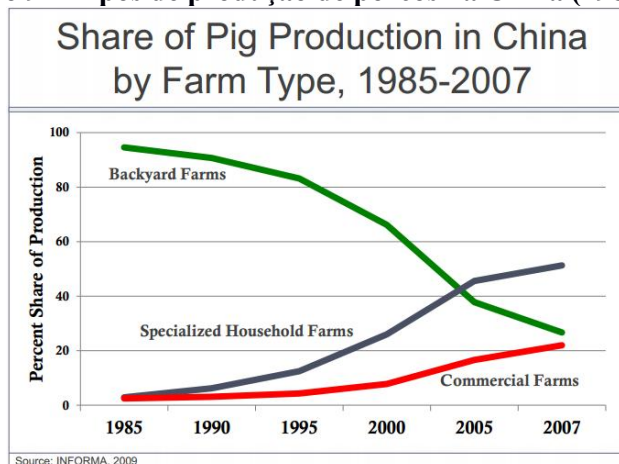
Gráfico 8 – Comparação do consumo de carne de porco – China e Estados Unidos (1960-2012)



Fonte: Schneider & Shefali. Global Meat Complex: The China Series, IATP, 2014

Conforme mencionado anteriormente, durante os anos 80, a produção de animais passou de um sistema descentralizado (fazendas familiares) para um sistema de maior concentração, com poucas empresas produzindo um número cada vez maior de animais em espaços confinados. Essa operação padronizou a forma como esses animais são alimentados, criados e processados, contribuindo para a emergência das empresas do agronegócio chinês e a redução da produção em fazendas familiares.

Gráfico 9 – Tipos de produção de porcos na China (1985-2007)



Fonte: Schneider & Shefali. Meat Complex: The China Series, IATP, 2014

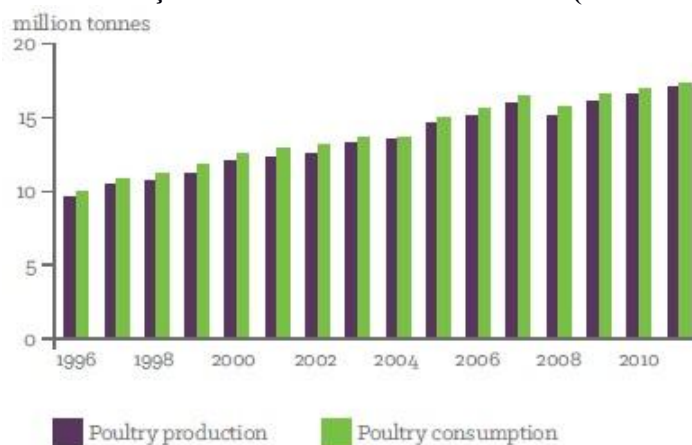
O consumo de aves e ovos, por sua vez, não possui tradição na dieta chinesa e foi considerada luxo durante muitos anos. Até meados dos anos 80, a produção de aves era uma atividade minoritária nas propriedades rurais, utilizada para complementar outras atividades.

O setor de aves é o que mais vem crescendo após os anos 90. Em 2011, a China já era o segundo maior produtor de aves do mundo, ficando atrás apenas dos EUA. A população chinesa vem substituindo o porco pelo frango, por ser uma carne mais saudável e mais barata, e o país se tornou um grande importador de carne de frango, principalmente de asas, pés e miúdos.

Conforme observado por Horowitz, Chendong & Zhang (2014), o crescimento da população, a urbanização e o aumento da renda são apontados como os principais impulsionadores da demanda por aves na China. No entanto, as escolhas políticas do governo, o crescimento das redes de restaurantes e supermercados, assim como as preocupações com a segurança alimentar, os custos de produção e as limitações ambientais, têm contribuído para moldar a demanda no setor de carne. O fato da produção da carne branca de frango consumir bem menos ração do que a produção da carne de porco, por exemplo, é, sem dúvida, um importante aspecto pelo qual a produção de frangos deve aumentar no país, em detrimento da produção do porco.

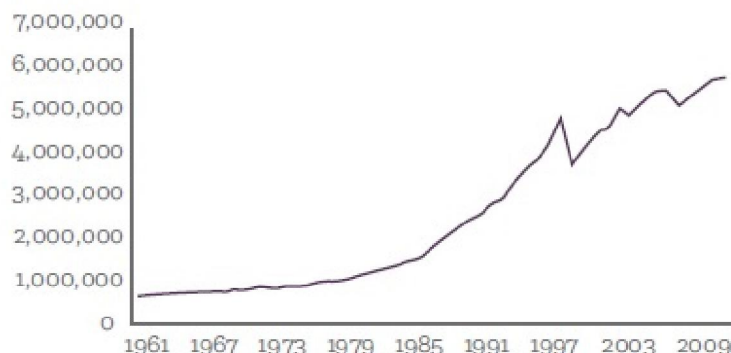
Assim, o consumo de frango vem acompanhando a produção doméstica desde 1996 (Gráfico 10). No gráfico 11, é possível visualizar o aumento do estoque de frango no período de 1961 a 2009, com um forte declínio no ano de 1996, devido à gripe aviária. No entanto, a China possui um volume significativo de importação de partes de frango, como asas, pés e outros miúdos.

Gráfico 10 – Produção e consumo de aves na China (1996-2010)



Fonte: Horowitz, Chendong & Zhang. Meat Complex: The China Series, IATP, 2014

Gráfico 11 – Aumento do estoque de aves na China (1961-2009)



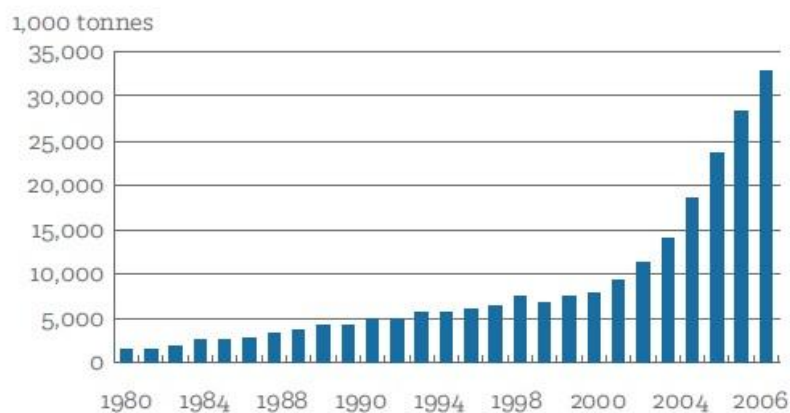
Fonte: Horowitz, Chendong & Zhang. Meat Complex: The China Series, IATP, 2014

Cabe destacar que a China também é um grande exportador de carne de frango, em especial, frangos inteiros congelados. As exportações ocorrem, principalmente, para o Japão, Hong Kong e Malásia. De acordo com estimativa das OCDE/FAO, existe uma previsão de que as importações de frango aumentarão de 0.49 mmt, em 2013, para 0.56 mmt, em 2022, ao passo que as exportações sofrerão um decréscimo de 0.58 mmt para 0.53 mmt in 2022, no mesmo período. (Horowitz, Chendong & Zhang, 2014)

Além das questões já levantadas no caso da transformação da indústria suína, a escassez de terras agrícolas na China também foi um dos motivos para que o governo decidisse incentivar a adoção de tecnologias de capital intensivo para ampliar a produção da indústria aviária. Consequentemente, a indústria em larga escala empurrou os preços das aves para baixo, forçando os agricultores em pequena escala a se adequarem às novas tecnologias ou a desistirem do negócio, uma vez que ficava economicamente inviável competir com a produção em larga escala. (Horowitz, Chendong & Zhang, 2014)

No que diz respeito aos produtos lácteos, Zhang & Sharma (2014) afirmam que a autossuficiência vem declinando ao longo dos últimos anos, uma vez que as últimas três décadas têm visto tanto a produção como o consumo de leite subirem, na China, em uma taxa média de 12,8% ao ano, desde o ano 2000.

Gráfico 12 – Produção de leite na China (1980-2006)



Fonte: Zhang & Sharma. Meat Complex: The China Series, IATP, 2014

Esse aumento na produção e no consumo trouxe consequências críticas, tanto para os pequenos produtores de leite chineses como para os próprios consumidores, uma vez que o poder concentrado nas mãos dos poucos grandes processadores e uma forte concorrência entre os menores moldaram a cadeia de valor de laticínios. Zhang & Sharma (2014) afirmam que, apesar dos grandes processadores e comerciantes terem sido responsáveis pelo escândalo da melanina, a resposta do governo chinês foi incentivar a consolidação de modelos de larga escala em todas as etapas da produção, processamento e comercialização de laticínios.

Após o escândalo, o governo chinês lançou uma série de políticas para estimular a produção em larga escala, através das quais os governos locais foram impelidos a convencer os pequenos agricultores a deslocar o gado leiteiro para grandes fazendas, com práticas mais modernas e padronizadas, e com sistemas de monitoramento que permitissem um melhor controle de qualidade da produção e da segurança alimentar dos produtos lácteos. Essas novas políticas de incentivo à produção em larga escala levaram a uma queda drástica no número dos pequenos produtores leiteiros. De acordo com o IATP, as três maiores empresas chinesas de laticínio - Yili, Mengniu e Bright – já dominavam cerca de 60% do mercado de leite em 2012. (Zhang & Sharma, 2014)

Tabela 7 – Números de cabeças de gado e produtores de laticínios na China (2007-2010)

	2007	2008	2009	2010	% CHANGE 09/08	% CHANGE 10/09
ANNUAL INVENTORY (HEAD)	FARMS	FARMS	FARMS	FARMS	FARMS	FARMS
1-4	2,159,701	1,970,755	1,816,359	1,750,895	-7.32	-3.60
5-9	295,789	398,744	374,541	345,667	-6.07	-7.70
10-19	149,106	143,358	138,265	138,246	-3.55	0.00
20-49	42,079	51,804	49,490	49,450	-4.47	-0.10
50-99	14,175	13,842	13,685	14,758	-1.13	7.80
100-199	4,421	4,425	4,324	4,640	-2.28	7.30
200-499	2,336	2,679	3,341	3,579	24.71	7.10
500-999	768	1,026	1,773	2,061	72.81	16.20
1,000 and above	339	454	706	898	55.51	27.20

Fonte: Zhang & Sharma. Meat Complex: The China Series, IATP, 2014

Conforme mencionado na reportagem do Valor Econômico, em outubro de 2014, a pesquisa global sobre tendências na indústria de leite, realizada pela Tetra Pak Dairy Index, mostra uma previsão de que a China dobre o seu percentual das importações globais de produtos lácteos de 6%, em 2013, para 12%, em 2024²⁰.

Além disso, a preocupação com a qualidade desses produtos, após o escândalo da melanina de 2008, também apresenta desafios crescentes para o governo chinês, que busca aumentar a industrialização, em economia de escala, com o objetivo de equilibrar as preocupações com a segurança dos alimentos, os custos de alimentação e ração, e o desejo de apoiar as empresas de laticínios em um setor globalizado em ascensão (Zhang & Sharma, 2014).

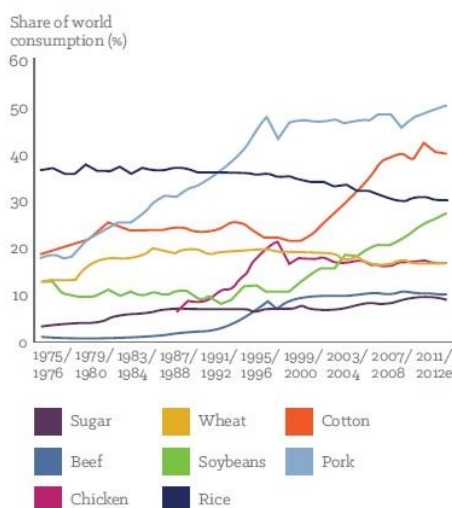
A FAO projeta que o consumo mundial de carne per capita será de cerca de 52 kg em 2050, quando a população mundial atingirá a marca de 9 bilhões de pessoas. Isso significa que serão necessárias 480 milhões de toneladas de carne, em comparação com 293 milhões de

20 A indústria do leite pode ser considerada um bom exemplo da volatilidade do mercado global relacionada à entrada da China. O país asiático reduziu as importações de produtos lácteos, no primeiro semestre de 2015, em decorrência dos seus estoques elevados. Entre os meses de março a maio deste ano, a China importou cerca de 190 mil toneladas entre leite em pó integral e desnatado. No mesmo período de 2014, haviam sido 368 mil toneladas. Essa redução no volume da importação contribuiu para a queda dos preços, podendo gerar um desequilíbrio no mercado internacional de lácteos.

toneladas consumidas em 2010. A maior parte dessa demanda deve vir de países em desenvolvimento, como a China e a Índia. (Sharma, 2014)

Com base no estudo realizado por Sharma (2014), pode-se observar que a China já é responsável pela produção e consumo de metade da carne de porco do mundo, cerca de 20% das aves, 10% da carne bovina e é, ainda, o quarto maior produtor de leite.

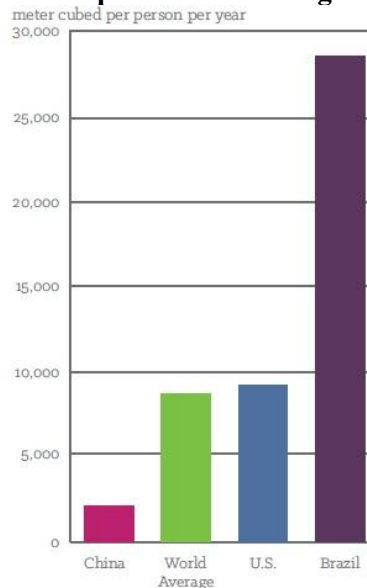
Gráfico 13 - Consumo doméstico da China – porcentagem do total global (1975-2012)



Fonte: Sharma. Meat Complex: The China Series, IATP, 2014

É importante ressaltar que a China é responsável por praticamente toda a sua produção de carne. No entanto, além do consumo seguir aumentando, a rápida urbanização criou um êxodo da mão de obra rural para as cidades, reduzindo a porcentagem de pessoas empregadas na agricultura para 37%, em 2010 (Banco Mundial, 2014). Conforme mencionado na primeira parte deste capítulo, além da escassez da mão de obra, a escassez de terra e água também está impactando o custo da produção de grãos na China, tornando-os mais caros do que os comercializados no mercado global de *commodities* agroalimentares. (Sharma, 2014)

Gráfico 14 – Disponibilidade de água na China



Fonte: Sharma. Meat Complex: The China Series, IATP, 2014

Todos esses fatores criam limites reais para a capacidade da China de expandir a produção de carne, e levantam, ainda, questões críticas sobre as compensações ambientais e sociais envolvidas. Schneider (2014), em artigo sobre as implicações da criação de suínos para o meio ambiente e a segurança alimentar da China, resume bem o grande desafio chinês. O processo de industrialização da agricultura, de um lado, e a migração dos trabalhadores das áreas rurais para as áreas urbanas, de outro, são componentes-chave do modelo atual de desenvolvimento do governo central. Segundo a autora, especialistas preveem que, até 2030, as políticas centrais movimentarão centenas de milhões de pessoas para as cidades da China, deixando apenas 400 milhões em áreas rurais. Essa grande massa de residentes urbanos precisará de quantidades enormes de alimentos, que serão ofertadas, em grande escala, por fazendas verticalmente integradas e empresas do setor agroalimentar. O grande problema deste modelo fica por conta dos pequenos agricultores que permanecerão no campo e para os quais será cada vez mais difícil manter seu padrão e estilo de vida.

A política adotada pelo governo chinês, no que se refere a industrialização do setor agrícola, teve um papel essencial na formação de empresas chinesas do setor do agronegócio, que são consideradas, hoje, a força motriz do plano nacional de desenvolvimento agrícola da China. Essas empresas integraram a cadeia de valor da agricultura, e atuam de forma integrada e verticalizada, fornecendo aos agricultores: insumos, crédito, tecnologia e acesso aos mercados. Além disso, os investimentos do governo em infraestrutura (expansão de ferrovias e rodovias) e transporte facilitaram a logística da distribuição, diminuindo o custo de toda a cadeia, desde o abate e processamento da carne até a venda para varejistas, restaurantes e compradores institucionais, como hotéis, lanchonetes, escolas, fábricas etc. (Horowitz, Chendong & Zhang, 2014)

A necessidade de aumentar a oferta de proteínas de origem animal vem impactando as escolhas governamentais a respeito de sua soberania alimentar. A princípio, o governo tem mantido a sua política de autossuficiência alimentar de grãos em 95%, nos casos do trigo, arroz e milho. No entanto, com o aumento da demanda por carnes e o consequente aumento da demanda por grãos para alimentação do gado, porcos e aves, o governo chinês vem revisitando essa meta de autossuficiência e rediscutindo a questão da importação de carnes e ração para alimentação da pecuária. No que diz respeito à soja, por exemplo, a China optou

por abrir mão da sua autossuficiência para complementar a sua produção por meio do comércio internacional.

Não obstante o papel importante da agricultura no milagre do crescimento econômico chinês, fatores como a escassez de terras agricultáveis, a deterioração do solo e a disponibilidade da água vêm prejudicando a atividade agrícola da China. Portanto, o comércio internacional tem sido cada vez mais relevante para a ampliação do consumo de alimentos no país, inclusive porque o processo de urbanização não afeta apenas o surgimento de novos hábitos alimentares, mas também o deslocamento do trabalho rural para as cidades, podendo acarretar em uma redução da produção agrícola, caso a evolução da produtividade não seja capaz de suprir esse deslocamento.

CAPÍTULO III - A CHINA E O COMÉRCIO GLOBAL DE COMMODITIES AGROALIMENTARES

“A emergência da China e as transformações por ela induzidas caracterizam uma autêntica ruptura da normalidade e o surgimento de novas tendências. Em outras palavras estamos, no caso, diante de um fenômeno essencialmente histórico e único”. (CASTRO, 2008)

3.1 Regime institucional

O cenário das relações internacionais, vigente no final dos anos 80, sofreu profundas transformações em seu equilíbrio de poder. O fim da Guerra Fria, o avanço tecnológico, a revolução nas comunicações e a liberalização econômica e financeira, alteraram a dinâmica do relacionamento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, principalmente no que se refere ao comércio internacional. O advento do neoliberalismo e a prevalência de um arcabouço institucional definido pelo livre comércio, pela desregulação e pela minimização do papel intervencionista do Estado, trouxeram impactos profundos para a governança global.²¹

Esse processo se refletiu, também, na dinâmica dos mercados agroalimentares, gerando uma reorganização de todas as etapas da produção, circulação e distribuição dos produtos agrícolas. A lógica da globalização financeira estendeu-se à esfera da produção de alimentos, conferindo ao capital do sistema agroalimentar maior liberdade com relação às regulações dos estados nacionais, no sentido de reorganizar globalmente o processo produtivo, de acordo com vantagens de matéria prima e mão-de-obra.

O enfraquecimento da regulação estatal do mercado e a criação de novas institucionalidades, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), em 1995, contribuíram para a emergência de um novo sistema internacional de comércio e para a reorganização das cadeias de valor em escala global, levando a concentração de poder para as mãos das grandes corporações. Na medida em que o estabelecimento da OMC ampliou a liberalização comercial e a integração dos mercados, o comércio internacional passou a se estruturar através de sistemas produtivos baseados em economia de escala para produtos padronizados, como as commodities agrícolas. (McMichael & Friedman, 1989; Goodman & Watts, 1997)

Nesse sentido, os alimentos foram crescentemente transformados em mercadorias globais e o papel estratégico das relações agroalimentares na economia mundial foi redefinido, conferindo às corporações transnacionais um importante posicionamento no tabuleiro global. (Friedman, 1993)

“Certos traços do período Fordista se aprofundaram, tais como a concentração e centralização de capitais, uma maior integração vertical na produção e a intensificação da utilização de tecnologias que, no entanto, estão agora voltadas à produção em massa, não de produtos homogêneos, mas de produtos diferenciados para nichos específicos. Produtos estes, que podem inclusive ser gerados em unidades menores ou quase artesanais, mas que respondem a padrões de qualidade definidos por grandes atores que comandam os elos do processamento industrial e da

21 Deve-se reconhecer porém, que sobretudo na área de agricultura, os países em desenvolvimento foram os mais atingidas por essas medidas, enquanto a Europa e os Estados Unidos, em grande parte, mantinham políticas intervencionista de proteção e de subsídios. Posteriormente, com a entrada em cena dos “emergentes”, temos uma reafirmação de políticas nacionais e do Estado que enfraquece o multilateralismo.

distribuição, através de marcas multinacionais.” (Ramos e Storel, 2011)

Conforme observado por Goodman, Sorj & Wilkinson (1990), a revolução industrial desencadeou um processo *sui generis* de transformação da agricultura em um processo industrial, levando à apropriação das etapas a montante da agricultura por grandes indústrias, tornando o produto agrícola um simples insumo industrial, sendo substituído cada vez mais por ingredientes e aditivos químicos. Consequentemente, a crescente urbanização gerou uma necessidade de produtos de consumo de massa bem como o desenvolvimento de tecnologias de produção e conservação que atendessem os novos padrões de vida da população urbana.

Burch, D & Lawrence, G. (2009) alertam para a questão do varejo, da cadeia de suprimentos e do papel das redes de supermercado dentro do sistema agroalimentar global. Para eles, o setor de supermercados é apontado como um dos principais condutores e tomadores de decisão, levando a novas transformações nas relações de poder do cenário internacional. Além disso, os autores ressaltam a financeirização do alimento e da agricultura, na qual os instrumentos e instituições financeiras tornaram-se parte do sistema agroalimentar de uma forma nunca vista anteriormente, já que se encontram envolvidos nos processos agrícolas, no fornecimento de insumos, no armazenamento e na logística, na inspeção e certificação, na produção e no processamento de alimentos, entre outros. Dessa forma, observa-se a ingerência do capital financeiro em praticamente todas as esferas do sistema alimentar, levando ao surgimento de um regime financeirizado e com capacidade de reorganização dos vários estágios da cadeia de suprimentos agroalimentares.

Flexor (2006) reforça que as empresas transnacionais da indústria de alimentos e do varejo podem ser consideradas atores essencialmente ativos na fase de reestruturação das regras do jogo global, pois são capazes de conectar espaços geograficamente distintos e distantes. Goodman & Watts (1997), retomam parte dessa problemática, apontando para a fluidez das redes que estruturam as relações entre os atores do sistema agroalimentar.

A abordagem teórica que será utilizada neste trabalho para fundamentar o processo de globalização do sistema alimentar está inserida na análise sobre Cadeias de Valores Globais (*global value chains – GVC*), introduzida por Gereffi (Gereffi, Humphrey, & Sturgeon, 2005). De acordo com Kaplinsky e Morris (2000), a cadeia de produção é considerada uma cadeia de valor, tendo em vista que as etapas necessárias para a produção de um bem ou serviço, desde a sua concepção, passa por diferentes fases da produção até a entrega para o consumidor final.

Foi a partir da década de 2000 que o conceito de Cadeias de Valores Globais (CVG) ganhou popularidade na análise do comércio internacional e da fragmentação geográfica das cadeias de suprimento e criação de valor contemporâneo. Esse arcabouço analítico de CVG focaliza a expansão global das cadeias de suprimento e a criação de valor nesse processo, através de dois pontos de vista distintos: de cima para baixo e de baixo para cima. No enfoque de cima para baixo da governança das CVG, a identificação das empresas líderes das cadeias globais de valor e a organização da indústria mundial estão no eixo das análises, enquanto no foco de baixo para cima, a ênfase concentra-se na identificação de oportunidades de “*upgrading*” da posição da empresa na cadeia produtiva na qual está situada.

As formulações iniciais identificaram dois tipos de governança no estudo das CGV: *buyer-driven*, cadeias controladas por compradores e *producer-driven*, cadeias controladas pelos produtores. De forma geral, as cadeias lideradas pelos produtores estão sob a governança de fabricantes internacionais que buscam integração vertical para garantir propriedade e controle sobre o produto final. Já as cadeias controladas pelos compradores são lideradas por varejistas que estão em busca de integração da rede, melhoria da logística e administração das relações de confiança. (Gereffi, Humphrey, & Sturgeon, 2005)

Wilkinson (2004), em sua discussão de literatura das CVG, observa que essa divisão, subsequentemente, sofreu qualificações ao atentar para o grau em que as cadeias são dirigidas pela dinâmica da produção ou pelo comprador final. Outras variáveis foram então levadas em consideração como a complexidade das transações, a habilidade para codificar transações, e as capacidades na base de suprimentos. A partir destas variáveis, surgiram três novos tipos de governança na cadeia de valor global – modular, cativa e relacional. As cadeias modulares, mais próximas ao modelo de mercado, ocorrem quando as transações são mais simples e podem ser codificadas. A tecnologia e os padrões de troca da informação são aspectos importantes para o funcionamento dessas cadeias. As cadeias de valor relacional ocorrem quando as características do produto se baseiam em informações complexas e não podem ser codificadas, resultando em interações baseadas em conhecimento tácito, componentes de reputação, proximidades sociais e espaciais e nos laços familiares e étnicos. Por fim, as cadeias de valor cativo, ocorrem quando existe habilidade de codificação e especificação dos produtos, ainda que as capacidades dos fornecedores sejam limitadas, ocasionando redes hierárquicas, nas quais os produtores estão integrados a empresas líderes. (Gereffi, Humphrey e Sturgeon, 2005).

Esse conceito de cadeias globais de valor está diretamente relacionado às transformações ocorridas na economia mundial, que contribuíram para acelerar o processo de globalização da produção sob o comando de grandes empresas multinacionais, uma vez que a análise das CGVs permite abordar a dinâmica entre as firmas e as formas de governança que as estruturam. Dessa forma, essa abordagem teórica abrange o tema da globalização do sistema alimentar, levantando aspectos importantes relacionados às alterações nas lógicas de produção e aos novos arranjos institucionais na governança global que modificaram de forma substancial a dinâmica do sistema agroalimentar como um todo.

Nesse sentido, a dimensão entre o global e o local adquiriu novas perspectivas dentro do contexto do comércio mundial, globalizado e neoliberal, no qual as fronteiras do capital e da financeirização extrapolaram os limites físicos dos Estados nacionais. A emergência das cadeias globais de valor, verticalmente integradas, provocou uma alteração no comércio de *commodities* agrícolas, que coloca em questão a posição dos Estados Unidos e da Europa, como os principais exportadores e importadores de *commodities* agrícolas. Países como a Argentina, o Brasil, a Rússia e a China emergiram entre grandes produtores, compradores e vendedores de *commodities* agrícolas. Além disso, grandes *traders* privados consolidaram o seu poder com quatro empresas controlando cerca de 75-90% do comércio internacional de cereais: Archer Daniel Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus. (Burnett & Murphy, 2014)

O ingresso da China, na OMC, em 2001, abriu caminho para a sua entrada no comércio internacional e para a sua inserção nas cadeias globais de valor. O país asiático passou a ser um ator importante dentro desse cenário e vem exercendo forte pressão na agricultura mundial com o objetivo de garantir a segurança alimentar da sua população, tendo em vista o aumento substancial da população chinesa, o crescimento dos níveis de renda per capita e da urbanização, além da escassez de recursos como água e terra.

3.2 Estratégias da atuação da China nos mercados internacionais

O ingresso da China na Organização Mundial do Comércio pode ser considerado um marco divisório na política econômica internacional do país, pois tanto o setor agrícola quanto o industrial foram beneficiados. Na área de serviços, incluindo bancos, seguros, transportes e telecomunicações, houve uma forte liberalização que facilitou a presença de agentes econômicos estrangeiros na China. Dessa forma, a entrada na OMC consolidou a crescente abertura do país e ampliou sua posição de destaque no tabuleiro global, reforçando o compromisso pragmático dos líderes chineses para consolidar as correntes de exportação e o aporte de investimentos externos diretos que dinamizam sua economia.

Segundo estudos do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), com o ingresso da China na OMC, foi observado um ciclo virtuoso de desenvolvimento da economia baseado em um modelo econômico em que diferentes vetores de expansão atuaram de forma convergente:

- ✓ um processo de urbanização e interiorização ainda longe de se completar;
- ✓ utilização de suas vastas reservas de mão de obra, principalmente os migrantes do campo, que impulsionou ganhos de produtividade;
- ✓ contenção dos custos salariais nas atividades industriais intensivas em trabalho;
- ✓ industrialização pesada de capital intensivo;
- ✓ manutenção de sua moeda em patamar desvalorizado para fortalecer as exportações;
- ✓ falta de estímulos ao consumo e consequente formação de elevado nível de poupança;
- e
- ✓ grandes investimentos em infraestrutura e construção civil.

Embora a promoção das exportações tenha começado a fazer parte dos objetivos prioritários do Governo chinês a partir do início dos anos 90, foi a sua adesão à OMC que impulsionou a participação chinesa no comércio mundial. Barry Naughton (2007) observa que as tarifas médias de importação no país caíram de 41%, em 1992, para 6% após a entrada na OMC, fazendo com que a China se tornasse um dos países em desenvolvimento com as tarifas médias mais baixas no mundo. A política de abertura às importações, em conjunto com a agressiva promoção das exportações, em um cenário de alta competitividade por razões de custo e escala, fez com que o volume total do comércio exterior chinês passasse a corresponder a uma alta proporção do PIB do país, cerca de 41,5%, em 2014. (Banco Mundial, 2014)

Em 2003, Hu Jintao foi eleito Presidente da República Popular da China, permanecendo no cargo até o início de 2013. Junto com o Primeiro-Ministro, Wen Jiabao, fez parte da quarta geração de líderes da República Popular. O governo Hu-Wen intensificou a política externa, melhorou a relação com a comunidade internacional através da diplomacia e afirmou a sua determinação de seguir adiante com o histórico impulso de modernização do país, não apenas através do crescimento contínuo, mas também com tentativas de reequilibrar a economia, melhorar a oferta de serviços públicos e reduzir as desigualdades nacionais.

A quarta geração foi responsável por um alto crescimento econômico, com certa estabilidade e preservação do papel do Partido Comunista e da centralidade do partido na vida política. No plano político, Hu Jintao não promoveu grandes avanços, sendo perceptível a dificuldade de se mudar a atuação de um partido que está no poder há quase 60 anos. Já na esfera econômica, o modelo de desenvolvimento baseado em exportações e investimento teve seu ápice no ano de 2008, momento em que a crise financeira internacional impôs novos desafios aos rumos da economia chinesa.

O primeiro impacto da crise foi a rápida diminuição das exportações em função da

falta de crescimento do consumo em importantes mercados como os EUA e os países da Europa. Desta forma, as exportações que apresentavam uma média de crescimento de 27% a.a, nos anos anteriores à crise, despencaram para 16% no período 2009-2008. Frente a isto, as exportações que estavam contribuindo com 2-2,5% de crescimento do PIB, caíram para 0,86 e -3,54% no período logo após a crise (2008 e 2009).

Com o intuito de continuar mantendo os elevados níveis de crescimento da economia e de cumprir com as metas do 11º. Plano Quinquenal, o governo chinês decidiu lançar um plano de estímulo econômico, sem precedentes em sua história contemporânea, da ordem de RMB 4 trilhões (US\$ 586 bilhões). Este plano, cuja duração foi de 2008 a 2010, teve como objetivo dar uma resposta de curto prazo à crise, sendo a maior parte do dinheiro destinada aos projetos de investimento em infraestrutura e construção civil. Como os dados mostram, o estímulo foi capaz de se contrapor à queda da contribuição das exportações, e de manter o ritmo de crescimento em patamares próximos aos 10% a.a. Por outro lado, a resposta do governo chinês expôs, de maneira contundente, o quanto o crescimento econômico depende de estímulos de investimento.

Em 2011, a Assembleia Nacional Popular da China aprovou o 12º Plano Quinquenal, no qual o país reconheceu o esgotamento do modelo de crescimento prevalecente até então e passou a buscar uma transformação no seu padrão de desenvolvimento nacional, alterando a estrutura da sua economia baseada em investimentos e exportação para um padrão de crescimento voltado cada vez mais para os consumidores chineses.

Dentre as principais dimensões abrangidas no Plano, pode-se destacar: políticas sociais, distribuição de renda e aumento do consumo doméstico; modernização econômica, desenvolvimento dos serviços, reaparelhamento de indústrias tradicionais e desenvolvimento de indústrias emergentes estratégicas; e, por último, a otimização do uso de recursos naturais e proteção ambiental. Além do aumento da renda das famílias através de políticas distributivas, criação de empregos e universalização da seguridade social, o governo chinês pretende priorizar a prática da inovação, impulsionando a educação em conjunto com ciência e tecnologia. A criação e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, principalmente de alta tecnologia e de serviços, assim como reformas das instituições para fortalecer o combate à corrupção também fazem parte do escopo do Plano. Vale ressaltar, ainda, que a questão da sustentabilidade tornou-se um importante fator das políticas públicas chinesas e ocupa lugar de destaque no 12º Plano Quinquenal. A preocupação com a sustentabilidade está diretamente relacionada às políticas sociais - dados os crescentes impactos da poluição e da mudança do clima sobre a população – quanto ao processo de modernização da economia, haja vista o interesse chinês em se adequar aos paradigmas tecnológicos da economia verde, aumentando sua competitividade e diminuindo a dependência de recursos naturais importados, sobretudo energéticos.

A quinta geração de dirigentes do país teve início em março de 2013, com a eleição de Xi Jinping, que representará o país no cenário internacional pelos próximos dez anos. A eleição de Xi marca a segunda transferência pacífica de poder, depois da do seu antecessor, em mais de seis décadas de governo comunista. Ele assumiu o poder em um momento no qual a desigualdade social e a degradação ambiental vêm aumentando e a ampliação de direitos sociais e políticos vêm sendo cada vez mais exigida.

Na opinião de Yasheng Huang (2003), a China tem um enorme potencial de crescimento econômico, maior ainda do que já foi provado, mas o país necessita reformas institucionais substantivas que requerem determinação e vontade política por parte dos líderes chineses. Para ele, o governo ainda precisa assumir um compromisso ideológico com os direitos de propriedade privada - um dos pilares fundamentais de uma economia capitalista de mercado.

Vale mencionar que a política exterior chinesa sempre foi determinada pela necessidade de preservar o desenvolvimento do País. A China perseguiu, nos últimos anos, o que os documentos oficiais denominam de “desenvolvimento pacífico”. A base da ascensão chinesa, argumentava Kissinger, era econômica e política, em vez de militar, e sua doutrina militar excluía um confronto direto se o resultado fosse incerto (Arrighi, 2007). De certa forma, na medida em que a China emerge e se torna uma potência assimétrica, o princípio que a rege, e vem sendo preservado, é o da ascensão pacífica, que depois passou a ser denominado como “princípio do desenvolvimento pacífico”.

Em artigo publicado em 2011, Antonio Barros de Castro acreditava que não havia mais dúvida sobre o deslocamento do centro de gravidade do crescimento econômico mundial para a Ásia, e mais concretamente para a China. Para ele, a emergência da China e as transformações por ela induzidas caracterizavam uma autêntica ruptura da normalidade e o surgimento de novas tendências. Castro recorda outros momentos da história nos quais o centro de gravidade do crescimento econômico se deslocou, como foi o caso da alteração do centro do capitalismo da Inglaterra para os Estados Unidos, ou até mesmo a própria transferência da liderança do capitalismo nascente da Holanda para a Inglaterra. Não obstante, a ascensão chinesa era por ele considerada um fenômeno essencialmente histórico e único.

A transição para o novo modelo de desenvolvimento poderá revelar-se de fato como uma segunda revolução econômica, com a ascensão de uma classe média econômica e demograficamente dominante. Ao mesmo tempo, a pressão sobre os recursos naturais domésticos torna-se, cada vez mais, fonte de preocupação crescente do governo. A produção de energia e de bens de maneira sustentável, numa perspectiva de ciclo de vida dos produtos com gestão e aproveitamento inteligente de resíduos, terá grande espaço para incentivos do governo e, possivelmente, apresentará rápido crescimento. Ainda assim, e numa perspectiva histórica, a ascensão das classes médias, inclusive com o aumento do grau de urbanização, deverá significar a rápida expansão do consumo de bens tradicionalmente associados a esta transição – primeiramente de alimentos. Isso trará implicações para a garantia da segurança alimentar onde produtos do agronegócio, a exemplo da cadeia soja-milho-carne, deverão ganhar mais importância no comércio e no investimento com terceiros países.

Em março deste ano, durante a terceira sessão do 12º Congresso Nacional do Povo, foi apresentado pelo Primeiro-Ministro da China, o Plano de Trabalho do governo chinês para o ano de 2015. O Plano de Trabalho refletiu as diretrizes já apontadas pela nova geração dos líderes políticos Xi Jinping e Li Keqiang, que buscará a implementação de um novo modelo de desenvolvimento, voltado para o aumento do consumo interno, o aumento da renda da população, a elevação dos níveis de urbanização, a promoção do desenvolvimento sustentável, uma política externa mais agressiva e a aceleração da internacionalização das empresas chinesas.

No que diz respeito ao setor agrícola chinês, o governo prevê a modernização da agricultura por meio de reformas na área rural com o intuito de garantir que a área cultivada da China não fique abaixo dos 120 milhões de hectares, além da ampliação dos esforços para o desenvolvimento de novas tecnologias, variedades de cultivos e maquinário agrícola. Contudo, conforme demonstrado no capítulo anterior, apesar de a China possuir elevados índices de autossuficiência em diversos alimentos, a dependência de *commodities* como a soja e o milho, além de proteínas de origem animal tende a seguir aumentando.

O ano de 2008 foi marcado por uma grave crise de alimentos, que elevou o preço das *commodities* agrícolas aos níveis mais altos nos últimos 30 anos. Dentre as razões para o aumento dos preços, pode-se destacar: (a) contínua elevação da demanda por alimentos em grandes países emergentes (China, Índia e Brasil, entre outros); (b) destinação de quantidades crescentes de grãos básicos como o milho e a soja, além de outros bens alimentares, para a produção de agrocombustíveis; (c) forte elevação dos preços do petróleo antecipando a

evolução dos preços das demais commodities e, repercutindo nos custos de produção agrícola e de transporte; (d) efeitos de fatores climáticos (eventos extremos como secas prolongadas e enchentes) em países que pesam na oferta internacional; (e) especulação financeira com as commodities alimentares entrelaçada com os mercados dos ativos financeiros em geral; (f) taxa de crescimento decrescente de colheitas e baixos níveis de estoque resultantes de longo período de sub-investimento na agricultura. (Maluf & Speranza, 2013)

Diante deste cenário, os governos começaram a questionar a hipótese dos mercados internacionais funcionarem como garantia para a segurança alimentar, tendo em vista a volatilidade dos preços das *commodities* agroalimentares (Burnett & Murphy, 2014). No caso da China, ainda que a sua escala de dependência do comércio exterior para o suprimento de alimentos e algumas matérias-primas seja pequena, o país asiático não pode confiar exclusivamente no comércio internacional para obtenção de tais produtos. (Wilkinson, Wesz & Lopane, 2015)

De acordo com dados do Banco Mundial, a demanda chinesa por importações de produtos agroalimentares continuará a crescer mesmo com desaceleração econômica do país. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos também confirma essa tendência ao apontar que as importações de alimentos da China atingiram um recorde de mais de cinco anos de alta, correspondendo a US\$ 26,7 bilhões em produtos de soja, trigo, milho e produtos florestais, equivalente a 20% das exportações de produtos alimentares e agrícolas do país norte-americano. (Banco Mundial, 2014; USDA, 2014)

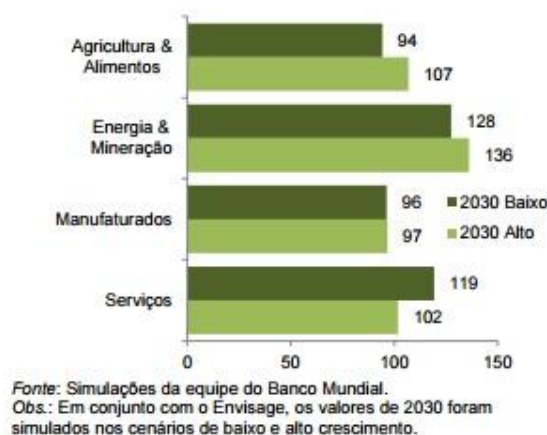
Os cenários apresentados tanto pelo Banco Mundial como pelo USDA demonstram um contínuo aumento da participação da China nas importações globais e implicam uma tendência de dependência crescente de importações de *commodities*, em especial nos setores de agricultura, alimentos, energia e mineração. Para o Banco Mundial, em um cenário de baixo crescimento, a participação chinesa nas importações globais deve aumentar de 10%, em 2010, para 16%, em 2030. Já em um cenário de alto crescimento, essa parcela aumentaria para 19%, em 2030.

Gráfico 15 – Parcela chinesa do valor das importações mundiais (porcentagem)



Tendo em vista que a China será responsável por 15% das importações globais e mais do que 20% das exportações globais até 2030, é provável que o aumento da demanda pelas importações continue afetando os preços globais. (Banco Mundial, 2014)

Gráfico 16 - Índice de preços globais relativos 2030 (2010=100)



O Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE, na sigla em inglês), ao analisar os altos níveis de volatilidade no preço das *commodities* agrícolas a partir dos anos 2000, ressalta que além das flutuações de preços acentuadas com a financeirização dos mercados de *commodities* agrícolas e as pressões causadas pelas metas de biocombustíveis, a demanda chinesa também é um fator importante. (HLPE, 2011)

Essa volatilidade nos preços das *commodities* agrícolas e o enfrentamento da questão da dependência chinesa dos mercados mundiais de produtos agroalimentares, além da limitação de recursos naturais, já mencionada anteriormente, levou o governo chinês a repensar suas estratégias para garantir a segurança alimentar do seu país.

Em 2013, a China importou mais de 63 milhões de toneladas de soja - um aumento de seis vezes em relação a última década - e a importação de trigo, arroz e milho também vem crescendo. Ao abandonar a sua política de autossuficiência na produção de grãos, a China aumenta a pressão sobre o mercado mundial de grãos, que já possui um nível elevado de volatilidade, uma vez que seus preços são determinados pela Bolsa de Valores de Chicago (CBOT, na sigla em inglês) e a sua oferta é gerenciada pelos grandes *traders* internacionais – o grupo ABCD.

Tendo em vista a centralidade da questão da segurança alimentar para a China, devido ao tamanho da sua população e aos limites da sua autossuficiência, confiar no comércio internacional como única fonte de obtenção de produtos agroalimentares não parece ser uma opção viável para um país que possui escassez de recursos naturais. Nesse sentido, o governo chinês vem buscando alternativas para lidar com o poder dos grandes *traders* ocidentais desses produtos. A estratégia do governo chinês para impulsionar a internacionalização de suas empresas vem direcionando grandes volumes de investimentos, em aquisições de terras, compra de empresas e *joint ventures* em outros países, colocando a China no centro do comércio internacional de *commodities* agroalimentares.

A compra da empresa norte-americana, Smithfields Foods Inc. - considerada a maior produtora de carne suína do mundo – pela empresa chinesa Shuanghui International Holdings Ltd., pode ser considerada uma relevante estratégia do governo chinês para garantir a oferta de produtos suínos, tendo em vista que o comércio internacional não consegue dar conta da demanda chinesa pela carne de porco. A compra, no valor anunciado de US\$ 4,72 bilhões, é a maior aquisição feita por uma empresa chinesa nos Estados Unidos e foi realizada com empréstimos do Bank of China e da CDH Investments. (Wilkinson, Wesk & Lopane, 2015)

A Shuanghui é acionista majoritária da Henan Shuanghui Investment & Development Co., maior companhia chinesa de processamento de carnes com capital aberto. Ao levarmos em consideração a notável expansão da produção intensiva da indústria suína no país, a aquisição da Smithfields é um importante indicador do grau em que a China está se posicionando para além do comércio internacional de modo a garantir sua segurança alimentar.

Além da compra da Smithfield, a principal empresa estatal chinesa no comércio de grãos, Cofco – China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corp., anunciou a aquisição de 51% do segmento de agronegócios da Noble Group (Noble Agri), por um valor anunciado de US\$ 1,5 bilhão, e a aquisição do controle majoritário das ações da Nidera, maior *trading* do agronegócio holandesa, por um valor de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão. A aquisição de ambas as empresas insere a China no movimento de consolidação das *tradings* globais do agronegócio.

“Conforme comunicado da Cofco, as duas transações são as maiores aquisições internacionais da história da estatal e do mercado chinês de grãos e óleos vegetais. O investimento foi feito pela estatal chinesa e por um consórcio de investidores formado por Hopu Investment, Temasek, Standard Chartered Private Equity e IFC, braço de desenvolvimento do Banco Mundial. A chinesa contribuiu com 60% do investimento e o consórcio, com 40%.” (Valor Econômico, 2014)²².

De acordo com informações divulgadas pela Cofco, as aquisições da Noble e da Nidera permitirão que a empresa movimente cerca de 150 milhões de toneladas de produtos agrícolas por ano, agregando uma receita em torno de US\$ 63,3 bilhões. Ambas as iniciativas da estatal chinesa garantem uma presença maior no mercado global, permitindo uma aproximação das regiões produtoras e facilitando a aquisição de *commodities* por um menor preço e em quantidade crescente. O líder da Cofco na América do Norte, Paul Liu, confirmou o interesse da empresa em ampliar sua atuação em outras partes do mundo, onde muitos grãos são *cultivados*, produzidos e podem ser exportados para a China²³.

Ao ampliar a participação da Cofco no mercado global de *commodities*, as aquisições da Noble e da Nidera facilitarão a garantia da oferta de ração animal para o abastecimento do seu crescente mercado de alimentos de proteína animal, uma vez que será viável originar um grande volume de grãos com baixo custo, pela compra direta dos produtores dos países nos quais as *tradings* globais já estão consolidadas. O Brasil e os demais países do Cone-Sul se enquadram no grupo de países onde a Noble e a Nidera possuem presença expressiva.

No Brasil, a Noble atua no segmento de grãos e oleaginosas, desde 2004. A sua estratégia inicial de inserção no País foi a instalação de armazéns nas regiões produtoras, principalmente no Mato Grosso e no Paraná. Em 2010, a maior *trading* asiática de commodities inaugurou o primeiro terminal para exportação no Porto de Santos, em São Paulo, cujo investimento foi de R\$ 100 milhões. Em 2011, a Noble anunciou investimentos da ordem de US\$ 200 milhões em uma planta de esmagamento de soja em Rondonópolis (Mato Grosso), com capacidade de processar 4 mil toneladas/dia, produzindo, ao mesmo tempo, 300 milhões de litros de biodiesel ao ano. (Wesz, 2014)

A Noble, assim como as *tradings* ABCD, atua nos diferentes elos da cadeia produtiva (produção e venda de insumos, financiamento dos produtores, oferta de assistência técnica, compra da produção agrícola, industrialização, transporte e distribuição), buscando agregar

22 <http://www.valor.com.br/agro/3753244/cofco-conclui-aquisicao-de-fatia-majoritaria-da-nidera-e-da-noble-agri>

23 <http://www.ideaonline.com.br/clipping/cofco-gigante-agricola-chinesa-quer-agora-estender-tentaculos-nos-eua.html>

valor ao longo dos estágios da cadeia de suprimentos. Ao utilizar a estratégia de verticalização da produção, a *trading* asiática consegue exportar as mercadorias adquiridas na própria lavoura com mais autonomia. (Wesz, 2014)

Já a holandesa Nidera atua em diversos segmentos do sistema agroalimentar, desde a produção de sementes e de fertilizantes até a armazenagem, processamento, comercialização e transporte de *commodities* agrícolas (grãos, oleaginosas, óleos vegetais, farelos, etc.) e de bioenergia. No Brasil, passou a atuar em 1950, com foco no mercado de óleos e soja e, nos anos 80, expandiu seu plano de negócios e adquiriu as operações da Brasil Óleo Mamona (BOM), no estado da Bahia. Ao comprar as operações de milho e soja da Bayer, no País, em 2005, a *trading* holandesa adquiriu mais força, formando a Nidera Sementes, que detém o controle de 10% das sementes transgênicas de soja no Brasil²⁴. O aquecimento das exportações brasileiras de grãos levou a Nidera a investir na compra e comercialização de grãos e sementes oleaginosas, criando a Nidera Brasil Grain and Oil (BG&O). Em 2010, para completar a sua atuação ao longo da cadeia produtiva, a empresa criou uma nova unidade de negócios focada em Nutrientes e Proteção de Cultivos (Nidera NPC). (Wesz, 2014)

A estratégia da estatal chinesa de adquirir o controle majoritário das ações da Nidera e da Noble Agri permitiu que a Cofco construísse uma verticalização ainda maior na cadeia produtiva de grãos, tendo em vista as características da atuação de ambas as *tradings* não apenas no Brasil, como também nos demais países do Cone Sul. Dessa forma, a Cofco amplia as suas possibilidades de obter produtos agroalimentares diretamente dos principais países produtores em escala mundial e com custo menor, sem precisar negociar com empresas intermediárias. (Wesz, 2014)

“Essa verticalização é ainda mais forte do que aquela presente com ABCD, sobretudo porque a Nidera exerce um papel central na etapa a montante da produção agrícola. Além disso, Cofco passa a dispor de um portfólio diversificado de produtos, que inclui grãos, oleaginosas, açúcar, cacau, algodão, café e bioenergia.” (Wesz, 2014)

As aquisições da Noble e da Nidera pela Cofco colocaram a estatal chinesa entre as principais produtoras de grãos no Brasil, ao lado quatro líderes mundiais do agronegócio - ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, que passaram a dividir com a *trading* asiática o controle da produção no Brasil.

Conforme observado por Wilkinson, Wesz & Lopane (2015), as políticas chinesas de segurança alimentar e aquisição de matérias-primas estão em processo de revisão, dada a dependência do País do comércio internacional para compra de produtos agroalimentares. A aquisição de grãos para alimentação animal, através do comércio internacional, pode ser encarada como um primeiro passo nessa nova política de “*outsourcing*” de grãos.

Além do aumento das importações desses produtos, o governo chinês vem apostando em uma série de outras estratégias importantes como a compra de terras em outros países, realização de *joint-ventures*, investimentos diretos para a promoção de infraestrutura e melhoria da logística em países como o Brasil, assim como a aquisição de empresas globais e *traders* internacionais de *commodities* agroalimentares. Todas essas iniciativas revelam o posicionamento da China de ir além do comércio internacional para garantir o abastecimento interno de alguns produtos do agronegócio. A aquisição da Noble e da Nidera exemplificam claramente essa estratégia do governo chinês e, ao que tudo indica, este pode ser apenas o

24 <http://www.valor.com.br/empresas/2879232/dominio-argentino-na-venda-de-soja-transgenica-no-sul-do-brasil>

início dos planos para assegurar o controle da cadeia de valor global de *commodities*. (Wilkinson, Wesz & Lopane, 2015)

Tendo em vista a centralidade da produção de grãos e alimentos de origem animal nos Países do Cone Sul, eles assumem um papel estratégico nas políticas de segurança alimentar da China. No próximo capítulo, serão apontados os principais impactos e desafios para o Brasil, em função da emergência da China como principal importador de alimentos e da sua inserção na cadeia de valor global do agronegócio.

CAPÍTULO IV – IMPACTOS DO EFEITO CHINA PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

“É necessário que o Brasil realize uma grande reflexão sobre o que nosso país quer com a China daqui a 20 anos. Onde pretendemos chegar? Qual é o papel da China no mundo e como o Brasil pretende se posicionar? É importante que esta análise não seja feita somente pelo governo; outras esferas sociais também devem participar da discussão, como o setor privado e a academia. Além disto, deve haver uma discussão que ultrapasse os silos setoriais, que são muito importantes, porém, não suficientes para a formulação de uma estratégia. É preciso ter uma visão de conjunto da relação e uma instância de decisão que se utilize desta visão para ter capacidade de atuar de forma estratégica.”

(Embaixador Clodoaldo Huguency - entrevista concedida ao CEBC, maio de 2013.)

“O Brasil renunciou os princípios éticos dos direitos humanos e da democracia nas relações multilaterais; na verdade, renunciou a ser força de tensão por mudanças e resolveu priorizar interesses comerciais. Pior, renunciou a um projeto de industrializar o país ao modo do discurso desenvolvimentista cepalino e apostou tudo na reprimarização de sua economia. Até em termos capitalistas, oficialmente, aceitamos ser um país provedor de commodities em um capitalismo sempre faminto de recursos naturais. Triste sinal!”

(Cândido Grzybowski, Ibase, 2015)

4.1 Breve histórico das relações comerciais Brasil-China

O marco histórico do início do relacionamento entre o Brasil e a China foi o Acordo de Comércio e Navegação de 1881. Até o final da Segunda Guerra Mundial, as relações bilaterais foram mínimas, tendo sido totalmente interrompidas com a vitória do Partido Comunista e a fundação da República Popular da China, por Mao Tsé-Tung, em 1949. O Brasil só reestabeleceu suas relações diplomáticas com a China em 1974, momento no qual essa reaproximação era fundamental para a política externa brasileira, que buscava diversificar suas parcerias internacionais com o intuito de ampliar a atuação nos fóruns multilaterais, além de buscar uma inserção mais competitiva em decorrência do desenvolvimento econômico brasileiro. A cooperação econômica, por sua vez, já havia sido estabelecida em 1971, ano em que o Brasil respondeu a um pedido da China para compensar uma fraca colheita de açúcar em Cuba – fornecedor tradicional do país asiático naquela época. Desde então, o Brasil desenvolveu uma mudança gradativa em relação à China, na medida em que ela se transformava numa economia competitiva no cenário internacional.

Conforme observado pelo então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2008), a China abriu-se para o mundo e estabeleceu parcerias, inicialmente regionais, que foram se ampliando para outros países com destacada atuação no cenário internacional. Dentro do contexto do interesse global pela China e do interesse da América Latina em ter uma relação especial com países de forte presença internacional, a relação sino-brasileira ganhou relevância ao longo dos últimos anos, e o comércio bilateral passou a ter cada vez mais importância na relação Brasil-China.

No que tange às relações da China com a América Latina, David Shambaugh (2013), especialista em política chinesa, acredita que houve uma mudança estrutural no relacionamento entre ambos durante os anos 90. Antes disso, as relações eram pautadas em comércio mínimo, investimento recíproco, diplomacia e apoio a Estados de esquerda. Após os anos 90, a abordagem chinesa à região tornou-se bastante sistemática, estratégica e coordenada. Com o objetivo de reforçar os laços bilaterais, a China desenvolveu diversas parcerias estratégicas com os países latino-americanos, bem como buscou intensificar a diplomacia bilateral de alto nível.

Uma análise histórica elaborada pelo Conselho Empresarial Brasil-China (2015) divide os 40 anos da relação sino-brasileira em quatro fases, com destaque para os principais acontecimentos e mudanças que transformaram a relação entre ambos os países em termos quantitativos e qualitativos, provocando o aumento das trocas comerciais e a diversificação da pauta.

A primeira fase desse relacionamento contempla os anos de 1974 a 1993, quando foi declarado o status de Parceria Estratégica entre as duas nações. Ao longo desse período, tiveram início a realização de missões empresariais, assinaturas de acordos comerciais e protocolos de cooperação, além da inauguração das Embaixadas do Brasil, em Pequim, e da China, em Brasília, em 1975, e da visita do Presidente João Figueiredo à China, em 1984. (CEBC, 2015)

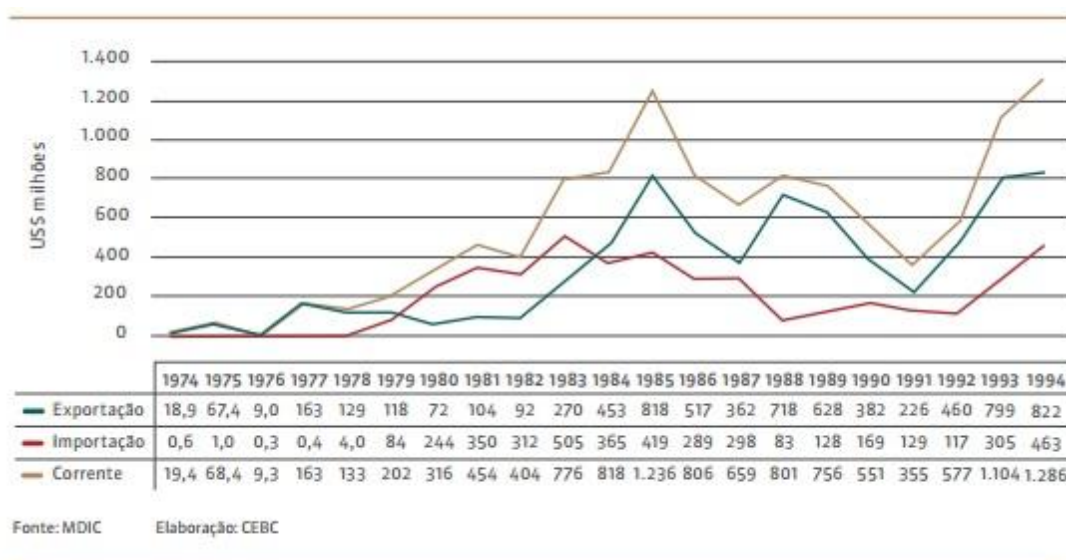
De acordo com dados do CEBC (2015), o algodão, o açúcar e o ferro-gusa foram os produtos presentes nas primeiras trocas comerciais entre os dois países, alcançando aproximadamente US\$ 71 milhões, em 1972. Em 1973, antes mesmo do estabelecimento das relações diplomáticas, foi realizado o primeiro embarque do minério de ferro do Brasil para a China, feito pela então Vale do Rio Doce, tornando o Brasil o primeiro exportador deste produto para o país asiático.

Durante a visita do Presidente chinês, Jiang Zemin, ao Brasil, em 1993, foi declarada a Parceria Estratégica entre os dois países. A declaração assinalou não apenas a existência das relações diplomáticas e a expansão das relações comerciais, mas o caráter estratégico e as iniciativas de cooperação conjunta, inclusive na área tecnológica, com o lançamento do programa para a Pesquisa e Produção de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS).

A convergência das relações nos níveis da diplomacia, do comércio e do investimento foi estimulada pelo papel central das principais empresas estatais, bem como de empresas do setor privado envolvidas em programas de investimento público. As iniciativas conjuntas nas áreas de infraestrutura, transporte e hidroelétricas eram permanentes nos acordos de cooperação.

Por sua vez, a cooperação econômica avançou de forma considerável nessa primeira fase da relação bilateral, e as trocas comerciais cresceram de US\$ 19 milhões, em 1974, para US\$ 1,3 bilhão, em 1994. (CEBC, 2015)

Gráfico 17 - Intercâmbio comercial Brasil-China – 1974-1994

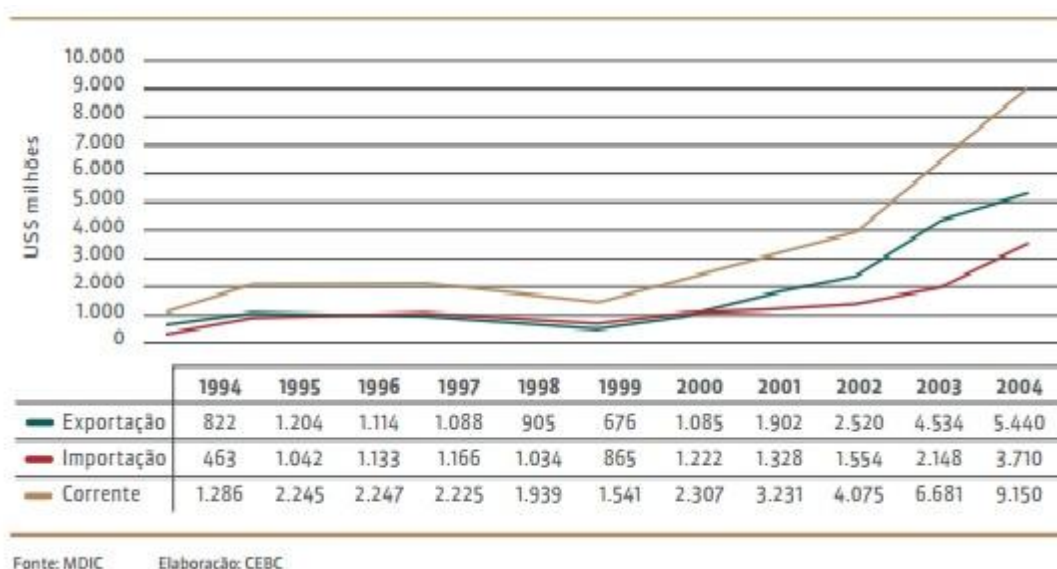


A segunda fase dessa relação, compreendida entre 1994 e 2004, foi marcada pelo aumento das visitas presidenciais, a participação de empresas brasileiras nos projetos de modernização da infraestrutura chinesa e a ampliação das oportunidades de exportação no setor agrícola.

“Apesar desses avanços, a partir de 1997, ambos os países enfrentaram um período de dificuldades econômicas relacionadas, sobretudo, a instabilidades financeiras e choques externos, que prejudicaram o avanço da parceria estratégica. A economia chinesa foi afetada pela crise financeira asiática de 1997, ano em que as exportações do país se reduziram sensivelmente por conta da desvalorização cambial na maior parte dos seus vizinhos. Crise financeira análoga atingiu diretamente o Brasil no final de 1998, conduzindo à flutuação cambial do Real, em janeiro de 1999, e levando à redução da demanda das importações chinesas. Após se manter no patamar de US\$ 2,2 bilhões nos anos de 1995-1997, o intercâmbio comercial entre Brasil e China se reduziu acentuadamente em 1998 e 1999, chegando no último ano ao seu patamar mais baixo de 1994: 1,54 bilhão.” (CEBC, 2015)

Tais impasses marcaram o final do segundo momento do relacionamento Brasil-China. Contudo, em 1997, foi realizado o lançamento do CBERS-1 – primeiro satélite sino-brasileiro, e as trocas comerciais atingiram US\$ 9 bilhões, em 2004. (CEBC, 2015)

Gráfico 18 - Intercâmbio comercial Brasil-China – 1994-2004



As exportações brasileiras para a China apresentaram uma forte tendência de crescimento desde os anos 2000. O *superavit* comercial dos primeiros anos da década passada era visto de forma muito positiva tanto pelo governo como pelo setor privado, já que até o ano de 2003, a velocidade de crescimento das exportações do Brasil para a China era maior do que a das importações do país asiático.

“Desde o início dos anos 2000, os dois países passaram por fases distintas, tendo em vista o direcionamento de seus modelos de crescimento econômico. O Brasil pautava suas diretrizes na estabilidade macroeconômica e nos ganhos sociais, estimulando o consumo doméstico, especialmente no período pós-crise. A China, sobretudo após sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, experimentou o fortalecimento de suas reformas econômicas, com a expansão da dimensão de mercado em sua economia, proporcionando altas taxas de crescimento, por vezes superiores a 10% ao ano. Foi durante esses anos que a China investiu de forma significativa em infraestrutura e no processo de urbanização, tendo obtido também constante superavit comercial com o mundo e o aumento de suas reservas.”
(CEBC, 2015)

O ano de 2004 marcou o início da terceira fase do relacionamento sino-brasileiro, com a viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à China, e a viagem do Presidente Hu Jintao, ao Brasil. Além disso, o estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação (COSBAN) estabeleceu a necessidade de um arcabouço institucional para acompanhar e implementar a agenda bilateral, incluindo os Planos de

Ação Conjunta e os Planos de Cooperação Brasil-China, nos quais ambos os governos definem objetivos, metas e estratégias.

Principalmente a partir de 2004, verificou-se um considerável aumento das exportações do agronegócio brasileiro para a China, em função do modelo de crescimento vigente no país asiático. Conforme demonstrado no segundo capítulo deste trabalho, no momento de transição da vida rural para a urbana, ocorreu uma mudança nos hábitos alimentares chineses, aumentando consideravelmente o consumo de alimentos, sobretudo no que concerne à proteína de origem animal, alavancando as exportações de soja do Brasil para a China.

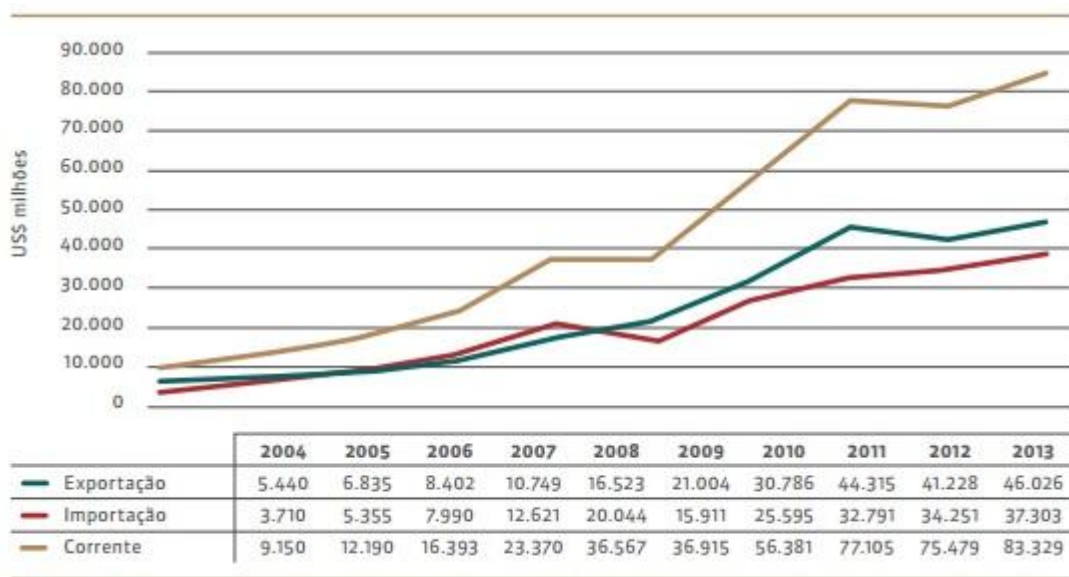
“A grande demanda chinesa de alimentos e da indústria intensiva em recursos naturais proporcionou um salto considerável nas exportações brasileiras de commodities, sobretudo de minério de ferro, soja, carnes, petróleo e celulose, enfatizando a complementaridade entre as duas economias. Os bons resultados neste intercâmbio transformaram a China, em 2009, no maior parceiro comercial do Brasil, posição que mantém até o momento. Neste período, o saldo do comércio bilateral foi majoritariamente superavitário ao Brasil, chegando a atingir o pico de US\$ 11,5 bilhões em 2011, sendo desfavorável apenas em 2007 e 2008, anos próximos à crise econômica internacional.” (CEBC, 2015)

Gráfico 19 - Saldo comercial do Brasil com a China – 2004 – 2013



Em termos comparativos, em 2004, o fluxo de comércio Brasil-China girava em torno de US\$ 9 bilhões, colocando o país asiático no terceiro lugar da balança comercial brasileira. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a China manteve, em 2013, a posição de principal parceiro comercial do Brasil, alcançada em 2009, e o comércio entre os dois países movimentou um total de US\$ 83,3 bilhões.

Gráfico 20 - Intercâmbio comercial Brasil-China – 2004 - 2013



Fonte: MDIC Elaboração: CEBEC

No mesmo período, deve-se dar destaque, também, à presença de investimentos brasileiros na China, ainda que de forma relativamente pequena se comparada ao estabelecimento de empresas chinesas no Brasil. A Vale, a Petrobrás e a Embraco foram as pioneiras na China. No setor do agronegócio, é importante ressaltar a entrada da BRF, da Marfrig e da Suzano no país asiático.

Com a entrada da China na OMC, o governo chinês passou a incentivar a estratégia “*going global*” para a economia, tendo sido, inclusive, incorporada pelo 11º Plano Quinquenal. Naturalmente, os investimentos chineses no mundo se voltaram para a busca de ativos que pudessem atender às demandas da sua economia, razão pela qual o país começou a atuar como grande investidor estrangeiro.

Para Antônio Barros de Castro (2011),

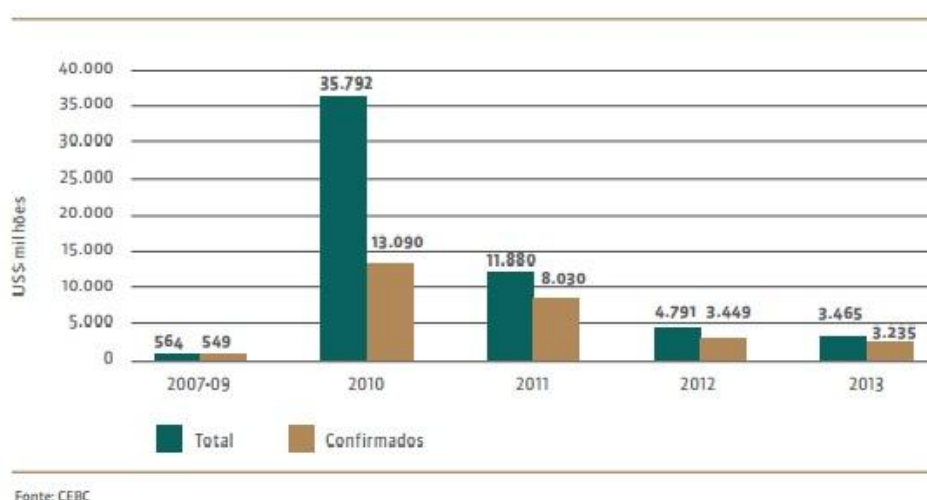
“como não dispõe internamente da diversidade e do volume necessário de recursos naturais para manter suas taxas de crescimento, a China vem consolidando, há alguns anos, uma base internacional de fornecimento de matérias-primas, a partir da Austrália, Indonésia e países da África. A nova fase do relacionamento bilateral se caracteriza justamente pela inclusão do Brasil nesta base internacional de fornecimento de recursos naturais para a China”.

Assim, além do expressivo aumento do comércio bilateral sino-brasileiro, verificou-se também a elevação dos investimentos chineses no Brasil, refletindo a estratégia do governo da China de incentivar o processo de internacionalização das suas empresas, principalmente a partir de 2007. Entre 2007 e 2013, foi contabilizado um valor de R\$ 56,5 bilhões em investimentos anunciados no Brasil.

“Os investimentos, em geral, tímidos entre 2007 e 2009 e com maior ênfase em recursos naturais em 2010, ganharam grande dinamismo nos anos seguintes. Entre 2011 e 2013, as empresas chinesas exploraram novas oportunidades na área industrial, em especial nos setores de máquinas e equipamentos, aparelhos eletrônicos, e automotivos, apresentando, ainda, fluxos recentes no setor de serviços, em especial na área financeira.” (CEBC, 2015)

Tanto a inclusão do Brasil na base internacional de fornecimento de recursos naturais para a China como a entrada das empresas chinesas no mercado consumidor e no tecido industrial brasileiro marcaram essa terceira fase da relação bilateral, não apenas voltada para o comércio mas também para investimentos estratégicos.

Gráfico 21 - Investimentos chineses anunciados no Brasil – 2007-2013



Conforme observado pela economista Fabiana D'Atri (CEBC, 2015), os investimentos chineses no Brasil têm passado por diferentes fases.

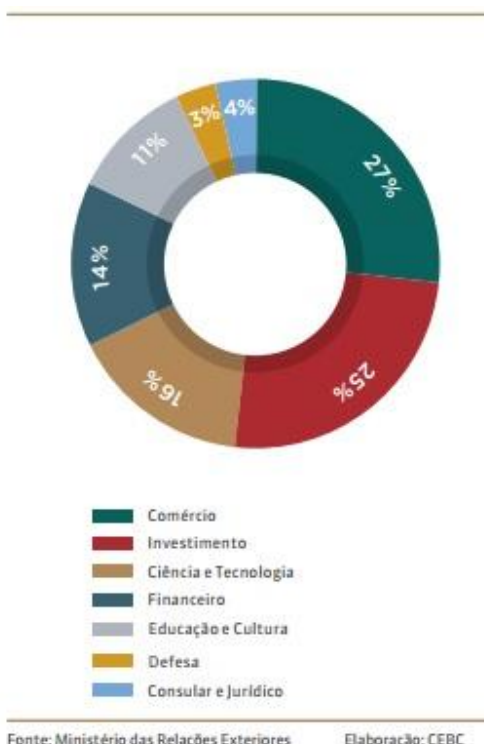
“Primeiramente, entre 2009 e 2011, a busca pelo fornecimento de matérias-primas levou à aquisição de ativos relacionados aos recursos de mineração e petróleo – que se estendem até hoje, haja vista a entrada de duas estatais chinesas para exploração do Campo de Libra, em leilão ocorrido em 2013. Em seguida, a partir de 2012, as indústrias começaram a chegar de forma mais emblemática, buscando explorar o mercado consumidor, principalmente aquele ligado à tecnologia e telefonia, a bens de capital e ao setor automotivo. Mais recentemente, notam-se movimentos mais estratégicos em segmentos de infraestrutura – como transmissão e geração de energia – e serviços, como bancos, especialmente para dar

suporte às operações das empresas chinesas no país. Somado a isso, em aquisições e fusões de operações globais, as empresas chinesas ganham cada vez mais espaço entre as corporações que estão no Brasil – movimento que deve prevalecer daqui para frente.”

Wilkinson & Wesz (2013) destacam que, entre a década de 70 e o ano 2010, houve uma inversão nas relações comerciais e de investimento entre os dois países. O Brasil assumiu o papel de fornecedor de matéria-prima para a China, alimentando o explosivo crescimento da industrialização chinesa e, desde 2009, a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, tanto para as importações (16%) quanto para as exportações (18,7%). O Brasil, por sua vez, responde por apenas 3% das importações e 1,5% das exportações da China. Nos anos 70, ambos os países tinham economias de tamanhos semelhantes, mas o Brasil contava com uma base industrial mais avançada. Quarenta anos depois, o PIB chinês superou em seis vezes o PIB brasileiro, sendo responsável por 11,7% do comércio mundial total, enquanto o Brasil foi responsável por apenas 1,3%. (CEBC, 2012).

A visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil em julho de 2014, marcou o início da quarta fase da relação sino-brasileira. Durante o encontro presidencial, foram assinados 56 acordos entre órgãos públicos e privados, tanto na área de comércio como na de investimentos.

Gráfico 22 - Divisão setorial dos acordos assinados no contexto da visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil



De acordo com o Gráfico 22, é possível verificar uma diversificação dos acordos por setor. Para o Embaixador Sergio Amaral, Presidente Emérito do CEBC, essa nova fase das relações bilaterais marca a consolidação e diversificação das relações sino-brasileiras. Segundo o Embaixador, *“não são mais apenas as empresas estatais chinesas que vêm ao Brasil em busca de garantia de fornecimento de matérias-primas de que a economia chinesa necessita. São, cada vez mais, empresas privadas que diversificam as áreas de atuação, para tirar proveito de um mercado interno mais vigoroso.”* (CEBC, 2015)

Durante a visita, a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping assinaram um importante protocolo para a liberação da venda de carne bovina para o mercado chinês, embargada, desde 2012, devido a uma suspeita não confirmada de registro do mal da vaca louca, ocorrido no Estado do Paraná. No entanto, o cancelamento de um embargo sanitário não depende apenas de acordos diplomáticos entre as autoridades, mas envolve aspectos bastante burocráticos e demorados, como a troca de documentação e formalização de um novo certificado que possibilite a volta efetiva das vendas externas.

De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA), em 2012, o Brasil exportava cerca de US\$ 37,7 milhões de carne bovina para a China, contra US\$ 2,5 milhões em 2009, ano em que o mercado chinês se abriu para a carne bovina brasileira. Para o então Ministro da Agricultura, Neri Geller, a estimativa, para 2015, era alcançar entre US\$ 800 milhões e US\$ 1,2 bilhão com as exportações do produto para o país asiático após o fim do embargo. Além disso, com a reabertura do mercado chinês, a expectativa é de que as vendas de carne bovina para Hong Kong recuem, tendo em vista que a maior parte desse volume é direcionado atualmente para a China. No primeiro semestre de 2014, Hong Kong foi o principal destino das exportações de carne bovina do Brasil, com um volume de 192,256 mil toneladas, gerando uma receita de US\$ 794,524 milhões. (Valor, 2014)

O Brasil possui, atualmente, oito frigoríficos ativos e habilitados a exportar para a China: cinco no Estado de São Paulo, um em Mato Grosso, um no Rio Grande do Sul e um em Goiás, além de outras nove unidades que se encontram em processo de habilitação pelo Ministério da Agricultura. Segundo Geller (Valor, 2014), os US\$ 1,2 bilhão em carne bovina que o país pode exportar diretamente à China em 2015 equivalem a quase 20% das exportações brasileiras, que somaram US\$ 6,6 bilhões no ano passado. Para ele, o crescimento da demanda chinesa por carne bovina, nos últimos anos, além da capacidade do Brasil de provar tecnicamente a segurança sanitária de sua carne, foram os principais motivos para que a China decidisse pôr fim ao embargo.

Em maio de 2015, o Primeiro Ministro chinês, Li Keqiang, realizou uma visita oficial ao Brasil, acompanhado por uma delegação de vários ministros e mais de 200 empresários. A pauta da visita, focada no estreitamento das relações comerciais com o Brasil, demonstra a política de continuidade dos mais de 50 acordos firmados durante a visita do Presidente Xi Jinping em 2014.

Foram assinados 35 acordos, que somam mais de 50 bilhões de dólares, com ênfase na área de infraestrutura e destaque para o projeto de construção de uma ferrovia que pretende ligar o Atlântico ao Pacífico. Cabe destacar, também, a assinatura do Protocolo de Requisito de Saúde e Quarentena, que criou um marco jurídico para a retomada das exportações para a China, estabelecendo uma nova forma de relacionamento entre as autoridades sanitárias brasileiras e chinesas.

A possível participação do capital chinês na rede de ferrovias, interligadas à Transoceânica, para o escoamento dos grãos produzidos no Centro-Oeste contribuirá para que as empresas chinesas fiquem em uma posição privilegiada em relação ao chamado complexo soja, tendo em vista que poderão atuar na originação do grão, no armazenamento e na logística de transporte, incluindo terminal e porto, exportação e comercialização no mercado chinês.

Em artigo do Embaixador Sergio Amaral, publicado pelo Estado de São Paulo, em maio de 2015, *“a ofensiva chinesa no campo dos investimentos externos, estimados em US\$ 1,25 trilhão para a próxima década, em várias regiões do mundo, vai aos poucos configurando uma verdadeira geopolítica da infraestrutura.”* Para Amaral, a questão não é apenas a articulação para o investimento em rodovias, ferrovias e portos para a atração de novos investimentos e da abertura de mercado para exportações chinesas. Trata-se, também, de influência política.

“Na Ásia o mapa de investimentos impressiona. A Nova Rota da Seda cruzará a Ásia Central e prosseguirá em direção à Europa, criando um cinturão econômico em seu entorno. Ao sul, a Rota Marítima da Seda ligará o Oceano da China do Sul ao Oceano Índico. No sentido norte-sul, uma rodovia e um trem de alta velocidade conectarão a região de Yunnan com a Tailândia, enquanto o Corredor Econômico ligará, por rodovia, Bangladesh, China, Índia e Mianmar.” (Amaral, 2015)

O artigo mostra que os Estados Unidos, preocupados com a expansão econômica e a crescente influência política da China no espaço asiático, vêm intensificando a realização de alianças militares e políticas com países da região, além do lançamento da Parceria Comercial Transpacífica, na qual a China não foi inserida. Nesse sentido, as iniciativas do governo chinês em investir em infraestrutura no Brasil e em outros países da América do Sul, vão além do interesse em garantir o escoamento de *commodities* para a China, mas passam também pela disposição em estabelecer uma zona de influência no Pacífico, em contraponto à política norte-americana na Ásia.

“O vigor da relação Brasil-China não se restringe à economia. Está também na política, sobretudo no momento em que a China dá passos firmes para consolidar sua presença e sua influência em escala mundial. Primeiro, pela busca de maior participação nas instâncias de decisão da governança internacional, especialmente nos organismos financeiros. A revisão na ponderação de votos nas instituições de Bretton Woods, no entanto, depois de anos de negociação, não foi ainda ratificada pelo Congresso norte-americano, o que levou o governo de Pequim a estimular a criação de instituições espelho, como o Banco de Desenvolvimento dos Brics e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Sem falar na conclusão de dezenas de acordos para a troca de moedas,

para facilitar o comércio em moedas locais e preparar o caminho para a internacionalização do yuan.” (Amaral, 2015)

Além dos objetivos comerciais e econômicos, fica cada vez mais claro que a China também possui interesses diplomáticos e políticos em seu relacionamento com o Brasil e a América Latina como um todo. Garantir o acesso a recursos naturais, abrir novos mercados para exportação de seus produtos e garantir a continuidade do crescimento econômico, contribui ainda para a legitimidade do Partido Comunista. No que tange ao seu posicionamento no contexto global, deve ser ressaltado o empenho da China em exercer o seu *soft power* na América Latina, estabelecendo uma nova dinâmica de influência nas relações internacionais.

Diante desse cenário, e por ser a segunda maior economia no mundo e o principal parceiro comercial do Brasil, tanto o setor privado quanto o setor governamental brasileiros devem acompanhar e se preparar para as transformações em curso na China, que tendem a alterar o modelo de crescimento chinês. Ainda que com uma redução na sua taxa de crescimento, a China possui um papel central na economia mundial e no aumento do comércio global.

O direcionamento para a ampliação do consumo doméstico como o principal motor do crescimento chinês poderá abrir oportunidades para exportações e investimentos brasileiros. Somando-se a isso, a urbanização acelerada e a escassez dos recursos naturais, o comércio e o fluxo de investimentos no setor de alimentos serão impactados, como já demonstrado no segundo capítulo.

Em relação ao comércio relativo ao agronegócio devem-se intensificar as exportações brasileiras para a China. Enquanto, em 2008, o valor das exportações nesta área equivalia a pouco mais de US\$ 7 bilhões, em 2012, atingiram US\$ 18 bilhões – um crescimento de 157% em cinco anos.

A complementaridade no agronegócio é justificada, pelo lado brasileiro, pela grande capacidade de recursos naturais, como solo, clima e água em abundância, somada ao esforço de desenvolvimento tecnológico no setor, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em parceria com empresas privadas brasileiras e multinacionais. As condições de produção no Brasil entram em contraste com as limitações presentes na China, especialmente no que diz respeito à pouca quantidade de solo agricultável e à escassez de água.

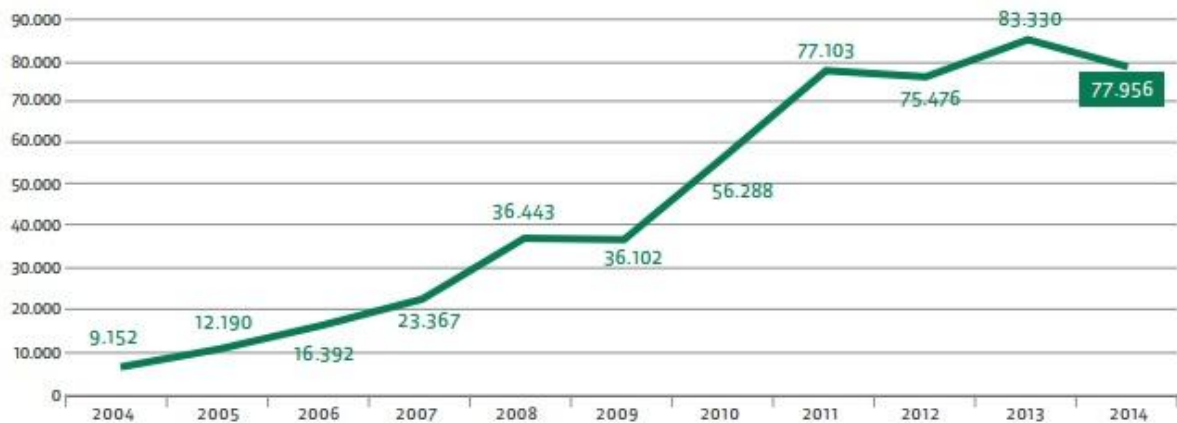
No entanto, a política de segurança alimentar do governo chinês em relação ao Brasil não caminha apenas na direção do aumento da exportação de produtos alimentares. A China, para manter as taxas de crescimento de sua economia, necessita de uma série de *commodities*, que obtém via comércio. Contudo, com o intuito de assegurar o fornecimento de recursos naturais, as empresas chinesas vêm optando por investir em mercados no exterior, entre eles, o Brasil, de modo a garantir o abastecimento de alimentos para o mercado doméstico chinês.

As seções subsequentes deste capítulo abordarão os fluxos de comércio e o impacto das transformações da China para o agronegócio brasileiro, assim como o fluxo de investimentos chineses no Brasil, nas áreas agrícola e de infraestrutura.

4.2 Comércio e investimentos chineses no Brasil

A China ocupa, desde 2009, a posição de principal parceiro comercial do Brasil. De acordo com dados divulgados pelo MDIC, no ano de 2014, a corrente de comércio Brasil-China totalizou US\$ 77,9 bilhões – número que reflete uma queda de 6% em relação ao ano anterior. Cabe destacar que no ano de 2013, a corrente comercial registrou um novo recorde de US\$ 83,3 bilhões, superando em 8% o pico registrado em 2011, de US\$ 77,1 bilhões.

Gráfico 23 - Corrente de comércio Brasil-China entre 2004 e 2014 (US\$ milhões)

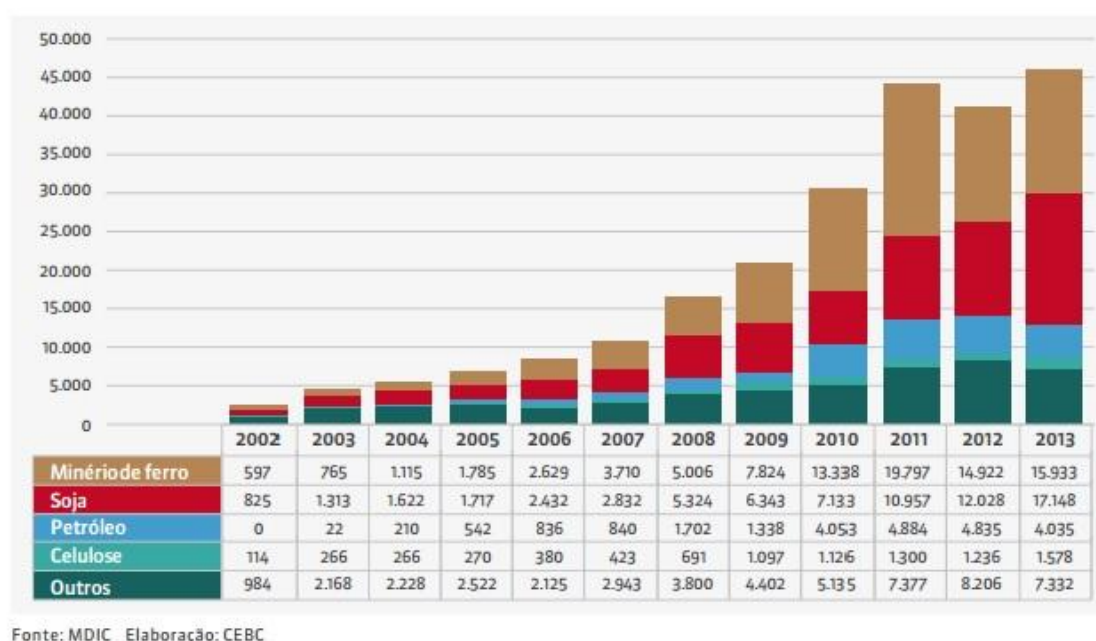


Fonte: MDIC Elaboração: CEBC

Os dados do MDIC demonstram que as exportações somaram US\$ 40,6 bilhões, representando um declínio de 12% em comparação com o ano de 2013, enquanto as importações provenientes do país asiático totalizaram US\$ 37,3 bilhões, refletindo um pequeno aumento de 0,1%. Assim, o saldo da balança comercial entre os dois países fechou o ano de 2014 com US\$ 3,2 bilhões favoráveis ao Brasil. (CEBC, 2015)

A pauta de exportação brasileira para a China se concentra em quatro produtos principais: minério de ferro, soja, petróleo e celulose. No entanto, há alguns itens que mostraram rápido crescimento, como açúcar e carnes, ainda que com uma participação menor. Por sua vez, as importações brasileiras oriundas da China em 2014 mantiveram-se concentradas nos setores de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, que, somados, corresponderam a 48,4% do montante de tais operações.

Gráfico 24 – Pauta de exportação do Brasil para a China (US\$ milhões)



A redução no valor das exportações brasileiras para a China em 2014 teve como causa principal a tendência de queda dos preços internacionais das principais *commodities* exportadas pelo País. Dessa forma, pode-se perceber que a soja e o minério de ferro, produtos responsáveis por 71,2% do total da pauta, apresentaram um crescimento quantitativo de 1% e 5%, respectivamente.

Tabela 8 – Pauta de exportação – 2014 em comparação com 2013

EXPORTAÇÕES PRODUTOS OU FAMÍLIAS DE PRODUTOS	2013		2014		Var. (%) - US\$	Var. (%) Ton (mil)	Participação na pauta em 2014 (US\$)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)			
Soja, mesmo triturada	17.148	32.252	16.615	32.664	-3,1%	1%	40,9%
Minérios de ferro e seus concentrados	15.933	170.709	12.303	179.877	-22,8%	5%	30,3%
Óleos brutos de petróleo	4.035	5.976	3.473	5.576	-13,9%	-7%	8,6%
Celulose	1.347	2.681	1.424	3.061	5,7%	14%	3,5%
Açúcares	1.432	3.496	880	2.282	-38,6%	-35%	2,2%
Couros e peles, não preparados	429	187	554	188	29,1%	1%	1,4%
Carne de aves	441	190	519	228	17,7%	20%	1,3%
Ferro-ligas	497	57	504	42	1,4%	-26%	1,2%
Óleo de soja	517	529	340	396	-34,3%	-25%	0,8%
Tabaco não manufaturado	454	56	334	44	-26,5%	-22%	0,8%
Algodão, não cardado nem penteado	189	96,6	333	180,6	75,8%	87%	0,8%
Pasta química de madeira, para dissolução	230	273	282	310	22,8%	14%	0,7%
Couros preparados	210	14	271	15	29,3%	14%	0,7%
Cobre afinado e ligas de cobre, em formas brutas	587	80	256	36	-56,5%	-54%	0,6%
Outros	2.577	-	2.529	-	-1,9%	-	6,2%

Fonte: MDIC. Elaboração: CEBEC

Wilkinson, Wesz & Lopane (2015) destacam o papel central da soja na pauta da exportação brasileira para a China por diversas razões. Em primeiro lugar, é necessário considerar as dimensões espaciais da cultura da soja, que no Brasil ocupa cerca de 28 milhões de hectares - três vezes a da cana-de-açúcar, nove vezes a do café, e quatro vezes

maior do que as florestas plantadas. Cerca de 60% dessa produção está localizada em fronteiras agrícolas que, juntamente com o gado, tem sido a principal base de desenvolvimento regional no Centro-Oeste do Brasil, e sendo cada vez mais empurrada para o Norte (Wesz, 2014). Assim, essa expansão regional vem sendo alimentada pela demanda chinesa, que tem assegurado um longo período de alto preço das *commodities*.

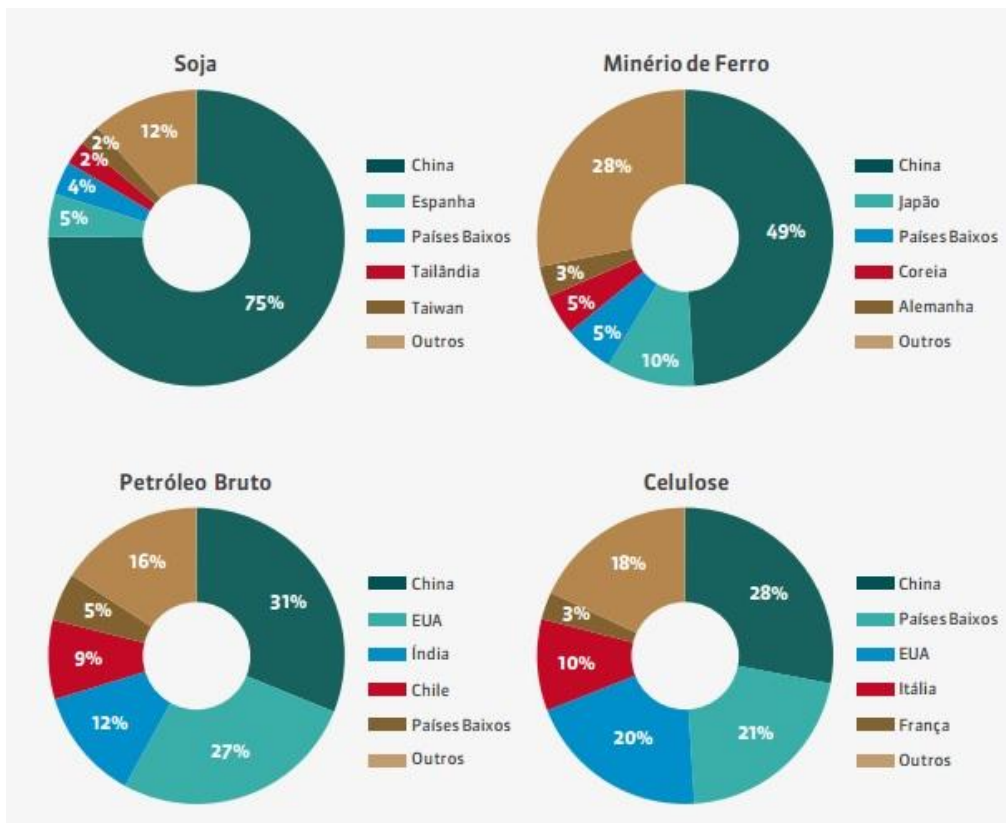
As interações entre a soja, o gado e a extração da madeira, além da pressão para a criação de novas rotas de exportação, têm exercido uma grande pressão sobre o ecossistema da Amazônia. A necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura, incluindo a pavimentação de rodovias, aumento da malha ferroviária e construção de terminais portuários e fluviais, também vem atraindo a participação do capital chinês, conforme mencionado anteriormente. (Wilkinson, Wesz & Lopane, 2015)

Outro aspecto importante, resultante dos efeitos indiretos da demanda chinesa pela soja, é o fortalecimento do poder político do setor do agronegócio no Brasil, impulsionado por apoio do Governo Federal com a intenção de promover os biocombustíveis, aumentando, assim, o peso das exportações do agronegócio brasileiro no superavit comercial global. Tal força política ficou evidente na renegociação do Código Florestal, ratificando o status quo do desmatamento e diminuindo a porcentagem da reserva natural que deveria ser preservada na região amazônica. (Wilkinson, Wesz & Lopane, 2015)

Conforme observado por Wilkinson, Wesz & Lopane (2015), o caso específico da soja não esgota a dinâmica do comércio do agronegócio e dos investimentos entre o Brasil e a China. A crescente demanda chinesa por esses produtos, decorrente do processo de urbanização da China que alavancou as exportações brasileiras de grãos, vem trazendo abalos sociais e ambientais importantes para o Brasil, os quais não são o foco deste trabalho, mas que não poderiam deixar de ser mencionados ao longo do texto.

Faz-se importante observar que a China absorve, hoje, 18,7% das vendas e 16% das compras efetuadas pelo Brasil. Por outro lado, o Brasil responde por cerca de 1,5% e 3,0% das exportações e importações da China, respectivamente. (D'Atri, 2015) O gráfico abaixo demonstra que cerca de 75% da soja exportada pelo Brasil tem a China como o principal destino.

Gráfico 25 – Participação da China nas exportações do Brasil para o mundo em 2013 – produtos selecionados



Fonte: MDIC Elaboração: CEBC

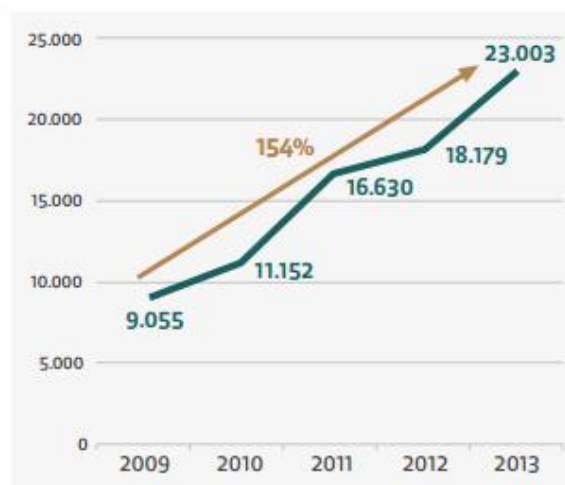
Entretanto, quando se olha especificamente para a necessidade de importação de *commodities* agroalimentares, nota-se uma dependência da China em relação ao Brasil, reforçando o seu caráter de principal fornecedor de alimentos para o país asiático. Nesse caso, é de fundamental importância apontar que, não obstante a diminuição do ritmo de crescimento chinês, a mudança do modelo de desenvolvimento econômico da China, com foco em consumo doméstico, pode elevar ainda mais o índice das exportações brasileiras, em especial no que concerne aos produtos do agronegócio.

“O aumento das exportações brasileiras para a China está bastante relacionado à intensificação do processo de urbanização, um dos principais aspectos de reforma do Governo Chinês, que deverá implicar na incorporação de mais de 260 milhões de trabalhadores migrantes à vida urbana. Como resultado deste processo, espera-se a elevação do consumo de produtos alimentícios, já que o trabalhador urbano possui renda para adquirir itens de maior valor agregado e menos oportunidades que o trabalhador rural de prover sua subsistência. Isto significa que as exportações brasileiras para a China na área do agronegócio deverão

continuar em significativa expansão nos próximos anos.”
(CEBC, 2015)

O gráfico abaixo mostra que, em 2009, o valor das exportações nesta área equivalia a pouco mais de US\$ 9 bilhões. Já em 2013, houve um crescimento de 154%, e as exportações no setor do agronegócio atingiram um patamar de US\$ 23 bilhões, com destaque para o crescimento das exportações de soja – 43%, e de açúcar - 32%, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 26 – Exportações do agronegócio brasileiro para a China entre 2009 e 2013
(US\$ milhões)



Fonte: MDIC Elaboração: CEBC

No Brasil, a abundante disponibilidade de recursos como solo e água, as características favoráveis do clima, e os esforços de desenvolvimento tecnológico no agronegócio, realizado por meio de parcerias entre a Embrapa e empresas privadas brasileiras e multinacionais, contribuíram para o impulso nos ganhos de produtividade do setor agrícola. (CEBC, 2015) Ao olharmos para a China, a disponibilidade de recursos como terra e água e as características climáticas do país, somadas ao controle da massa populacional, acentuam as condições de complementaridade da relação sino-brasileira, gerando interesse mútuo no setor do agronegócio. (Banco Mundial, 2014)

Gráfico 27 – Dotação de terras para agricultura, florestas e recursos de água doce

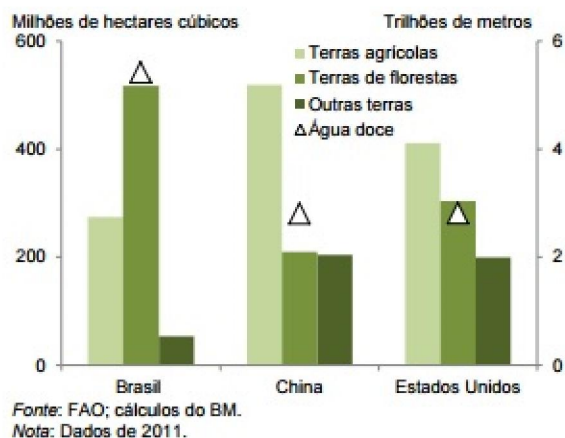
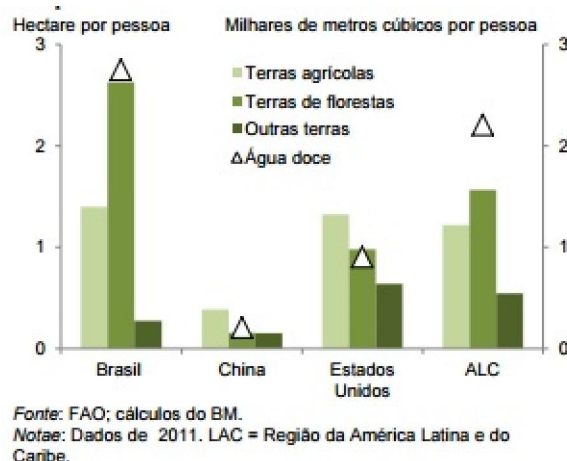


Gráfico 28 - Dotação de terras para agricultura, florestas e recursos de água doce per capita



Em relação à pauta de importação brasileira proveniente da China, observa-se uma concentração nos setores de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, que, somados, corresponderam a 48,4% do montante das operações, conforme a tabela abaixo. As compras de máquinas e aparelhos elétricos apresentaram um acréscimo de 0,3% em paralelo à queda de 12,1%, em dólares, no setor de máquinas e aparelhos mecânicos.

Já o setor de veículos – automóveis, tratores, ciclos e suas partes, também apresentou um declínio, em dólares, de 3,1%. O aumento de 7% observado no valor das importações de partes e acessórios para tratores e veículos pode ser consequência da instalação e inauguração de unidades fabris de montadoras chinesas no Brasil. Por outro lado, outros itens da pauta apresentaram aumentos consideráveis, como no caso das importações de ferro fundido, ferro e aço, que tiveram crescimento, em valor, de 41,9%, e adubos e fertilizantes, com aumento de 33%. (CEBC, 2015)

Tabela 9 – Pauta de importação – 2014 em comparação com 2013

IMPORTAÇÕES PRODUTOS OU FAMÍLIAS DE PRODUTOS	2013		2014		Var. (%) - US\$	Var. (%) Qte (10 mil)	Participação na pauta em 2014 (US\$)
	US\$ (milhões)	Qte (10 mil)	US\$ (milhões)	Qte (10 mil)			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes	10.869	49.612	10.897	49.640	0,3%	0,1%	29,2%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	2.519	10.570	3.029	11.237	20,2%	6,3%	8,1%
Aparelhos e partes para rádio e televisão	1.907	2.100	1.512	1.793	-20,7%	-14,6%	4,1%
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	1.024	93.225	982	100.674	-4,1%	8,0%	2,6%
Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	537	195.263	548	225.252	1,9%	15,4%	1,5%
Aquecedores elétricos de água	449	6.479	492	6.235	9,7%	-3,8%	1,3%
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	8.132	876	7.151	869	-12,1%	-0,8%	19,2%
Partes e acessórios para máquinas e equipamentos mecânicos	1.547	6.782	1.317	4.696	-14,9%	-30,8%	3,5%
Máquinas automáticas para processamento de dados	835	6.822	673	5.551	-19,3%	-18,6%	1,8%
Máquinas e aparelhos de ar condicionado	477	53	542	54	13,8%	1,1%	1,5%
Bombas e compressores de ar ou de vácuo	466	4.119	495	3.762	6,2%	-8,7%	1,3%
Máquinas e aparelhos para impressão	550	122	492	96	-10,6%	-21,2%	1,3%
Produtos químicos orgânicos	2.184	-	2.230	-	2,1%	-	6%
Ferro fundido, ferro e aço	978	-	1.388	-	41,9%	-	3,7%
Plásticos e suas obras	1.006	-	1.070	-	6,4%	-	2,9%
Veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes	1.034	79,7	1.002	79,5	-3,1%	-0,2%	2,7%
Partes e acessórios para tratores e veículos automóveis especiais	421	7.604	450	7.586	7%	-0,2%	1,2%
Partes e acessórios para motocicletas e outros ciclos	236	273	252	245	6,8%	-10%	0,7%
Automóveis de passageiros	115	2,38	74	1,5	-35,7%	-36,9%	0,2%
Veículos automóveis para usos especiais	90	0,036	58	0,016	-35,1%	-55,2%	0,2%
Motocicletas (incluindo os ciclomotores)	52	18	51	17	-2,4%	-2,0%	0,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.017	1,04	978	1,24	-3,8%	19,4%	2,6%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	884	232	935	269	5,8%	16,3%	2,5%
Filamentos sintéticos ou artificiais	745	-	809	-	8,7%	-	2,2%
Instrumentos e aparelhos de óptica; aparelhos médico-cirúrgicos	789	976	780	1.209	-1,2%	23,9%	2,1%
Adubos ou fertilizantes	512	-	681	-	33%	-	1,8%

Fonte: MDIC Elaboração: CEBC

Diante das informações e dados apresentados, pode-se afirmar que o comércio sino-brasileiro está consolidado e foi construído com base em relações de complementaridade entre os dois países. Além das dotações complementares de recursos naturais, os fluxos de comércio entre o Brasil e a China demonstram que existe uma situação de aproveitamento das vantagens comparativas de um país pelo outro.

O relatório do Banco Mundial (2014) ressalta o fato de ambas as economias estarem em diferentes estágios de desenvolvimento, com estruturas de produção que também reforçam o alto grau de complementaridade. No Brasil, o crescimento do setor de serviços, a partir da década de 80, foi acompanhado por uma importante desindustrialização, e o resultado dessas mudanças, para os dias atuais, é que a economia brasileira é muito mais voltada para o setor de serviços do que a China, onde a indústria começou a desempenhar papel fundamental nas últimas décadas. Assim, pode-se perceber o potencial para trocas vantajosas nos setores de indústria e de serviços para ambos os países. A pauta de importação brasileira demonstra que as trocas no setor industrial já vêm ocorrendo. No entanto, a troca do setor de serviços para a China ainda está sendo esperada.

A outra complementaridade apresentada pelo relatório do Banco Mundial refere-se ao padrão da demanda. As exportações para a China tornaram-se cada vez mais

concentradas em produtos de extrativismo e agricultura, em detrimento de maquinário, metais e produtos químicos. O Brasil, por sua vez, importa um volume crescente de maquinário da China, substituindo as importações de recursos de agricultura e do extrativismo.

“Durante as últimas cinco décadas, o Brasil foi uma economia focalizada no consumo, com uma participação correspondentemente baixa de investimento e demanda externa. A busca da China por um modelo de crescimento impulsionado por investimentos e orientado às exportações gerou resultados quase que opostos, onde o investimento e a demanda externa representavam uma participação muito maior da demanda total e vice-versa, no caso do consumo.”
(Banco Mundial, 2014)

Nesse sentido, o Brasil e a China apresentam cenários praticamente opostos um ao outro e, ao que tudo indica, essas imagens deverão, provavelmente, continuar da mesma forma durante algum tempo, tendo em vista que a agenda de balanceamento dos dois países (em direção a mais investimento e demanda externa no Brasil e mais consumo na China) não dever sofrer grandes alterações da noite para o dia. (Banco Mundial, 2014).

Quanto aos investimentos chineses no Brasil, podem ser observados três momentos importantes. O primeiro, entre 2009 e 2011, corresponde à busca do país asiático por matérias-primas, o que levou à aquisição de ativos relacionados à mineração e ao petróleo. Nota-se que esse interesse perdura até hoje, haja vista a entrada de duas empresas estatais chinesas no consórcio para a exploração do Campo de Libra, em 2013. O segundo momento, ocorrido a partir de 2012, diz respeito à entrada de indústrias no Brasil, com o objetivo de explorar o mercado consumidor, especialmente aquele ligado à tecnologia e telefonia, bens de capital e setor automotivo. Já a terceira fase desses investimentos está relacionada a movimentos mais estratégicos em segmentos de infraestrutura e serviços. (D'Atri, 2015)

O Conselho Empresarial Brasil-China acompanha os investimentos chineses no Brasil desde 2007, utilizando como base a imprensa brasileira, entrevistas com empresas e o governo brasileiro, e a análise de relatórios financeiros de empresas chinesas e brasileiras que comprovam ou apontam investimentos diretos no país. O Ministério de Comércio da China (MOFCOM), que poderia ser uma fonte de informação, não permite a quantificação dos investimentos destinados a um determinado país, pois incluem o fenômeno conhecido como *roundtripping*, ou seja, a ida e volta de recursos para Hong Kong. De qualquer forma, ainda que os valores não sejam sempre revelados, é possível identificar algumas características desses investimentos no Brasil. (CEBC, 2011)

Os dados do CEBC (2011) mostram que, no período anterior a 2005, os investimentos chineses no Brasil não possuíam volume significativo e consistiam em pequenos investimentos orientados pelo planejamento estratégico pontual das empresas chinesas. O Brasil ainda era considerado uma fronteira a ser alcançada pelos interesses da China - fronteira superada em 2010, quando houve um expressivo aumento dos anúncios de investimentos chineses no país, e a China passou a incorporar as trocas com o Brasil às necessidades da sua economia.

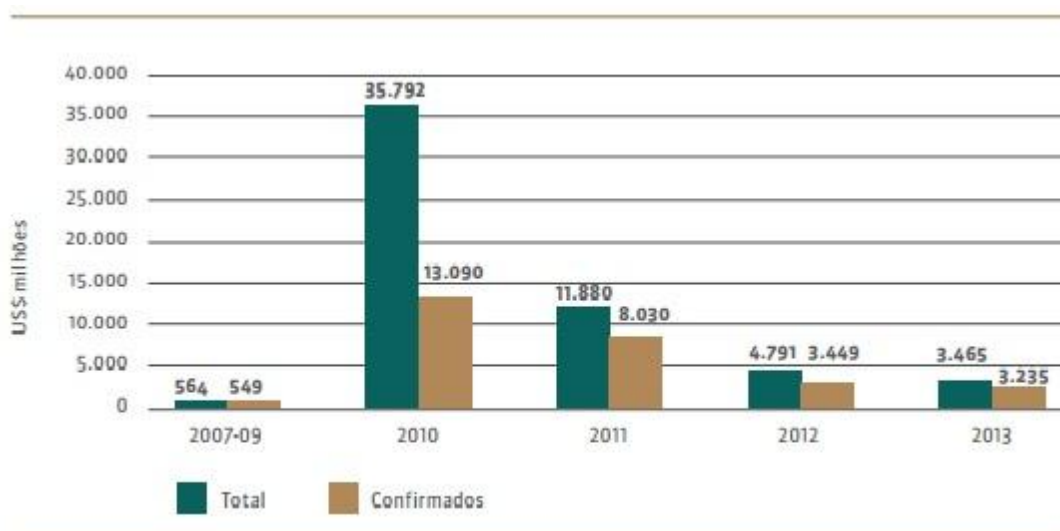
Ainda em 2010, o anúncio da compra de 100 mil hectares de terra, na Bahia, pela empresa chinesa Chongqing Grain Group, por US\$ 300 milhões, chamou a atenção e trouxe à tona uma importante discussão sobre a aquisição de terras por empresas estrangeiras. Desde então, as exigências às compras de terras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, além de empresas brasileiras com domínio de capital estrangeiro vêm aumentando, incluindo a necessidade de se obter autorização para o investimento. (Sauer & Leite, 2012; Wilkinson, Reydon & Di Sabbato, 2010)

No período entre 2012-2013, foram registrados anúncios de 31 projetos de investimentos chineses no Brasil, totalizando o valor de US\$ 8,43 bilhões. Destes, 24 projetos, no montante de US\$ 6,86 bilhões, foram confirmados pelo CEBC por meio de contato direto com as empresas chinesas e seus parceiros brasileiros.

No gráfico abaixo, pode-se observar um declínio no valor dos investimentos no Brasil desde 2010, cuja causa pode ser o fato de que alguns dos projetos anunciados encontram-se em fase de execução, como é o caso das montadoras automobilísticas. No entanto, o maior conhecimento das condições do mercado brasileiro e questões ligadas à burocracia e ao sistema tributário, além de questões de ordem macroeconômica, são considerados como os principais motivos desse declínio.

Outro fator importante a ser levado em consideração é a própria mudança no modelo de desenvolvimento da economia chinesa. Tendo em vista que grande parte das empresas chinesas que investem no exterior possui, em determinado grau, capital do Estado, tais mudanças na orientação da economia afetam diretamente o planejamento estratégico dessas empresas, que agora deverão estar mais atentas em atender ao mercado interno e em gerar maior retorno sobre seus investimentos. (CEBC, 2013)

Gráfico 29 – Investimentos chineses no Brasil – 2007 a 2013



Fonte: CEBC

No que tange ao setor do agronegócio, é importante olhar não apenas para o complexo da soja, mas também para produtos como açúcar, frango, carne bovina e carne suína, itens com importante potencial no comércio sino-brasileiro. Ao considerar a escala da demanda chinesa e a hipótese de que a China dependerá, em larga medida, do comércio mundial, seria de se esperar que esses produtos fossem o alvo dos investimentos e acordos chineses, de modo a evitar a dependência dos *traders* globais e ampliar a possibilidade de desenvolver a sua própria cadeia de valor global para a importação dos referidos produtos.

Tabela 10 – Investimentos chineses no Brasil – Agronegócio

INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL NO SETOR DO AGRONEGÓCIO									
Ano	Empresa Origem	Empresa Destino	Grau de efetivação	Estado	Valor (US\$ milhares)	Objetivo	Modo de entrada	Estrutura de Propriedade	Determinantes do Investimento
2011	China National Agrícoltural Development Group Corporation (CNADC)	Governo de Goiás	Anunciado	Goiás	\$7.000.000.000	Participação em projetos de expansão de lavouras de grãos e investimento na construção de ramais da ferrovia Norte-Sul (em Goiás). Soja produzida nessa área de 2,4 milhões de hectares será exportada para a China.	Greenfield	Central SOE	Resource seeking
2011	Chongqing Grain Group	-	Anunciado	Bahia	\$300.000.000	Compra de 100 mil hectares para produção soja; instalação de indústria de esmagamento de soja. Investimento parado por restrições do governo brasileiro à propriedade de terra por estrangeiros.	Greenfield	SOE	Resource seeking
2011	Cofco. Ltd	Companhia Nacional de Açúcar e Alcool (CNAA)	Anunciado	Goiás e Minas Gerais	Não divulgado	Compra de duas unidades da Companhia Nacional de Açúcar e Alcool (CNAA)	Fusões & Aquisições (completa)	Central SOE	Resource seeking
2011	Grupo Pallas International	Governo da Bahia	Anunciado	Bahia	Não divulgado	Aquisição de terras para produção de grãos para exportação e atuação em bioenergia	Greenfield	Privada	Resource seeking
2012	Universal Timber	-	Anunciado	Acre	20.000	Empresa ligada a um grupo de investidores chineses no setor de manejo de madeira, anunciou interesse em investir o montante de US\$ 20 milhões, no Acre. A cidade de Sena Madureira foi escolhida para o início das atividades, enquanto também é construída uma estrutura na cidade de Feijó.	Greenfield	Privada	Resource seeking
2013	BBCA	-	Confirmado	Mato Grosso do Sul	320.000	A implantação de uma unidade de processamento de milho, na cidade. O investimento, que chega a US\$ 320 milhões, será direcionado a uma fábrica com capacidade para processar um milhão e duzentas mil toneladas de grãos.	Greenfield	Central SOE	Resource seeking
2014	Tide Group	Prentiss Química	Confirmado	Paraná	Não divulgado	Retomar a capacidade produtiva da Prentiss, investir em novas tecnologias e pesquisa no Brasil. Defensivos agrícolas	Fusões & Aquisições (parcial)	Privada	Resource seeking
2014	China Tabaco Internacional do Brasil (CTIB)	China Brasil Tabacos Exportadora (CBT)	Confirmado	Rio Grande do Sul	20.000	Produção de tabaco - construção de fábricas, armazéns e escritório ou em Santa Cruz do Sul ou em Venâncio Aires.	Joint-venture	SOE	Resource seeking

Nos últimos anos, a China tornou-se um grande importador de açúcar do Brasil e provavelmente seguirá ampliando o volume de importação, dado o aumento do consumo em função da urbanização crescente e do desenvolvimento econômico. O consumo per capita de açúcar na China é de 10 quilos, contra uma média mundial de 15 quilos. Na década de 2000, os investimentos chineses eram praticamente inexistentes em relação à onda de investimentos direcionada ao setor sucroalcooleiro no Brasil. Em 2010, a Noble – *trading* baseada em Hong Kong e apoiada pelo fundo soberano da China – adquiriu mais duas usinas de açúcar, aumentando a sua capacidade de produção para 1,34 trilhão de toneladas. Com a compra da Noble, pela COFCO, a empresa chinesa assumiu o controle de quatro usinas de açúcar no Estado de São Paulo. (Wilkinson, Wesz & Lopane, 2015)

O setor de etanol na China, desenvolvido no início da década de 2000, é relativamente modesto e utiliza grãos, como milho e trigo, a uma mistura de 10%. É importante ressaltar que o uso de grãos para o etanol foi proibido pela China, em 2008, por razões de segurança alimentar. Por outro lado, a China anunciou a instalação da segunda maior usina de etanol celulósico de segunda geração do mundo, processo que está em andamento com o Estado de Alagoas. (Wilkinson, Wesz & Lopane, 2015)

No caso das exportações de açúcar, a empresa brasileira Copersucar estabeleceu uma subsidiária em Hong Kong, em 2012, e assumiu a liderança no desenvolvimento de relações comerciais diretas com a China no que diz respeito a este produto. A Copersucar controla cerca de 10% da produção de açúcar do Brasil, opera um terminal no porto de Santos, São Paulo e, em 2011, criou uma empresa de transporte em uma *joint venture* com a Al-Ghurair Jamial (JAG), que controla a Al Khaleej Sugar (AKS) – a maior refinaria de açúcar do mundo, localizada em Dubai. Em 2014, a Copersucar se uniu em uma *joint venture* com a Cargill para formar a Alvean - maior empresa de comércio de açúcar, com escritórios em Bangkok, Bilbao, Deli, Dubai, Hong Kong, Jacarta, Moscou, São Paulo e Xangai. Em processo similar, o grupo brasileiro Amaggi criou uma *joint venture* com a Bunge e a Dreyfus para a produção de soja. Percebe-se, assim, que os *traders* globais, que tanto se orgulhavam de sua autossuficiência e do sigilo das suas operações, estão começando a ver que é vantajoso aliar-se a produtores nacionais cada vez mais poderosos no comércio global de *commodities* agrícolas. (Wilkinson, Wesz & Lopane, 2015)

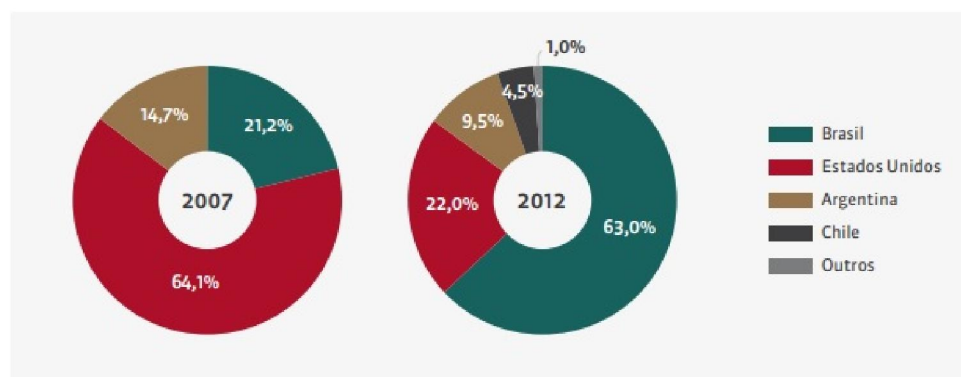
Conforme observado por Wilkinson, Wesz & Lopane (2015), observa-se um movimento de alguns setores do agronegócio sino-brasileiro estabelecendo diferentes relações comerciais, como o fechamento de contratos de longo prazo, *joint ventures*, investimentos diretos na produção e integração da cadeia de suprimentos. Além do açúcar, o caso da soja é um exemplo mais emblemático do interesse da China em desvincular sua necessidade de importação dos principais *traders* globais – ABCD – apresentados no terceiro capítulo deste trabalho. Com a compra da Noble e da Nidera pela COFCO, a empresa estatal chinesa passa a ter uma entrada direta na origem da soja, não apenas no Brasil, mas também na Argentina, Uruguai e Paraguai, colocando a COFCO em um patamar muito próximo ao quarteto global ABCD.

Quanto à carne de frango, segunda proteína de origem animal mais consumida na China, conforme mencionado no segundo capítulo, o mercado de aves é controlado por empresas chinesas com capital estatal em sua composição acionária. O modelo de integração vertical vem ganhando cada vez mais espaço, em detrimento das pequenas granjas de agricultores locais. O setor de serviços associado ao consumo de alimentos atua como um importante impulsionador do consumo de frango, como é o caso das redes de *fast food*, principalmente o KFC, empresa americana especializada em frangos, que adaptou os seus produtos ao perfil de consumo da população chinesa. (CEBC, 2015)

No entanto, apesar do montante da produção chinesa estar acima do nível de consumo, a China tornou-se um importador de carne de aves desde 2002. Tanto a carne de frango como a carne bovina passam por Hong Kong como porta de entrada para o mercado chinês.

Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, em que pese as exportações brasileiras da carne de frango “in natura” terem crescido consideravelmente no período entre 2007 e 2012, ainda há muito espaço para aumentar este volume, uma vez que o Brasil possui uma enorme capacidade de exportação da carne industrializada de frango para a China, de acordo com os dados da tabela 11. (CEBC, 2015)

Gráfico 30 – Principais fornecedores de carne de frango “in natura” - 2007-2012



Fonte: CEBC, 2015

Tabela 11 - Importações de carnes de aves na China

Grupo	Importações totais em 2012 (US\$)	Crescimento médio das importações totais 2007-2012	Exportações brasileiras em 2012 (US\$)	Cresc. médio das exportações brasileiras 2007-2012
Carne de frango in natura	870.104.018	-1,0%	548.568.958	23,0%
Carne de peru in natura	85.263.408	25,0%	-	-
Demais carnes de aves in natura	524.551	-3,9%	-	-
Carne de frango industrializada	308.225	-25,2%	-	-
Carne de peru industrializada	172.360	98,5%	-	-
Demais carnes de aves industrializadas	20.096	12,4%	4.324.378	-
Carnes de aves - Total	956.392.658	0,2%	548.568.958	23,0%

Fonte: CEBC, 2015

Esse salto das exportações brasileiras de frango para a China está diretamente relacionado com a disputa comercial entre o país asiático e os Estados Unidos, que suspenderam as importações da carne de frango processado da China em 2010, e sofreram retaliação sobre as importações de partes de carne de frango “in natura” americanas, favorecendo o Brasil que, por sua vez, veio a se tornar o maior fornecedor.

Os dados da tabela 12 mostram que, em relação a Hong Kong, o valor importado de carne de aves é 60% maior do que o valor das importações chinesas. E mesmo após a

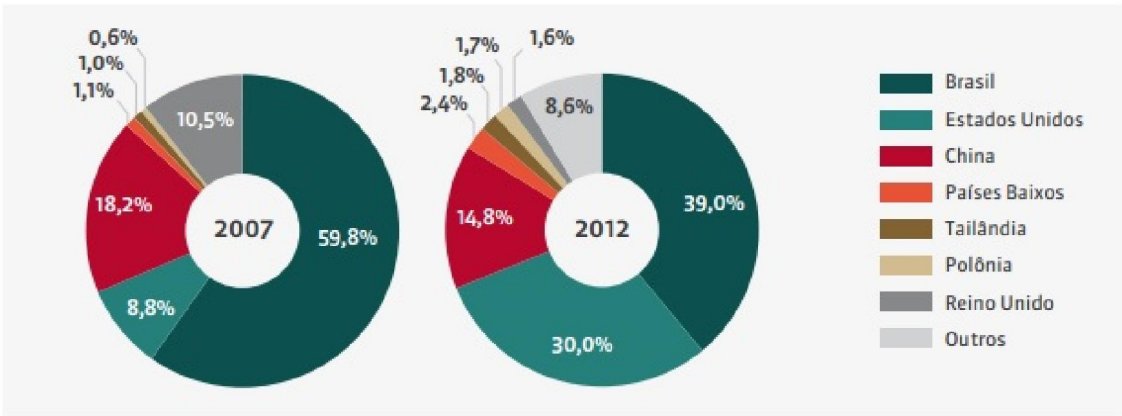
suspensão pela China das importações de partes de frango dos Estados Unidos, o Brasil ainda se manteve como maior fornecedor de Hong Kong, ainda que as exportações americanas para Hong Kong tenham apresentado forte crescimento.

Tabela 12 – Importação de carnes de aves em Hong Kong

Grupo	Importações totais em 2012 (US\$)	Crescimento médio das importações totais 2007-2012	Exportações brasileiras em 2012 (US\$)	Crescimento médio das exportações brasileiras 2007-2012
Carne de frango in natura	1.283.584.901	10,0%	500.417.802	1,0%
Carne de peru in natura	34.630.308	14,4%	3.991.781	1,6%
Demais carnes de aves in natura	102.373.056	4,9%	404.247	22,5%
Carne de frango industrializada	160.434.616	28,0%	3.315.566	7,3%
Carne de peru industrializada	2.786.985	41,6%	-	-
Demais carnes de aves industrializadas	10.943.181	2,9%	-	-
Carnes de aves - Total	1.594.753.047	10,9%	508.129.396	1,0%

Fonte: CEBC, 2015

Gráfico 31 – Principais fornecedores de carne de frango “in natura” de Hong Kong



Fonte: CEBC, 2015

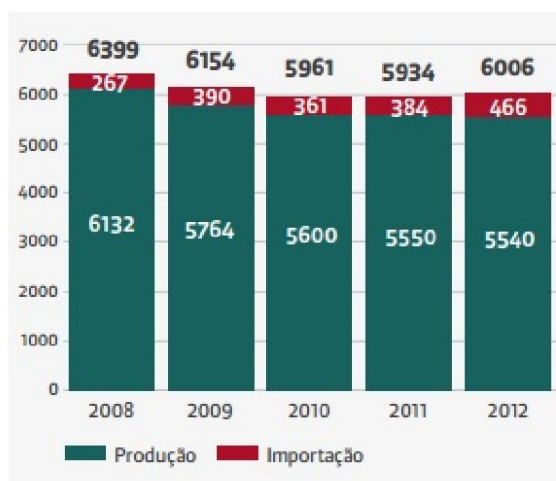
O estudo elaborado pelo CEBC (2015) aponta para o fato de que o mercado chinês é complementar aos demais mercados do mundo, tendo em vista a preferência da população por cortes pouco consumidos de forma geral, como asas, pescoço e pés de galinhas. Como as tarifas de importação aplicadas pela China em relação a esses produtos está em torno de 15%, dificultando a competição com os preços da produção local de carne de frango processada, muitas empresas estrangeiras optaram por estabelecer plantas de processamento no país. A Marfrig, através da aquisição da Keystone Foods, e a BRF, através da formação de uma *joint venture* com a Dah Chong Hong (DCH), já possuem plantas em território chinês e estão investindo na produção local.

Em relação à carne bovina, nos últimos cinco anos, a produção chinesa caiu de 6,1 para 5,5 milhões de toneladas, enquanto as importações cresceram cerca de 75%. Não

obstante o mercado chinês continue, provavelmente, a ser abastecido essencialmente pela produção doméstica, a importação do produto vem aumentando, tendo também Hong Kong como porta de entrada. (CEBC, 2015)

De forma similar ao mercado de aves, as empresas atuantes na produção e distribuição da carne bovina são, em grande parte, empresas chinesas com capital do Estado em sua composição acionária. Como a terra no campo ainda é propriedade coletiva controlada pelo Governo chinês, há pouca participação de empresas internacionais na criação e abate bovinos. Entretanto, companhias estrangeiras têm ingressado neste mercado nas etapas de processamento da carne e de produtos derivados. (CEBC, 2015)

**Gráfico 32 – Produção e importação de carne bovina na China-Hong Kong
2008 – 2012 (Ton-mil)**



Fonte: CEBC, 2015

Até o final de 2012 – ano em que a China embargou a carne brasileira, conforme abordado no primeiro item deste capítulo – o Brasil estava entre os principais fornecedores de carne bovina “in natura” para a China, ficando atrás apenas de países como Austrália, Uruguai e Nova Zelândia, que possui o maior número de plantas habilitadas.

Tabela 13 – Importações chinesas de carne bovina

Grupo	Importações totais da China em 2012 (US\$)	Crescimento médio das importações Chinesas 2007-2012	Exportações brasileiras para a China em 2012 (US\$)	Cresc. médio das exp. bras. para a China 2007-2012
Carne bovina 'in natura'	254.659.733	78,2%	37.256.154	137,3%
Demais carnes bovinas (miudezas, línguas e fígados)	26.243.966	19,9%	437.673,00	51,1%
Carne bovina salgada	21.000	-	-	-
Carne bovina processada	5.431.504	-0,2%	511.756,00	135,1%
Carne bovina - Total	286.356.203	56,7%	38.205.583	137,8%

Fonte: CEBC, 2015.

Gráfico 33 – Principais fornecedores de carne bovina “in natura” e demais carnes bovinas para a China



Fonte: CEBC, 2015.

O embargo às exportações brasileiras, naturalmente, abriu espaço para que outros países com tradição no comércio de carne bovina com a China aumentassem sua participação no mercado chinês.

“Estes países realizam um trabalho significativo de imagem no mercado chinês. Em supermercados de alto padrão, a carne é usualmente vendida com um selo indicando seu país de origem, o que reforça a categoria de produto importado. Esta ação tende a favorecer as vendas, uma vez que o consumidor de carne bovina, em geral, possui renda média alta e aceita pagar mais pela carne importada, que é percebida como de melhor qualidade e, principalmente, mais segura em termos fitossanitários. As carnes australiana, uruguaia e argentina possuem uma imagem mais forte em termos de qualidade.” (CEBC, 2015)

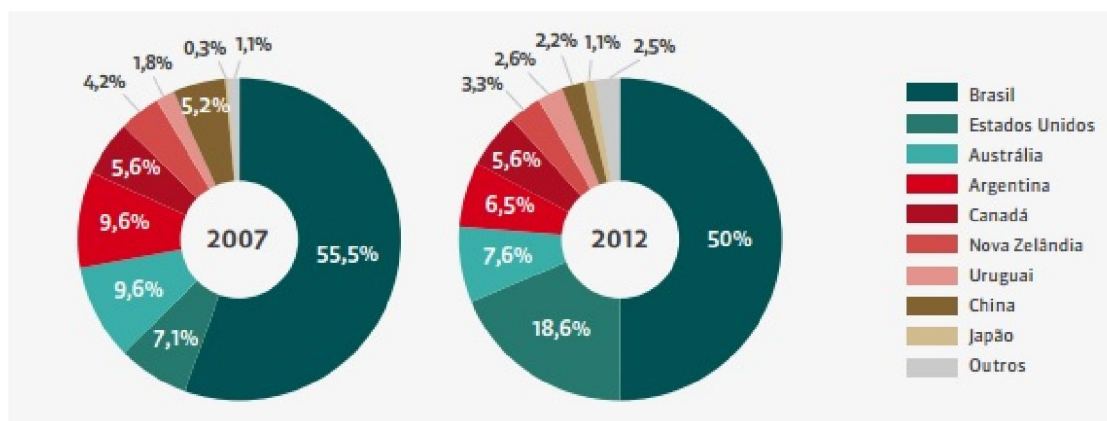
No que diz respeito a Hong Kong, como o país praticamente não possui barreiras à compra de carne bovina estrangeira, os números das exportações brasileiras impressionam. Conforme apontado pelo estudo do CEBC (2015), o montante de carne bovina “in natura” importado do mundo, com exceção da China, somou cerca de 394 mil toneladas em 2012. Entretanto, o consumo local, no mesmo ano, foi estimado, pelo Euromonitor, em 140 mil toneladas. Esses dados atestam que a carne é destinada ao consumo chinês. Ou seja, mesmo durante o embargo às exportações brasileiras de carne bovina, o produto alcançou o mercado chinês através de Hong Kong.

Tabela 14 – Importações de carne bovina de Hong Kong

Grupo	Importações totais de Hong Kong em 2012 (US\$)	Crescimento médio das importações de Hong Kong 2007-2012	Exportações brasileiras para Hong Kong em 2012 (US\$)	Cresc. médio das exp. bras. para Hong Kong 2007-2012
Carne bovina 'in natura'	781.312.691	28,2%	294.056.017	29,1%
Demais carnes bovinas (miudezas, línguas e fígados)	621.588.868	17,0%	408.264.926	15,3%
Carne bovina salgada	398.948	18,8%	-	-
Carne bovina processada	212.944.677	19,1%	4.324.378	18,3%
Carne bovina - Total	1.616.245.184	22,0%	706.645.321	20,0%

Fonte: CEBC, 2015

Gráfico 34 – Principais fornecedores de carne bovina “in natura” e demais carnes bovinas para Hong Kong



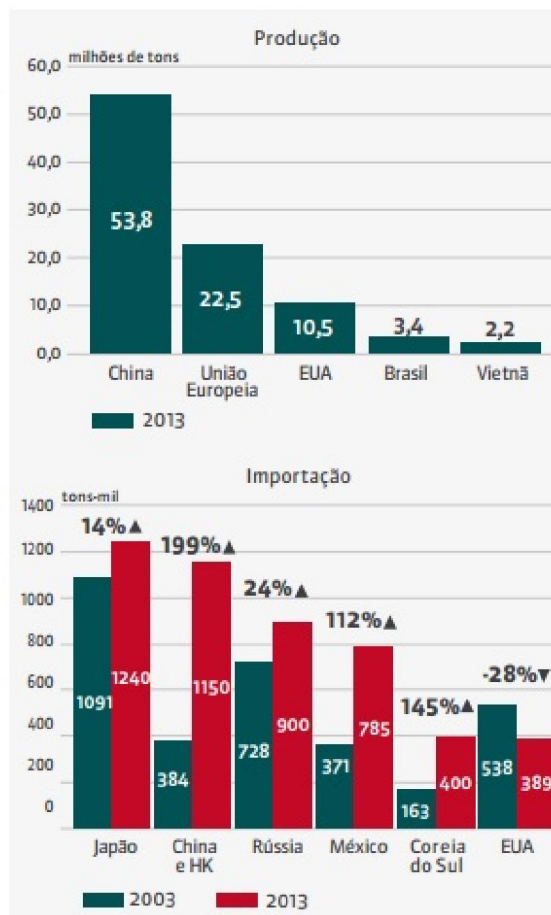
Fonte: CEBC, 2015

Considerando as importações da China e Hong Kong somadas, o Brasil pode ser considerado o maior fornecedor de carne bovina para o mercado chinês. Entretanto, com o fim do embargo, anunciado em julho de 2014, observam-se esforços no sentido de ampliar o número de frigoríficos brasileiros habilitados a exportar para a China, e a expectativa é de que as vendas alcancem entre US\$ 800 milhões e US\$ 1,2 bilhão no ano de 2015. (CEBC, 2015)

Wilkinson, Wesz & Lopane (2015) ressaltam que, dadas as restrições de recursos naturais, como terra e água, na China, além da migração rural-urbana, é pouco provável que ocorra a consolidação de uma indústria moderna de carne bovina. O número de abatedouros de gado caiu em torno de 8% no período entre 2008 e 2013, influenciando diretamente na queda da produção de gado mencionada anteriormente. Todavia, o rápido crescimento do consumo e da importação de carne bovina demonstra que a população de classe média chinesa vem, cada vez mais, optando por esse tipo de proteína animal, por ser uma carne mais saudável do que a carne de porco, ainda que o seu preço seja maior. Tendo em vista a estratégia chinesa de olhar para além do mercado para garantir a sua segurança alimentar, já existem investidores chineses negociando a compra de abatedouros brasileiros de médio porte.

No que diz respeito à carne suína, a China é responsável por 50% da produção mundial de suínos, chegando ao volume de 53,8 milhões de toneladas. O mercado chinês é abastecido, praticamente, pela sua produção interna, com as importações girando em torno de 2% da produção nos últimos anos.

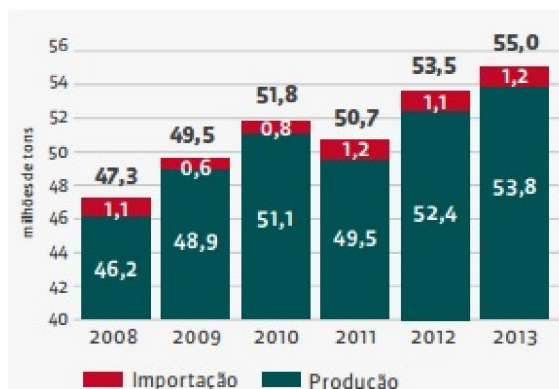
Gráfico 35 - Principais países produtores e importadores de carne suína



Fonte: CEBC, 2015

Como pode ser observado no gráfico abaixo, a produção de suínos subiu 16,5% durante o período de 2008 a 2013, e as importações cresceram na ordem de 9% no mesmo período.

Gráfico 36 - Produção e importação de carne suína na China e Hong Kong



Fonte: CEBC, 2015

Assim como as demais proteínas de origem animal, a importação de suínos também utiliza o porto de Hong Kong como porta de entrada ao mercado interno chinês. Embora este mercado seja abastecido, em sua quase totalidade, pela produção interna, o aumento do consumo de suínos pressionará a necessidade de importação, abrindo possibilidades para as empresas brasileiras ampliarem suas exportações para o país asiático, uma vez que a carne suína ainda é a principal escolha de proteína animal da população chinesa.

Atualmente, a China importa apenas a carne suína “in natura” do Brasil, principalmente de partes e peças congeladas, assim como pés e pedaços, cortes geralmente considerados de qualidade inferior no Brasil, mas que fazem parte do perfil de consumo da população chinesa. (CEBC, 2015)

Tabela 15 – Importações de carne suína na China-Hong

Grupo	Importações totais em 2012 (US\$)	Crescimento médio das importações totais 2007-2012	Exportações brasileiras em 2012 (US\$)	Cresc. médio das exportações brasileiras 2007-2012
Carne suína “in natura”	981.472.619	51,4%	7.774.498	-
Carnes salgadas suínas	1.851.406	212,2%	-	-
Demais carnes	7.112.659	20,7%	-	-
Demais carnes suínas	1.444.869.712	33,4%	-	-
Preparações de carnes suínas	649.375	28,5%	-	-
Carne de suínas - Total	2.435.955.771	39,1%	7.774.498	-

Fonte: CEBC, 2015

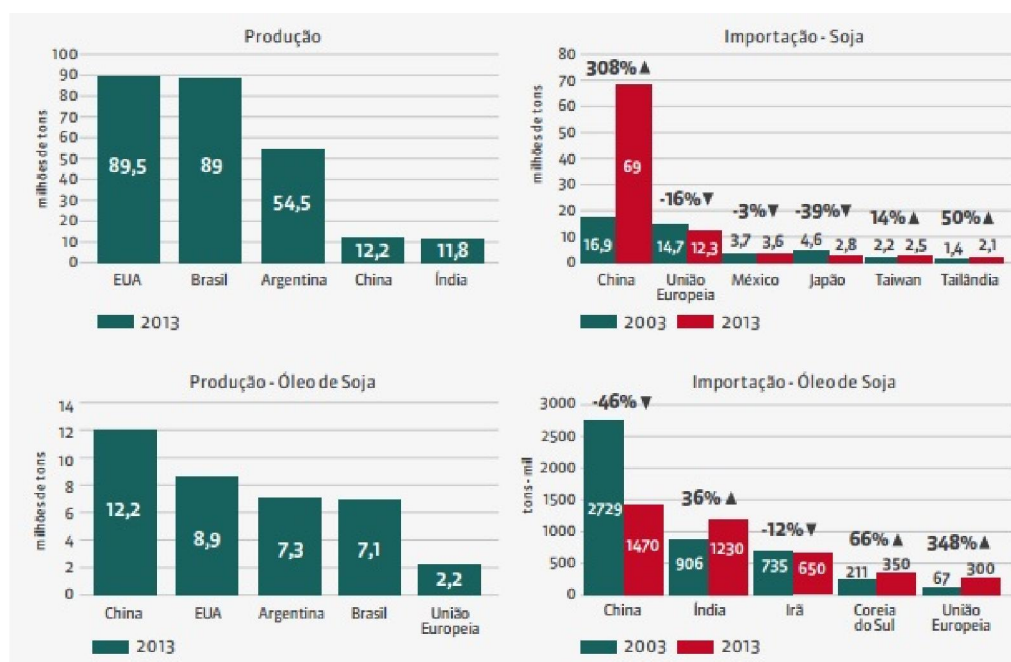
Outros países, como a Alemanha, a Espanha, a Dinamarca e o Canadá, fazem parte da lista de principais fornecedores de suínos para a China, além dos Estados Unidos. A abertura do mercado chinês para a carne suína brasileira ocorreu em 2011 e, até o momento, o Brasil possui cinco plantas habilitadas a exportar para o país asiático. Tendo em vista a tendência de expansão do mercado de consumo de carne de porco, a BRF já identificou a oportunidade de ampliar as suas vendas e possui planos para se especializar, também, no segmento de suínos, especificamente na oferta de alimentos processados como linguiças, salsichas e até mesmo pratos congelados à base de carne suína. (CEBC, 2015)

Vale lembrar que a aquisição da Smithfield Foods, dos Estados Unidos, pela chinesa Shuanghui International Holdings, comentada no capítulo anterior, deve ser analisada como parte da estratégia do governo chinês para garantir o fornecimento de matérias-primas para a sua crescente economia. No caso dos suínos, a estratégia de adquirir a maior empresa processadora de carne de porco no mundo pode, inclusive, alterar a dinâmica do mercado global de *commodities* agroalimentares em função da proporção da demanda chinesa. Ao levarmos em consideração os números decorrentes do crescimento da economia chinesa e os impactos do processo de urbanização da população no aumento do consumo, uma variação de 5% nas importações, por exemplo, pode desencadear um aumento expressivo no preço dos alimentos, inclusive afetando a necessidade de importação de outros países para abastecimento de seus mercados internos.

O aumento do consumo de proteína de origem animal pela população chinesa elevou, também, como já vimos o consumo da soja além de produtos processados como queijo, leite e sucos. A China produziu, em 2013, 12 milhões de toneladas de soja, ficando, portanto, muito

aquém da necessidade de sua demanda, que é da ordem de 80 milhões de toneladas. No mesmo ano, foram importadas 69 milhões de toneladas do produto, o que corresponde a 65% do mercado internacional do grão. No que tange ao óleo de soja, a China é o maior produtor do mundo, com cerca de 12,2 milhões de toneladas em 2013. Contudo, o país é também o maior importador do mundo, com um volume em torno de 1,4 milhão de toneladas. (CEBC, 2015)

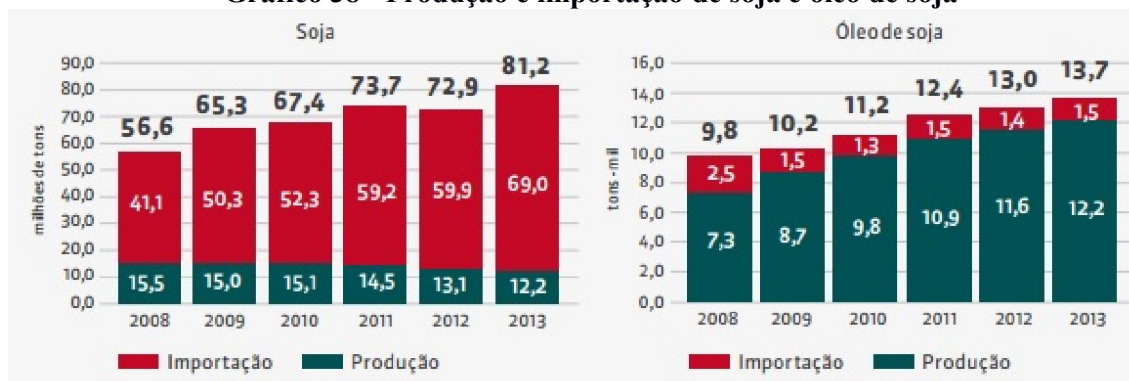
Gráfico 37 – Produção e importação de soja em grão e óleo de soja – principais países



Fonte: CEBC, 2015

O mercado do óleo de soja vem mantendo seus níveis de importação estáveis, uma vez que a produção interna vem dando conta do abastecimento, ao contrário da soja em grão, cujo mercado é abastecido, majoritariamente, pelas importações.

Gráfico 38 - Produção e importação de soja e óleo de soja



Fonte: CEBC, 2015

Os Estados Unidos e o Brasil sempre competiram pela posição de principal exportador da soja para a China, com o Brasil ainda ocupando o segundo lugar em 2015 apesar das projeções do estudo realizado pelo CEBC, preverem uma inversão das posições americana e brasileira na safra de 2014/2015. O rito de expansão da produção no Brasil, no entanto, sugere que essa inversão não vai tardar.

“Nos próximos anos, entretanto, há expectativa de que o país (Brasil) ultrapasse os EUA, alcançando a liderança no mercado mundial chinês de importações do produto, tanto em razão da capacidade de ampliação da produção agrícola brasileira quanto da exaustão do espaço agricultável americano, no qual a expansão de soja exige a redução de milho. De acordo com o USDA, de 2003 a 2013, a área plantada de soja no Brasil cresceu de 21 para 29 milhões de hectares, enquanto nos EUA, no mesmo período, o incremento foi de 29 para 30 milhões de hectares.” (CEBC, 2015)

Além desse fator, o estudo aponta, também, para a questão da produtividade brasileira que passou de 2,57 mt/ha para 3,11 mt/ha na última década, ao passo que nos EUA os ganhos relativos a produtividade foram menores – de 2,56 mt/ha para 2,66 mt/ha. Ou seja, a capacidade do Brasil de ser o principal fornecedor de soja para a China se deve tanto à expansão da fronteira agrícola quanto aos ganhos de produtividade,

É importante abordar a questão da cadeia de valor da soja - da originação ao processamento - controlada pelos grandes *traders* internacionais, que também operam na China. A ADM, a Bunge, a Cargill e a Louis Dreyfus atuam como os principais competidores no mercado da soja com foco nas operações de processamento e distribuição para o mercado chinês. Entretanto, o grupo ABCD precisará competir com grandes estatais chinesas que vêm se consolidando como *players* importantes no mercado global de *commodities* agroalimentares.

A COFCO é a maior fornecedora de produtos e serviços agrícolas e da indústria de alimentos na China, e possui um papel central na estratégia chinesa de segurança alimentar, operando como uma ponte entre a China e o restante do mundo nos mercados de óleos comestíveis e alimentos, além de consolidar-se como o principal canal de importação de produtos agrícolas a granel. A aquisição da Noble e da Nidera pela COFCO, já mencionadas anteriormente, coloca a estatal chinesa no patamar das quatro principais *tradings* globais do agronegócio – ABCD.

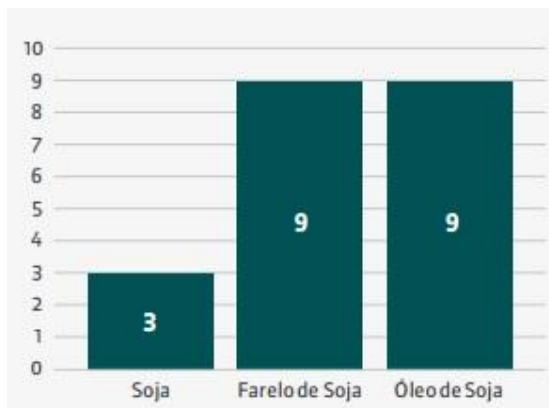
A China Grain Reserves Corporation – Sinograin – é outra estatal chinesa que exerce papel fundamental nas iniciativas da China para assegurar a sua segurança alimentar. Fundada em 2000, tornou-se uma das maiores empresas de armazenamento e transporte de grãos do país, e atua em posição de liderança na área de pesquisa e inovação agrícola. (CEBC, 2015)

A mais recente delas, a Chongqing Grain Group, fundada em 2007, também está entre as principais companhias chinesas do agronegócio, com operações que envolvem compra, venda, processamento, armazenagem, logística e distribuição de grãos e derivados. As pesquisas do CEBC sobre investimentos chineses no Brasil destacam o anúncio do plano de investimentos da Chongqing Grain Group, no valor de US\$ 2 bilhões, no Estado da Bahia, para a construção de uma fábrica para esmagamento da soja e de ferrovias que facilitem o processo de exportação para a China. Esses investimentos foram anunciados em 2011, mas até hoje não houve avanço significativo do empreendimento.

O consumo da soja também deve continuar a crescer nos próximos anos (USDA, 2014), e o Brasil tem potencial para ampliar suas exportações, ainda que precise lidar com questões internas de logística e infraestrutura para redução de custos, principalmente relativos

ao transporte do produto até o país de destino. Além disso, vale mencionar também que as tarifas para importação da soja processada sofre uma série de barreiras de natureza tarifária na China, além das barreiras tributárias do Brasil. (CEBC, 2015)

Gráfico 39 – Tarifas para exportação de produtos relativos ao complexo soja (MFN – ad valorem)



Fonte: CEBC, 2015

Como pode ser observado no gráfico acima, a tarifa para produtos processados chega a ser o triplo da do produto básico. Por conseguinte, as empresas brasileiras precisam pensar em estratégias para realizar o processamento final da soja em solo chinês, conforme as especificidades locais do consumo. (CEBC, 2015)

Conforme já mencionado diversas vezes ao longo deste trabalho, o aumento das exportações brasileiras para a China está diretamente relacionado à intensificação do processo de urbanização da população chinesa, que consta como um dos principais aspectos de reforma do governo chinês, numa tentativa de alterar seu modelo de desenvolvimento e impulsionar o crescimento econômico através do consumo interno. Em consequência dessa mudança no modelo de desenvolvimento econômico, o consumo de produtos alimentícios seguirá crescendo devido ao aumento da renda do trabalhador urbano, que poderá buscar produtos de maior valor agregado.

Nesse contexto, as exportações brasileiras para a China na área do agronegócio deverão continuar em expansão nos próximos anos. Os anúncios recentes de empresas brasileiras, como a Marfrig e a BRF, interessadas em ampliar sua atuação por meio de novas fábricas em território chinês, sugerem um novo avanço nas relações sino-brasileiras no que se refere ao setor do agronegócio. No entanto, o crescimento mais lento da economia chinesa pode ter impactos muito desfavoráveis sobre os preços das commodities agrícolas mesmo que os volumes continuem em alta. Esse cenário já se desenha na safra de 2015 e pode acarretar importantes transformações internas no setor da soja brasileira e expor a sua fragilidade competitiva decorrente dos seus altos custos de transporte e logística.

4.3 Os reflexos do efeito China para o agronegócio brasileiro

A abertura econômica da China, o seu ressurgimento no palco global e a sua crescente integração ao comércio mundial mudaram profundamente a sua relação com o mundo ao longo das últimas décadas, criando tanto oportunidades quanto desafios. A economia

chinesa foi o principal motor de crescimento da economia global após a crise financeira mundial de 2008, beneficiando países exportadores de *commodities*, como o Brasil.

A integração entre as economias brasileira e chinesa evoluiu rapidamente ao longo da última década e a China emergiu como o mais importante destino das exportações do Brasil que, por sua vez, vem desempenhando um papel cada vez mais relevante para a China, como fornecedor de recursos naturais, contribuindo para a segurança alimentar do país asiático. Ao se tornar o principal parceiro comercial do Brasil, a China contribuiu para o superavit da balança comercial brasileira e vem, de certa forma, redefinindo as estruturas produtivas do Brasil, principalmente no setor do agronegócio.

Conforme observado pelo Banco Mundial (2014), o incremento das exportações para a China ocorreu durante um período no qual o crescimento das exportações para o resto do mundo mostrava uma desaceleração, decorrente da crise econômica de 2008.

“Enquanto que era praticamente inexistente o crescimento relativo às economias avançadas, o crescimento da China continuava, e a relação comercial direta entre o Brasil e a China mostrou resiliência do lado das exportações, o que auxiliou o Brasil a passar pelo período de volatilidade em 2008. Entre 2008 e 2009, quando as exportações para o resto do mundo caíam em 27 por cento, as exportações para a China cresciam em 23 por cento. Entretanto, por causa do lento crescimento das economias avançadas, a China fazia esforços maiores para ter acesso aos mercados das economias emergentes. Entre 2009 e 2010, quando as importações do resto do mundo cresceram em 39 por cento, em parte por causa do rebote depois da queda em 2009, as importações da China aumentaram em 61 por cento.” (Banco Mundial, 2014)

Cabe ressaltar que, desde o início dos anos 2000, o Brasil também experimentou um acelerado crescimento, seguido por uma recente desaceleração que vem se agravando nos últimos anos devido a uma série de fatores políticos e econômicos que não fazem parte do escopo deste trabalho. No entanto, vale destacar a agenda de reformas estruturais que permanece, em grande parte, muito atrasada, ainda que se tenha verificado um progresso significativo em alguns setores. Conforme observado pelo estudo do Banco Mundial, além das reformas macroeconômicas, que trouxeram ao País uma estabilidade econômica, o Brasil liberalizou partes importantes da sua economia e introduziu reformas no setor social. Por outro lado, o processo de reforma estrutural parece ter perdido parte do seu ímpeto, e o Brasil precisa enfrentar importantes gargalos, particularmente em infraestrutura e sistema tributário, que têm influência direta na economia e no agronegócio brasileiro. (Banco Mundial, 2014)

Quanto ao processo de desenvolvimento econômico chinês, a industrialização e a intensificação da urbanização da população foram responsáveis pelo expressivo aumento da importação das *commodities* industriais, como o minério de ferro, e agrícolas, como a soja. A demanda chinesa foi o principal fator responsável pela alta dos preços internacionais das *commodities*, consolidando a expansão da indústria extrativa em nível global.

Para a América Latina, e em particular, o Brasil, a elevação da demanda chinesa e dos preços das *commodities* resultou na priorização e intensificação das atividades extrativas, com o consequente resultado superavitário da balança comercial brasileira nos últimos anos. De certa forma, para a economia brasileira, a intensificação do comércio sino-brasileiro foi muito importante para o ciclo de crescimento que vem ocorrendo desde o início deste século. A demanda chinesa, responsável pelo “boom” das *commodities*, contribuiu para elevar o

crescimento da economia, valorizando a moeda nacional, reduzindo o desemprego e permitindo ao governo aumentar os gastos sociais para a redução da pobreza, bem como aumentar a proteção social. Além disso, os investimentos chineses no Brasil também beneficiaram o País, e poderão trazer ganhos ainda maiores em função dos empreendimentos já anunciados em infraestrutura, contribuindo para melhorar os gargalos mencionados anteriormente, quando tratamos da necessidade de reformas estruturais.

Por outro lado, o fato da China ter definido a pauta de exportação brasileira nos últimos anos, desencadeou um reflexo na estrutura produtiva do Brasil, gerando uma “reprimarização” da economia, que veio acompanhada de um processo de desindustrialização. A partir dessa leitura mais crítica, a China estaria contribuindo para a reconfiguração da economia brasileira através de um processo de “neoextrativismo”, que vem sendo defendido como um caminho necessário para o desenvolvimento brasileiro. (Moreno, 2015)

“Enquanto no passado se associavam as economias de enclave com a dependência comercial e a transnacionalização, agora estas são defendidas como êxito exportador; enquanto anos atrás se erguia a necessidade de abandonar o extrativismo para promover a industrialização nacional, hoje em dia se festejam os recordes de exportação de matérias-primas” (Gudynas, 2013)

Apesar da China ter um papel importante na retomada da economia brasileira após a chamada “década perdida”, a natureza dos fluxos comerciais e de investimentos sino-brasileiros pode aprofundar uma nova dependência externa, uma vez que o Brasil exporta produtos primários e de baixo valor agregado e importa produtos industrializados da China. É indiscutível que a relação bilateral contribuiu não apenas para o superavit comercial brasileiro, mas também foi importante para uma maior dinamização e crescimento da atividade agrícola do Brasil. Além disso, o investimento direto chinês pode significar aporte de capital e tecnologia nos setores de infraestrutura, contribuindo para a viabilização de grandes projetos nos segmentos de transporte, siderurgia e das cadeias de minério e petróleo. (IPEA, 2011)

“A ampliação das relações econômicas e políticas entre Brasil e China está se configurando em um cenário contraditório a partir de uma totalidade fortemente complexa. Essa dinâmica traz consigo oportunidades para o Brasil no curto e médio prazos, mas que, se não forem bem aproveitadas, poderão representar ameaças, sobretudo no longo prazo, como a perda de participação das exportações brasileiras em terceiros mercados para a China, desadensamento da estrutura produtiva nacional e perda do controle estratégico sobre fontes de energia (petróleo) e de recursos naturais (terras e minas), além do aumento da vulnerabilidade externa estrutural. Não são poucos os desafios que estão postos para a construção de uma relação de benefício mútuo entre o Brasil e a China.” (IPEA, 2011)

Outro fator que pode afetar o dinamismo do comércio e investimentos refere-se à concorrência entre a estrutura produtiva chinesa e a brasileira. A ampliação da corrente do comércio sino-brasileiro veio acompanhada de uma pressão competitiva das manufaturas chinesas sobre a indústria brasileira. O “efeito China”, além de contribuir para uma “reprimarização” da pauta exportadora, implicou num relevante *deficit* comercial dos produtos de maior complexidade tecnológica, bem como em perda na participação das

exportações brasileiras desses produtos em terceiros mercados, como Europa, Estados Unidos e América Latina.

“A pressão competitiva das manufaturas chinesas tende a gerar um processo de especialização regressiva da estrutura industrial (desadensamento da cadeia produtiva doméstica) e a forte expansão do IDE chinês no Brasil fora das prioridades da política industrial e sem uma negociação quanto à forma de acesso ao mercado (joint ventures, alianças tecnológicas etc.) pode significar a perda do controle estratégico soberano do Brasil sobre as fontes de energia (petróleo) e de recursos naturais (terras e minas), sem que isso signifique maior transferência de tecnologia para o país.”
(IPEA, 2011)

O Banco Mundial (2014) também alerta para a necessidade do Brasil redobrar os seus esforços para promover a inovação e fortalecer a competitividade. Tendo em vista que a China continuará na posição de concorrente do Brasil, principalmente com a entrada das empresas chinesas no País, o desafio da competitividade no setor manufatureiro poderá se acentuar. Nesse enfoque, as deficiências sistêmicas, como infraestrutura, logística e burocracia precisam ser olhadas com mais atenção para que o Brasil possa oferecer um ambiente mais competitivo para o setor privado, o qual, por sua vez, também precisará buscar a modernização de seus produtos, processos e formas organizacionais para responder à intensificação da concorrência chinesa.

Para aprofundar a reflexão dos impactos do “efeito China” na estrutura produtiva do Brasil, seria necessário ampliar a discussão para outros aspectos, tais como emprego, questões tributárias, sistema financeiro nacional, clima de investimentos, entre outros. Não obstante essa análise não faça parte dos objetivos deste trabalho, é importante mencioná-la para chamar a atenção de que a China também traz uma pressão competitiva das suas manufaturas sobre a indústria brasileira.

O agronegócio, por sua vez, pode ser considerado um dos setores de maior produtividade na economia brasileira. De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o agronegócio representou, em 2014, cerca de 22% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, o setor movimenta tanto a indústria quanto serviços de transporte e logística e, no primeiro trimestre de 2015, foi responsável por 51,5% das exportações.

Ressalte-se que o agronegócio brasileiro pode ser considerado um sofisticado complexo de cadeias de produção que envolvem um alto nível tecnológico e de produtividade. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), possui um papel de extrema relevância nesse contexto, pois vem executando, ao longo de mais de 30 anos, projetos de pesquisa agropecuária que resultaram em novas tecnologias, contribuíram para ampliar a produtividade e melhorar a qualidade de diversas culturas do País.

“Apesar das diversas mazelas estruturais que a economia brasileira enfrenta – a alta carga tributária, a falta de infraestrutura adequada e o elevado custo da mão de obra – o agronegócio brasileiro é lucrativo, competitivo e eficiente. Se compararmos a evolução recente da produtividade da mão de obra – a razão produto por trabalhador – dos três setores da economia brasileira, constatamos que, enquanto a produtividade da indústria estagnou nos últimos dois anos e a dos serviços cresce muito

lentamente, a da agropecuária se expande num ritmo bastante forte desde meados de 2005, sem sinal algum de arrefecimento. De fato, foi este setor um dos responsáveis por impedir que o crescimento da economia brasileira no terceiro trimestre de 2012 fosse ainda mais fraco do que os 0,6% registrados. A atividade agrícola cresceu cerca de 2,5% contra o trimestre anterior, gerando algum dinamismo tanto na indústria, quanto nos serviços.” (Bolle, 2012)

As exportações de produtos do agronegócio brasileiro atingiram US\$ 96,75 bilhões em 2014, apresentando uma queda de 3,2% em comparação ao recorde de quase US\$ 100 bilhões de 2013. A China, os Estados Unidos, os Países Baixos, a Rússia e a Alemanha foram os cinco países que mais importaram produtos brasileiros do agronegócio no ano de 2014, somando um valor de US\$ 42,32 bilhões, que representa 43,7% do valor total importado, segundo dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (AgroStat). Desse valor total, a China ficou em primeiro lugar, sendo responsável por uma soma de US\$ 22,07 bilhões. O complexo soja foi o destaque, atingindo a cifra de US\$ 17,01 bilhões, sendo que US\$ 16,62 bilhões foram de soja em grãos.

Nos primeiros cinco meses de 2015, a China diminuiu as aquisições em 26,0%. Essa queda, de praticamente US\$ 3,0 bilhões, está relacionada, sobretudo, à redução no valor importado de soja em grãos. As exportações de soja em grãos para a China caíram de US\$ 9,63 bilhões nos cinco primeiros meses de 2014 para US\$ 6,63 bilhões nos cinco primeiros meses de 2015, com redução no preço médio de exportação e no volume exportado. Com efeito, a participação da China nas compras de produtos do agronegócio brasileiro diminuiu de 28,9% para 24,8%. Apesar dessa redução, a economia chinesa permanece como o destino mais importante das exportações agrícolas brasileiras, e a permanência do enorme potencial do consumo chinês de matérias-primas deverá manter aquele país com o status de principal parceiro comercial do Brasil.

O Diretor Executivo Global para Assuntos Corporativos da BRF, Marcos Jank, ressalta que o Brasil se tornou um importante ator global no mundo das *commodities* agrícolas, principalmente pela capacidade do setor em ampliar a produtividade e a eficiência sistêmica nas últimas três décadas. No entanto, o País ainda precisa investir recursos para melhorar a sua participação nas cadeias alimentares globais, de modo a ampliar a atuação das suas empresas e canais de distribuição e consumo fora do Brasil.

“O exemplo mais notório da desenvoltura com que navegamos no mundo das commodities é o complexo soja, principal item da pauta de exportações brasileiras. Junto com o minério de ferro, a soja responde por 75% das exportações brasileiras para a China, sustentando o superávit comercial que mantemos com esse país. Acontece, porém, que a maior parte da soja brasileira é produzida nos Estados do Centro-Oeste, roda 1.500 km de caminhão em estradas precárias para chegar aos portos congestionados do Sul, é embarcada em navios pequenos e atravessa o mundo para virar ração para alimentar suínos e aves na China. O milho brasileiro já começa a seguir o mesmo caminho. Não há dúvida de que a cadeia brasileira de suprimento de ração animal para a China se provou eficiente, ainda que longa e custosa. Mas será ela sustentável no longo prazo? Seu balanço ambiental, hídrico, energético se justifica ante o crescimento exponencial do consumo de carnes na Ásia? Representa ela o maior valor que o

Brasil poderia receber pelos recursos naturais e esforços demandados? No agronegócio vamos continuar unicamente na posição de exportadores de grandes volumes de matérias-primas padronizadas? Ou teríamos espaço para inovar: desenvolver produtos adaptados a diferentes segmentos de consumidores, dominar canais de distribuição, estabelecer relações diretas com varejistas e consumidores, desenvolver campanhas de comunicação, consolidar marcas globais?” (Jank, 2014)

Para Jank, em vez de apenas entregar *commodities* básicas nos portos brasileiros, o País precisa pensar estratégias para agregar valor aos produtos exportados, além de internacionalizar empresas brasileiras para que possam dominar canais de logística e posicionar suas marcas no exterior. Dessa forma, a construção de plantas industriais no exterior possibilitaria a difusão do *know-how* e das tecnologias nacionais, gerando empregos para brasileiros no País e no exterior, e atingindo mercados que não podem ser alcançados a partir do Brasil. O Diretor da BRF afirma, ainda, que as empresas brasileiras já estão maduras para avançar e atuar no tabuleiro das cadeias de valor do agronegócio global.

As reflexões levantadas por Marcos Jank devem ser aprofundadas em um contexto no qual a dependência do Brasil em relação à economia chinesa reflete, hoje, uma relação semicolonial, com o Brasil exportando quase que exclusivamente produtos primários e importando produtos manufaturados. Conforme observado anteriormente, o Brasil possui vantagens comparativas no setor de recursos naturais, e o agronegócio brasileiro apresenta um alto nível de sofisticação e produtividade. No entanto, vale ressaltar que o Brasil não precisa abrir mão dessa vantagem para alavancar a produtividade em outros setores da economia, sobretudo ao enfrentar seus gargalos estruturais e melhorar seu clima de investimentos, sua infraestrutura e qualificação.

A eficiência da agropecuária e a alta qualidade da agroindústria brasileira certamente contribuíram para que o Brasil conquistasse um alto poder de competição no comércio global de *commodities* agrícolas. Todavia, a dependência excessiva do agronegócio pode comprometer a capacidade brasileira de elevar a sua inserção em outros setores da economia global, razão pela qual faz-se necessário reequilibrar os padrões de eficiência de outros segmentos produtores, como de bens de consumo, por exemplo.

Ao levarmos em consideração a desaceleração da economia chinesa, essa necessidade de diversificar as fontes de crescimento mostra-se ainda mais urgente. Dificilmente a China voltará a apresentar uma taxa de crescimento de dois dígitos, o que, certamente, impactará o comércio sino-brasileiro, que pode não voltar a atingir os mesmos números dos anos de *boom* das *commodities* e recordes de crescimento do PIB chinês.

O Embaixador Clodoaldo Huguene, que atuou na Embaixada do Brasil em Pequim durante os anos de 2008 a 2013, ressalta que, mesmo com a queda de importações de *commodities* como minério de ferro, a procura chinesa por alimentos, principalmente de origem animal, seguirá aumentando.

“O processo de urbanização da China está avançando e é prioridade do governo transferir 300 milhões de pessoas do campo para a cidade, além de urbanizar o interior. Isso vai fazer com que as pessoas consumam mais produto industrializado de agricultura, carne industrializada, sucos de frutas, o que abre uma grande perspectiva para o agronegócio brasileiro. E não só para exportação, mas também para investimentos em supermercados e restaurantes.” (Huguene, 2015)

Além desse potencial de crescimento dos produtos do agronegócio, Hugueneu aponta também para a oportunidade, que o Brasil precisa focar, em relação aos investimentos que estão sendo anunciados pelo governo chinês para o Brasil, principalmente na área de infraestrutura. Tais investimentos podem contribuir, inclusive, para ampliar ainda mais a capacidade de exportação do agronegócio brasileiro.

Para o Embaixador Sergio Amaral, a provável participação de investimentos chineses na área de infraestrutura brasileira colocará a China em uma posição privilegiada em todo o complexo soja, pois permitirá que as empresas chinesas atuem na originação do grão, no armazenamento, na logística de transporte e na exportação e comercialização no mercado chinês.

“Nos próximos anos, a expansão estará centrada na formação de parcerias em dois eixos: agronegócio e infraestrutura. Se quisermos agregar valor aos nossos produtos de exportação, temos de começar pelos setores em que somos mais competitivos, como o agronegócio. Empresas chinesas e brasileiras estão negociando parcerias para o processamento conjunto de commodities agrícolas, assim como para sua comercialização e distribuição na China. Na infraestrutura, as empresas chinesas desenvolveram tecnologias, buscam mercados e dispõem de recursos para financiar parcerias com construtoras brasileiras. Esses projetos, particularmente no setor ferroviário, terão um sentido estratégico. É o caso da ferrovia Lucas do Rio Verde-Campinorte que, em seguida, se bifurcará em duas vias, para o escoamento da soja do Centro-Oeste nos portos do Pará e Espírito Santo. Caso o consórcio sino-brasileiro venha a vencer a licitação, as empresas chinesas terão uma participação em todas as etapas da exportação da soja: a originação do produto, a logística do escoamento, a comercialização e a distribuição na China.” (Amaral, 2014)

Dentro desse cenário, cabe refletir em que medida esses investimentos chineses no Brasil poderão trazer, também, impactos de ordem negativa para as empresas brasileiras do agronegócio, uma vez que a China terá condições de atuar diretamente no complexo soja, desde a originação do grão. A compra da Noble e da Nidera pela chinesa COFCO exemplifica a estratégia chinesa de diminuir a sua dependência do comércio internacional de *commodities* agroalimentares para garantir sua segurança alimentar. Ou seja, ao ampliar o controle em todos os estágios da produção de grãos e fluxos de comércio, a China potencializa a sua capacidade de acesso direto ao complexo soja.

Wilkinson, Wesz & Lopane (2015) questionam, justamente, em que medida a paridade de interesses diplomáticos entre o Brasil e a China, assim como a dependência com características neocoloniais do comércio sino-brasileiro, não estão analisadas por um viés pouco estratégico por parte do Brasil. Conforme explorado ao longo deste trabalho, a escala da demanda chinesa por *commodities* agroalimentares leva o país asiático a depender dos mercados globais para assegurar a sua segurança alimentar. O Brasil, junto com outros países da América Latina, possui um papel central no fornecimento de grãos e carnes diante da transição da dieta alimentar da população chinesa. Nesse sentido, é necessário ampliar o entendimento sobre como as estratégias do governo chinês para diminuir a sua dependência do mercado global de *commodities* pode refletir no agronegócio brasileiro e nos interesses econômicos do Brasil, de forma geral.

A grande maioria das empresas chinesas que estão no Brasil são estatais e atuam sob a orientação da Comissão de Supervisão e Administração de Bens (SASAC), que é o principal

órgão de controle chinês para as empresas estatais, o que permite que o governo chinês tenha uma visão de conjunto e uma capacidade de coordenação de estratégias para suas políticas governamentais e atuação internacional. Por outro lado, o Brasil precisa coordenar de forma mais estratégica o seu relacionamento com o país asiático.

A ascensão chinesa representa um grande desafio para o Brasil. Segundo as análises de Castro, o Brasil precisa reinventar sua estratégia de desenvolvimento, avançando sobre as políticas contracíclicas adotadas após a crise de 2008. O Estado tem um papel decisivo, e suas políticas devem potencializar a dimensão positiva dos estímulos provenientes da nova ordem internacional e, na medida do possível, tentar neutralizar os riscos da sua vertente negativa. Para ele, caberia ao Estado brasileiro, dentre outras coisas:

“(...) reorientar as políticas macroeconômicas para preservar o crescimento da renda e do emprego; controlar o câmbio e os fluxos de capitais para reduzir os impactos de turbulências externas; melhorar a distribuição de renda, investir em capital humano e reduzir as diferenças sociais; implementar políticas de desenvolvimento robustas e sustentáveis visando reduzir gargalos de infraestrutura, aumentar a competitividade da indústria local, elevar os níveis de investimento e, especialmente, preservar o meio ambiente e a biodiversidade do país”.

Ainda é cedo para analisar a nova liderança do governo chinês e as perspectivas de mudanças políticas e econômicas, assim como seu impacto sobre a relação bilateral. Pode-se afirmar que a quarta geração do governo enfrentou, de forma bem sucedida, uma crise internacional e conseguiu manter o crescimento do país. O esgotamento do modelo de crescimento chinês, que o levou ao planejamento de reformas econômicas, exige uma postura mais qualitativa do que quantitativa no que tange ao investimento e à inovação tecnológica.

Hugueney (2015) defende a ideia de que o governo brasileiro precisa construir um planejamento de longo prazo com o país asiático. Para ele, é perfeitamente viável chegar a um equilíbrio de interesses, uma vez que não há discussões de soberania, território ou outras questões de cunho político com a China. Como a relação bilateral é totalmente centrada em questões econômico-comerciais, basta haver diálogo e negociação, com a ressalva de que é fundamental que haja uma visão de conjunto entre os setores público e privado. Caso isto não ocorra, o país continuará fornecendo matérias-primas para a China, o que, segundo ele, é positivo, porém, não suficiente para a relação comercial entre os países. É necessário explorar as áreas de ciência, tecnologia, inovação e educação, para as quais o Brasil já possui instrumentos e mecanismos desde a implementação do Plano de Ação Conjunta entre Brasil e China, assinado em 2012.

Ainda que não faça parte do escopo deste trabalho, é válido questionar se as estratégias de atuação do governo chinês para assegurar a segurança alimentar do seu País podem trazer impactos para a segurança alimentar do Brasil. O crescimento econômico registrado nos últimos anos, tanto na China como no Brasil, estimulou o consumo de alimentos mais proteicos, com destaque para a inclusão de carnes na mesa dos chineses e brasileiros. Este aumento do consumo de carne impacta também o consumo de grãos, já que são necessários até oito quilos de grãos para a produção de um quilo de carne. (Graziano & Tavares, 2008).

Conforme observado no capítulo 3, a contínua elevação da demanda por alimentos nos países emergentes, como o Brasil e a Índia, além da China vem impactando a alta no preço de alimentos essenciais como arroz, milho, soja, trigo e lácteos, desestabilizando o abastecimento alimentar em quase todos os países do mundo. Além disso, a destinação de grãos básicos

como o milho e a soja para a produção de biocombustíveis, a elevação do preço do petróleo e a especulação com *commodities* agroalimentares nas bolsas encarecem os custos da produção agrícola e do transporte. (Maluf, 2008)

A edição de 2015 do Relatório sobre o Estado de Insegurança Alimentar no Mundo, elaborado pela FAO, mostra que o Brasil alcançou a meta dos Objetivos do Milênio (ODM), das Nações Unidas, em relação à redução da fome pela metade, com uma queda de 82% nos números absolutos de subalimentados, entre 2002 e 2014. O País vem sendo citado como referência mundial no combate à fome. A Ministra Tereza Campello, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ressalta que como um grande produtor de alimentos, o problema do Brasil não era a falta de alimentos, mas a falta de acesso à renda para alimentação, sendo solucionada, em parte, pela implementação de políticas públicas capazes de melhorar a realidade da parcela da população atendida pelos programas de transferência de renda.

Ainda de acordo com o mesmo relatório da FAO, a China também atingiu o ODM relacionado à redução da fome, respondendo por quase dois terços da redução de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento durante o período de 1990 a 2014. No entanto, tendo em vista a dimensão da população chinesa, o País ainda abriga um número estimado de 134 milhões de pessoas que enfrentam a fome. As perspectivas chinesas de crescimento contínuo e a orientação da economia para o mercado interno, assim como as oportunidades de expansão econômica interna podem ser a chave para alterar esse estado de insegurança alimentar na China. Cabe lembrar que devido ao tamanho da sua população, quaisquer que sejam as políticas adotadas pelo governo chinês para assegurar a segurança alimentar do País, podem trazer impactos em nível global. (FAO, 2015)

Como o Brasil encontra-se totalmente integrado ao sistema alimentar mundial, a alta no preço dos alimentos afeta o abastecimento nacional também. Dentro desse contexto, seria interessante investigar os possíveis impactos do intenso processo de industrialização chinesa e das mudanças no perfil de consumo alimentar para a segurança alimentar do Brasil.

Por fim, é válido destacar, ainda, o impacto do “efeito China” para o meio ambiente brasileiro. Fearnside & Figueiredo (2015) realizam um resgate bibliográfico e apresentam diversas contribuições de especialistas sobre o impacto do plantio de soja, bem como da pecuária para o desmatamento do Cerrado e da Amazônia brasileira. Ao partirem da premissa de que a China é um dos principais responsáveis pela expansão da soja no País, para dar conta da mudança do perfil do consumo alimentar da sua população, os autores apontam para a influência do crescimento da demanda chinesa por grãos e proteínas de origem animal para o desmatamento no Brasil.

O Estado do Mato Grosso é um dos alvos principais para o investimento chinês, pois além de ser uma das áreas agrícolas mais importantes da América do Sul, também possui uma expressiva participação nas exportações brasileiras de soja. Entre os anos 2012 e 2013, a estimativa da produção agrícola no Estado foi de 23,5 milhões de toneladas de soja, que corresponde a 29% da produção do Brasil (IBGE, 2013). Dentro desse contexto, os investimentos chineses na região buscam ampliar a área para o plantio da soja, além de melhorar a infraestrutura para o escoamento do produto até os terminais para exportação para a China. (Fearnside & Figueiredo, 2015)

Os autores destacam, ainda, a questão do deslocamento da área utilizada pela pecuária em função da expansão da área de cultivo da soja, ampliando a área desmatada, assim como outros produtos que são exportados em larga escala para a China e que também causam impactos para o meio ambiente brasileiro como o minério de ferro, o alumínio, a madeira, e o petróleo. Tanto a produção desses produtos como os investimentos que vem sendo feito para construção de rodovias, ferrovias e portos são apontados como elementos provocadores de conflitos pelo uso da terra, não apenas pelos impactos no aumento das áreas devastadas, como

na relação de grandes proprietários de terras, agricultores familiares e povos tradicionais que muitas vezes veem suas terras sendo invadidas e são obrigados a se deslocar em detrimento do aumento da produção e exportação dessas *commodities*.

Para Fearnside e Figueiredo (2015), a priorização da produção e exportação desses produtos agrícolas no Brasil, impulsionadas pelo *boom* das *commodities* e pela demanda chinesa, aumentaram significativamente o lucro de grandes proprietários de terra e empresários do agronegócio no País, contribuindo para ampliar e fortalecer a bancada ruralista do Congresso brasileiro. Essa reconfiguração do cenário político no Brasil, que culminou com a indicação da Senadora e ex-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Katia Abreu, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, também traz riscos para as políticas ambientais brasileiras, tendo em vista que legislações e regulações para a conservação do meio ambiente podem vir a sofrer um relaxamento em detrimento dos interesses da bancada ruralista e dos grandes empresários brasileiros do agronegócio.

Dessa forma, a relação sino-brasileira precisa ser pensada para além do comércio bilateral. Faz-se necessário estabelecer uma estratégia de atuação que leve em consideração os interesses de outros setores da economia e não apenas o agronegócio. Além disso, os formuladores da política nacional e da política externa brasileira precisam ouvir outras esferas da sociedade e coordenar ações e estratégias que levem em consideração os interesses da sociedade civil, de forma geral.

Fiori (2013) aborda justamente a importância de se desenvolver uma política de projeção de poder com objetivos claros e um planejamento de ações que sejam coordenadas de forma conjunta entre as agências responsáveis pela política externa do País, além dos atores sociais, políticos e econômicos relevantes. Para ele, o Brasil possui um grande desafio de construir e consolidar um caminho de expansão e projeção do seu poder, dentro e fora do seu “entorno estratégico”, com capacidade para transferir dinamismo econômico para sua “zona de influência”, possivelmente através de convergências e alianças táticas entre as potências ascendentes ou várias das antigas potências dominantes.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, dentre os grandes desafios do governo brasileiro, encontra-se a necessidade de construir estratégias que possam transformar as oportunidades e ameaças desta relação bilateral em cooperação efetiva e influência nas agendas e nos espaços multilaterais da política econômica internacional. O Brasil precisa estar cada vez mais atento às possíveis mudanças no modelo de desenvolvimento econômico da China, assim como às estratégias do governo chinês e às dinâmicas referentes a sua atuação no comércio mundial, em especial o mercado global de *commodities*.

CONCLUSÕES

A produção agrícola na China, até a década de 1960, era baseada em técnicas tradicionais de cultivo como a utilização de sementes selecionadas pelos próprios agricultores, adubo orgânico e sistemas de irrigação. Apenas com a adoção de práticas associadas à Revolução Verde, foram introduzidos novos elementos na agricultura chinesa, fundamentados em pesquisas científicas e utilização de métodos industriais que permitiram uma melhoria na produção de insumos. O desenvolvimento de novos fertilizantes e a introdução de novas máquinas agrícolas permitiram a intensificação do uso da terra, resultando diretamente no aumento da produção agrícola.

Não obstante a tradição agrícola chinesa e os avanços e revoluções tecnológicos, que trouxeram importantes melhorias na produtividade da agricultura, a topografia da China confere ao país um dos menores índices de área agricultável do mundo. Essa escassez de recursos naturais, além dos processos de degradação da terra e da água, contribuiu para colocar a agricultura e a segurança alimentar do país entre as prioridades do atual governo. Ao reconhecer a limitação dos recursos naturais do seu território, o governo chinês viu-se diante da necessidade de estabelecer políticas e estratégias para lidar com o crescimento da população, a urbanização e o aumento de renda e do consumo da sua sociedade.

Também não se pode deixar de mencionar que episódios recentes como a Grande Fome, o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural não apenas enfraqueceram a estrutura produtiva do país, causando grandes sofrimentos e perdas humanas, como também colocaram em dúvida a autossuficiência de produtos agroalimentares, nas décadas subsequentes. A Grande Fome, em especial, além de estar impressa na história do país como uma grande catástrofe, se faz presente na memória e no imaginário da sociedade chinesa. Ainda que a China tenha conseguido demonstrar a sua capacidade de garantir uma oferta adequada de alimentos, o país enfrenta agora o novo desafio da mudança no padrão alimentar da população, na medida em que cresce cada vez mais o poder aquisitivo das pessoas e o processo de urbanização no país.

Após três décadas de reforma e de gradual liberalização econômica, iniciadas no final da década de 70, a China tornou-se uma das grandes potências mundiais e voltou a ser um relevante ator no cenário das relações internacionais. Ao caminhar em direção a uma economia de mercado, o país asiático passou por importantes mudanças estruturais e transformações econômicas que vem alterando profundamente as características de sua sociedade.

O “Programa das Quatro Modernizações” de Deng Xiaoping priorizou quatro setores no processo de modernização: agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e defesa nacional. No entanto, foi no setor agrícola que a reestruturação econômica teve o seu principal enfoque, com a dissolução das comunas agrícolas e a liberalização da economia rural, permitindo que a iniciativa privada voltasse a atuar na agricultura.

Dentre as consequências das reformas econômicas chinesas, destaca-se a melhoria no padrão de vida da população, com mais de meio bilhão de pessoas saindo da situação de extrema pobreza. A implementação de uma política econômica mais liberal, durante a década de 80, contribuiu para a ampliação de investimentos no campo, mediante o acesso ao crédito e incentivo ao empreendedorismo rural, que propiciaram a modernização da infraestrutura rural por meio de projetos de irrigação e da introdução de novos equipamentos de semeadura e colheita. Este processo de liberalização proporcionou uma evolução que conseguiu acompanhar o aumento da demanda resultante de um crescimento da renda da população e um declínio na pobreza.

Com o objetivo de acelerar o processo de modernização da economia chinesa, as reformas de Deng Xiaoping abriram o país para a entrada de capitais e tecnologias

estrangeiras que também tiveram um papel central na transformação do modelo de desenvolvimento chinês. Ao abrir o mercado para o investimento estrangeiro e criar as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), a China foi superando as barreiras que vinham atrasando a sua expansão como a falta de tecnologia e de infraestrutura adequada para se integrar às cadeias globais de produção.

De acordo com suas estratégias de inserção do país à economia global, as lideranças chinesas, nos últimos 40 anos, buscaram implementar políticas de industrialização. A China precisou se adaptar a nova configuração do comércio internacional, reorganizado em cadeias de valor em escala global, com o intuito de impulsionar as exportações dos seus produtos e garantir a participação na economia mundial. O ingresso da China na OMC, em 2001, foi responsável por grandes mudanças estruturais na economia chinesa e teve um papel decisivo para se integrar às cadeias globais de produção.

As transformações econômicas do país alavancaram o processo chinês de urbanização. De uma sociedade predominantemente rural, na qual apenas cerca de 20% da população vivia nas áreas urbanas, no início da década de 80, a China vem passando por um considerável processo de urbanização, com o deslocamento de mais de 30% da população rural para as cidades, nos últimos 40 anos. Conforme apontado ao longo deste trabalho, o planejamento do governo chinês visa ampliar para 60% o número da população concentrada no meio urbano até 2020.

Os processos de industrialização e urbanização, bem como o rápido crescimento econômico da China provocaram um aumento na renda e uma melhoria na qualidade de vida da população. Consequentemente, o padrão de consumo de grande parte da sociedade chinesa sofreu significativas alterações, inclusive no que diz respeito ao consumo de alimentos – foco deste trabalho. De acordo com os dados demonstrados no Capítulo 3, a dieta chinesa era tradicionalmente composta por grãos e o consumo de carnes, peixes e laticínios era pouco presente nas mesas do país. No entanto, a mudança do perfil da sociedade chinesa impulsionou a demanda por proteínas de origem animal e por alimentos processados e de rápido preparo.

Entre os anos 1980 e 2009, o consumo de calorias da população chinesa apresentou um crescimento muito superior a média mundial no mesmo período, subindo de 2.163Kcal para 3.036Kcal. A ingestão de proteínas, por sua vez, também apresentou um elevado crescimento de 54 g per capita, em 1980, para 94 g per capita, em 2009, sendo que três quartos desse crescimento provêm de produtos à base de proteína animal.

O consumo de carne vem se tornando, cada vez mais, o centro da dieta alimentar da sociedade chinesa. Essas transformações no estilo de vida e nos hábitos alimentares dos chineses vêm causando, também, um aumento na quantidade de recursos necessários para atender a demanda de alimentos da China, já que as dietas baseadas em produtos de origem animal requerem uma utilização maior de recursos agrícolas.

Deve-se ressaltar que o governo chinês vem buscando assegurar a segurança alimentar de seu país, através da modernização da agricultura, do aumento da produtividade, da melhoria nas técnicas de irrigação e dos avanços na biotecnologia. No entanto, além do deslocamento da mão de obra rural para as cidades, a escassez de terra e água também impactam no custo da produção de grãos na China, tornando-os mais caros do que os comercializados no mercado global de *commodities* agroalimentares.

Dada a centralidade da questão da segurança alimentar para a China, o governo reconhece a necessidade de depender de fontes externas, não apenas para adquirir grãos para ração animal, como também para assegurar o abastecimento de alimentos básicos como o milho. Dentro deste contexto e dada a escala da demanda chinesa, o governo chinês vem buscando arranjos para além do comércio internacional para garantir a oferta de grãos e proteínas de origem animal para a sua população. A aquisição de terras em outros países, o

fechamento de contratos diretos com produtores e o investimento na aquisição de participações em *tradings* estrangeiras que atuam no mercado de *commodities* agrícolas fazem parte das estratégias do país para garantir a sua segurança alimentar.

A compra da maior empresa produtora de carne suína do mundo – a norte americana Smithfields Foods Inc - pela empresa chinesa Shuanghui International Holdings Ltd., revela-se um bom exemplo dessa estratégia. Por sua vez, as aquisições da Noble e da Nidera, pela estatal chinesa COFCO, além de facilitar a garantia da oferta de ração animal para o abastecimento do seu crescente mercado de alimentos de proteína animal, inseriram a China no movimento de consolidação das *tradings* globais do agronegócio, ao lado do grupo ABCD. Dessa forma, pode-se afirmar que tanto a compra da Smithfield, como da Noble e da Nidera, ampliaram consideravelmente a participação da China no mercado global de *commodities* agroalimentares e vem contribuindo para que o país consiga assegurar o controle da cadeia de valor global de *commodities*.

Embora a China tenha conseguido manter a sua política de autossuficiência alimentar de grãos em 95%, nos casos do trigo, arroz e milho, o aumento da demanda por carnes e o consequente aumento da demanda por grãos para alimentação animal, levaram o governo chinês a rediscutir a questão da importação de carnes e ração para alimentação da pecuária.

A emergência da China como um importante *player* na economia global trouxe novos elementos para interpretar as relações internacionais. Após a crise financeira mundial de 2008, o país asiático foi o principal motor de crescimento da economia global, beneficiando países exportadores de *commodities*, como o Brasil. A relação sino-brasileira evoluiu de forma acelerada na última década e a China tornou-se o mais importante destino das exportações do Brasil. Conforme observado no quarto capítulo, o aumento das exportações brasileiras para a China está conectado com a intensificação do processo de urbanização da população chinesa e do aumento do consumo de produtos alimentício. A partir de 2004, verificou-se um considerável aumento das exportações do agronegócio brasileiro para a China, em função do modelo de crescimento vigente no país asiático, principalmente no que concerne à proteína de origem animal, alavancando as exportações de soja do Brasil para a China.

A limitação de recursos naturais necessários para manter a taxa de crescimento chinesa inseriu o Brasil na base internacional de fornecimento de matérias primas para a China. Em 2009, o país se tornou o maior parceiro comercial do Brasil. Entre o período de 2009 a 2013, o valor das exportações brasileiras do agronegócio saltaram de US\$ 9 bilhões para US\$ 23 bilhões, com destaque para o crescimento das exportações de soja. Vale ressaltar que, apesar da diminuição do ritmo de crescimento chinês, a mudança do modelo de desenvolvimento econômico da China, com foco em consumo doméstico, pode elevar ainda mais o índice das exportações brasileiras, em especial no que concerne aos produtos do agronegócio.

O processo de urbanização da China segue avançando e é prioridade do governo transferir, ainda, cerca de 300 milhões de pessoas do campo para a cidade. Consequentemente, o consumo de produtos agrícolas industrializados tende a aumentar. O direcionamento para a ampliação do consumo doméstico como o principal motor do crescimento chinês poderá abrir oportunidades para exportações e investimentos brasileiros. Ainda que o crescimento mais lento da economia chinesa possa impactar o preço das *commodities* agrícolas e expor a fragilidade competitiva brasileira em função dos altos custos de transporte e logística, o setor do agronegócio possui expectativas de seguir ampliando o volume de produtos alimentícios, além da soja - base essencial para ração dos animais.

A natureza da relação sino-brasileira foi se modificando ao longo dos últimos 40 anos e, atualmente, não se limita aos fluxos de importação e exportação. O Brasil passou a ser destino dos investimentos chineses, refletindo a estratégia do governo de incentivar a internacionalização das suas empresas, as quais vêm explorando novas oportunidades nos

setores industrial e financeiro, em busca de novos consumidores. Além da entrada das empresas chinesas no mercado brasileiro, é possível notar um movimento mais estratégico da China que inclui investimentos em infraestrutura, tanto para dar suporte à operação dessas empresas no Brasil, como para melhorar a logística de distribuição de produtos brasileiros na China e vice-versa.

Ainda não é possível ter certeza de que o valor dos investimentos em infraestrutura, anunciado durante a visita do Primeiro-Ministro chinês ao Brasil, em maio deste ano, será de fato concretizado. A China possui uma visão muito pragmática na promoção dos seus interesses. Assim, a aplicação desses recursos financeiros, principalmente na área de infraestrutura brasileira, além de contribuir para ampliar a capacidade de exportação do Brasil, de forma geral, será muito útil para a própria China, pois permitirá que as empresas chinesas que atuam no complexo soja tenham um controle maior desde a originação e armazenamento do grão até a logística do transporte e exportação para o mercado chinês.

Além da intensificação do intercâmbio comercial sino-brasileiro, dos investimentos chineses no Brasil e das empresas brasileiras do agronegócio que vem buscando se instalar na China e ampliar a sua atuação naquele país, é importante ressaltar que ao se tornar o principal parceiro comercial do Brasil, o país asiático teve um papel importante na redefinição das estruturas produtivas brasileiras, nos últimos anos. Por ter uma importante participação na economia brasileira, o aumento das exportações agrícolas para a China contribuiu para o superávit da balança comercial do Brasil, principalmente quando o mundo passava pela crise econômica de 2008. A escolha pela priorização e intensificação das atividades extrativas, em função da elevação da demanda chinesa e dos preços das *commodities*, contribuiu para elevar o crescimento da economia brasileira.

Contudo, a definição da pauta de exportação brasileira, nos últimos anos, pelo “efeito China”, também gerou uma “reprimarização” da economia, que veio acompanhada de um processo de desindustrialização. Ao levarmos em consideração a concorrência entre a estrutura produtiva chinesa e a brasileira, no que tange a indústria e a produtos de maior complexidade tecnológica, pode-se observar uma pressão competitiva das manufaturas chinesas sobre a indústria brasileira e um aprofundamento da dependência externa, tendo em vista que o Brasil exporta produtos primários e de baixo valor agregado e importa produtos industrializados da China.

Embora não tenha sido o foco deste trabalho, seria importante considerar também os impactos sociais e ambientais desta relação sino-brasileira. A demanda chinesa por soja, assim como os investimentos que vêm sendo feitos para a melhoria da infraestrutura e logística para a exportação, podem ser considerados um dos principais motores para o desmatamento e uma ameaça importante para a destruição do ecossistema do Cerrado. O modelo agrícola baseado em monocultura de grande escala para exportação é responsável por um “sobreuso” dos recursos naturais que pode ser insustentável a longo prazo, causando danos tanto ao meio ambiente quanto a saúde humana, em função da utilização excessiva de agrotóxicos.

Ao longo deste trabalho, foi possível observar que a o “efeito China” apresenta um leque de oportunidades para o Brasil, sobretudo para ampliar a entrada de produtos alimentares brasileiros na China. No entanto, desafios econômicos, sociais e ambientais também se apresentam nessa relação bilateral, permeada por complementaridades e concorrências. É necessário haver um esforço tanto do lado governamental quanto do lado empresarial para ampliar o entendimento sobre a dinâmica chinesa de atuação nos mercados globais, assim como investir em estratégias que tragam inovação mais valor agregado para os produtos brasileiros. Para que isso ocorra, é fundamental aumentar os investimentos em infraestrutura, logística e difusão de tecnologia, com o objetivo de elevar a produtividade e a eficiência de todos os setores da economia brasileira.

Por outro lado, não apenas o governo e o setor privado precisam estar atentos para as transformações em curso na China, mas é importante que outros setores da sociedade, como a academia e organizações da sociedade civil também busquem compreender o “efeito China”, juntamente com os desafios e os possíveis impactos nos interesses políticos, econômicos, diplomáticos, sociais e ambientais que a relação sino-brasileira apresenta para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M., & G. Bai, China's Development: capitalism and empire, Routledge, 2013
- AMARAL, Sergio. A visita de Li Keqiang ao Brasil. Estado de São Paulo, 15 de maio de 2015.
- AMARAL, Sergio. <http://www.cebc.org.br/pt-br/sobre-o-cebc/imprensa/sergio-amaral-o-novo-momento-das-relacoes-brasil-china>
- ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim. Boitempo, São Paulo, 2007.
- BANCO MUNDIAL. Implicações de uma China em Transformação: oportunidades para o Brasil? 2014, Washington
- BERNSTEIN, H. Food sovereignty: a skeptical view. Yale University, 2013.
- BOLLE, Monica Baumgarten de. Por que o Agronegócio?. In: Carta Brasil China. 7ª ed : Brasil-China em um Mundo em Transição. Rio de Janeiro: CEBC, 2013. p. 26-28.
- _____. The Potential of Agribusiness in Brasil. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/apresentacao_monica_bolle.pdf>. Acesso em 27 maio. 2013.
- BURCH, D & Lawrence, G. Towards a third food regime: behind the transformation. Agriculture and Human Values, Springer/Science, 2009.
- BURNETT, K. & Murphy, S. What place for international trade in food sovereignty? Yale University, 2013 (Conference paper: Food Sovereignty – a critical dialogue International Conference).
- CASTRO, A. B. O Espelho da China. O Inconformista, IPEA, 2011.
- _____. Brasil tem de se reinventar para tratar com a China. O Inconformista, IPEA, 2011.
- _____. From semi-stagnation to growth in a sino-centric market. Revista de Economia Política, v.28, nº 1, Jan/Mar, 2008.
- CASTRO, A. B.; SOARES, A; DA SILVA, E. Investimentos Chineses no Brasil – Uma nova fase da relação Brasil-China”. Relatório de Pesquisa, Conselho Empresarial Brasil-China, 2011.
- CEBC. A relação comercial entre Brasil e China no Agronegócio. In: Carta Brasil China. 6ª ed : Especial Agronegócio Brasil-China. Rio de Janeiro: CEBC, 2012a. p. 4- 10.
- _____. Investimentos Brasileiros na China: presença e experiências. Rio de Janeiro: CEBC. 2012b.
- _____. Investimentos Chineses no Brasil: uma nova fase da relação Brasil- China. Rio de Janeiro: CEBC, 2011.

_____. Acordos Bilaterais. Disponível em: < <http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/acordos-bilaterais>>.

_____. Carta Brasil China: Visão do Futuro, Março, 2015, Rio de Janeiro

CEBC/APEXBrasil, Oportunidades de Comércio e Investimento na China para Setores Seleccionados, 2015.

CHEN, Chunlai. China's agricultural trade after WTO accession. IN, NELSON, Barbara;

JEFFREY, Robin. Capturing the Year 2006. Canberra: Writings From The ANU College of Asia and The Pacific, 2006. p.50-54.

CHEN, Jie. Rapid urbanization in China: A real challenge to soil protection and food security. Elsevier, 2006.

CHUIN, Wei. China Sees Food Need Rising. Disponível em: < <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703784004576220291166000526.html> >.

CHUNLAI, Chen. China's Agricultural Trade after WTO Accession. Disponível:http://www.cfses.com/06confChina/documents/Final_Papers/Paper_ChenChunlai_China's_Agricultural_Trade_After_WTO.pdf >.

DANG, Guoying. Realizações Agrícolas e Reforma Rural na Nova China. In: BELLUCCI, Beluce (Org). Abrindo os Olhos para a China. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos e EducaM, 2004. p. 159- 189

D'ATRI, F. "Análise Econômica" in Carta Brasil China: Visão do Futuro, CEBC, Rio de Janeiro, 2015

DENG, X. Building Socialism with a Specifically Chinese Character, in The People's Daily. Beijing, 1984.

FAO. Food Security. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/es/ESA/policybriefs/pb_02.pdf>.

FAO. The State of Food Security in the World. Rome, 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>

FEARNSIDE, P. M, & A. M. R. Figueiredo, Deforestation in Brazilian Amazônia. A Growing Force in the State of Mato Grosso, GDAE, BU Global Economic Governance Initiative

FISCHER, G; HUANG, J; KEYZER, M.A; QIU, H; SUN, L; VEEN, W.C.M.van. China's agricultural prospects and challenges. Amsterdam: Centre for World FoodStudies. 2007. p. 7-20.

FIORI, J. L. O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI. Lula e Dilma – 10 anos de governos pós-liberais no Brasil. Boitempo, São Paulo, 2013.

FLEXOR, G. A Globalização do Sistema Agroalimentar e seus Desafios para o Brasil. Economia-Ensaio, Uberlândia, 2006.

FREEMAN, W. Feeding the hungry hordes. In: China Economic Quarterly. GK Dragonomics. 2013, v.17, p. 42-45.

FRIEDMAN, H. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. Agriculture and Human Values, Springer/Science, 2009.

_____. The political economy of food: a global crisis. New Left Review 197, 1993, 29-57.

FRIEDMAN, H. & McMichael. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures – from 1870 to the present. Sociologia Ruralis, 1989 XXIX (2), 93-117.

FRISCHTAK. C; SOARES. A; O'CONOR. T. Investimentos Chineses no Brasil de 2007-2012. Conselho Empresarial Brasil-China, 2013.

FRISCHTAK. C. SOARES. A. As Relações Econômicas Brasil-China: trajetória recente e perspectivas, Estudos e Pesquisas, no 510, 2013, INAE, Rio de Janeiro

FUNAG. Textos de Apoio do Seminário Internacional “Brasil e China no reordenamento das relações internacionais; desafios e oportunidades”. Brasília, 2011.

GEREFFI, G. The organisation of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI and KORZENIEWICZ (Ed.). Commodity Chains and Global Capitalism. Westport: Praeger, p. 95-122, 1994.

GEREFFI, G., Humphrey, J., & Sturgeon, T. (2005). The governance of Global Value Chains. Review of International Political Economy, 78-104.

GODFRAY, H. et al. The future of the global food system. Philosophical Transactions of the Royal Society B, 365, 2010, 2769:2777.

GOODMAN, D. & Sorj, B. & Wilkinson, J. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro. Campus. 1990.

GOODMAN, D. & WATTS, M. J. Globalising Food: Agrarian questions and global restructuring. London: Routledge, 1997.

GRAZIANO da Silva, J.; TAVARES, L. Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 15(1): 62-75, 2008.

GUDYNAS, E. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: una breve guía heterodoxa. In: Más allá del desarrollo, GT Alternativas al Desarrollo, RSLX e Ed. Abya Yala, Quito, 2013.

HARVEY, D. O neoliberalismo: histórico e implicações, São Paulo: Loyola, 2005.

HLPE. Price Volatility and Food Security. Rome, 2011.

HLPE. Biofuels and Food Security. Rome, 2013.

HOROWITZ, S.; CHENDONG, P; ZHANG, R. Fair or Fowl? Industrialization of Poultry Production in China. IATP, 2014.

HUANG, J. et al. China's food economy to the twenty-first century: supply, demand and trade. Washington (DC), IFPRI, 1997. (FAE Discussion Paper 19).

HUANG Jikun, Jun Yang, and Scott Rozelle. "Urbanization and Food Security in China." A project report submitted to World Bank and Development Research Center of the State Council. Center for Chinese Agricultural Policy, Beijing, 2014.

HUANG, Y. Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State. Cambridge University Press, 2008.

_____. Selling China. Foreign Direct Investment During the Reform Era. Cambridge University Press, 2003.

HUGUENEY, C. Entrevista concedida à Revista Exame, concedida em 17 de maio de 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/china-e-uma-potencia-assimetrica-diz-ex-embaixador>

_____. Entrevista concedida à Revista Época, concedida em 22 de novembro de 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Mundo/noticia/2012/11/clodoaldo-hugueney-temos-de-pensar-na-china-do-futuro.html>

_____. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1623723-comercio-encerra-ciclo-e-pais-deve-focar-investimento-chines.shtml>

IBASE. Os BRICS: Novas configurações do poder global? O que muda? O que permanece? Rio de Janeiro, 2015.

IPEA. A China na Nova Configuração Global - Impactos Políticos e Econômicos. Brasília, 2011.

JANK, Marcos. Agronegócio – adição de valor e internacionalização. <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,agronegocio-adicao-de-valor-e-internacionalizacao-imp-,1597634>

JIANG, Tingting. Urbanization to fuel China's economic growth. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2013-04/25/c_132340061.htm>.

KAPLINSKY, R., The Impact of China on Global Commodity Prices: the global reshaping of the resource sector, Routledge, 2012

KISSINGER, H. On China. Penguin Press, 2011.

KROEBER. A. Why China's Growth will continue. Carta Brasil-China. Conselho Empresarial Brasil-China. Edição 1, Março, 2011.

- LAFER, C. Agenda China: Ações Positivas para as Relações Comerciais Sino-Brasileiras. Conselho Empresarial Brasil-China, 2008.
- LARDY, Nicholas. (1978). Economic Growth and Distribution in China. Cambridge University Press, Cambridge.
- LEITE, S.; SAUER, S. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Volume 50 Número 3. Brasília, 2012.
- MALUF, R. Crise de alimento e crise de modelo. Artigo publicado no Jornal Valor Econômico, 29 de maio de 2008.
- MALUF, R. & SPERANZA, J. Volatilidade dos preços internacionais e inflação de alimentos no Brasil: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional. Caderno Sisan 01/2013.
- MORAIS, I. N. Desenvolvimento Econômico, distribuição de renda e pobreza na China contemporânea. Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Março de 2011.
- MORENO, C. O Brasil Made in China – Para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo, 2105.
- MUÑOZ. F.B.R. Regímenes, sistema y crisis agroalimentaria. 2010.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. Rio de Janeiro, 21 jun.2012.
- _____. Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014. Brasília, 15 abr.2010.
- MOLINA, Marcos. Entrevista. In: Carta Brasil China. 6ª ed : Especial Agronegócio Brasil-China. Rio de Janeiro: CEBC, 2012. p. 19- 22.
- MORATOYA, E.E. et alli. Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. Revista de Política Agrícola, XXII (1), 2013.
- MORTON, Katherine. China's quest for foodsecurity. Disponível em: <<http://www.businessspectator.com.au/article/2013/2/14/resources-and-energy/Chinas-quest-food-security>>.
- NAUGHTON, B. The Chinese Economy: Transition and Growth. Cambridge, MIT Press, 2007.
- OECD-FAO, Agricultural Outlook, 2014-2023, Paris/Rome
- OLIVEIRA, Carlos Tavares de. China: o retorno à liderança mundial. São Paulo: Aduaneiras, 2012.

OMC. Trade Policy Review: China 2012. Disponível em: < http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp364_e.htm>. Acesso em 01 jun.2013.

PLOEG, J. D. van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. Sociologias, Ano 13, número 27. Porto Alegre, 2011.

PLOEG, J. D. van der; JINGZHONG, Y; HUIFANG, W.; CHUNYU, W. Peasant-managed Agricultural Growth in China: mechanisms of labour-driven intensification. International Journal of Sociology of Agriculture and Food. Vol 21, number 1. 2013.

RABOBANK. China Agriculture: 12th Five Year Plan. Disponível em: < <http://www.bordbia.ie/eventsnews/ConferencePresentations/2012/ChinaTradeMissionMeatLivestockWorkshop/China%20Agriculture%2012th%205%20Year%20Plan%20-%20Rabobank.pdf>>.

RAMOS, P. & Storel Júnior, A.O. O Açúcar e as Transformações nos Regimes Alimentares. Revista Cadernos de Debate, Vol. VIII. UNICAMP, 2001.

SANTOS, D. T., Batalha, M.O. e Pinho, M. A evolução do consumo de alimentos na China e seus efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras. Revista Economia Contemporânea, 16(2), 2012.

SERRA, Eduardo Gonçalves. Considerações sobre os impactos da entrada da China na OMC. São Paulo: Política Externa, 2003. v.11, n.4.

SHAMBAUGH, D. China Goes Global: The Partial Power. Oxford University Press. 2013.

SHARMA, S. The need for feed – China's demand for industrialized meat and its impacts. IATP, 2014.

SHARMA, S.; ZHANG, r. China's Dairy Dilemma. The Evolution and Future Trends of China's Dairy Industry, IATP, 2014

SHARMA, S., & SCHNEIDER, M. China's Pork Miracle? Agribusiness and Development in China's Pork Industry. Institute for Agriculture and Trade Policy, 2014.

SOUTH CHINA MORNING POST. Food self-sufficiency no longer option for China. Disponível em: < <http://www.truthabouttrade.org/2013/01/29/food-self-sufficiency-nolonger-option-for-China/>>.

USDA Agricultural Projections to 2023. Office of the Chief Economist, World Agricultural Outlook Board, U.S. Department of Agriculture. Prepared by the Interagency Agricultural Projections Committee. Long-term Projections Report OCE-2014-1, 97 pp. Fevereiro, 2014.

VALOR ECONÔMICO. Suspensão de embargo elevará venda direta de carne bovina à China. 21 de julho de 2014.

WESZ JR, V. J. O Mercado da soja e as Relações de Troca entre Produtores Rurais e Empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil), Tese de Doutorado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2014.

- WILKINSON, J. Globalization of Agribusiness and Developing World Food Systems. Monthly Review, Volume 61, Issue 04, 2009.
- WILKINSON, J., & V. J. Wesz Jr, “Underlying issues in the emergence of China and Brazil as major global players in the South-South trade and investment axis”, International Journal of Technology Management & Sustainable Development, volume 12 no 3, 2013
- WILKINSON, J. Mercados, redes e valores. Porto Alegre: UFRGS, 2008. _____. Redes, convenções e economia política: de atrito à convivência. In: XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. ANPOCS, Caxambu/MG, 2004.
- WILKINSON, J., & P. PEREIRA. “Brazilian Soy. New Patterns of Investment, Finance and Regulation”, 2015 (mimeo)
- WILKINSON, J.; REYDON, B. e SABBATO, A. Dinâmica do mercado de terras na América Latina: o caso do Brasil. Santiago: FAO/Escritório Regional, 2010.
- WILKINSON, J. WESZ, V. LOPANE, A.R. “Brazil, the Southern Cone and China: The Agribusiness Connection (2015)” BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS), Working Paper 16, May 2015.
- WORLD BANK. Data of Agricultural Land – 2014. The World Bank, <http://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.AGRI.ZS/countries2014>)
- WORLD BANK. Data of Merchandising Trade. The World Bank, <http://data.worldbank.org/indicator/TG.VAL.TOTL.GD.ZS>
- ZANATTA, Mauro. Estatal chinesa e governo de Goiás acertam parceria. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/856323/estatal-chinesa-e-governo-de-goias-acertam-parceria>>.
- ZHANG, Hongzhou. China and Global Food Security: Conflicting Notions. Singapura: S. Rajaratnam School of International Studies. n.7. 2011.
- ZHOU, Zhangyue; TIAN, Weiming; WANG, Jimin; LIU, Hongbo; CAO, Lijuan. Prospects for Food Demand in China. Canberra: James Cook University Press. 2012.